



# **Contributo para a salvaguarda e valorização da Paisagem Rural**

**Caso de Estudo da Herdade do Pereiro (Marvão – Alentejo)**

**Cátia Vanessa da Silva Miguel**

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitetura Paisagista**

Orientador: Mestre Selma Beatriz de Almeida Nunes da Pena Baldaia

## **Júri:**

Presidente: Doutor Nuno Renato da Silva Cortez, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais: Doutor Nuno Joaquim Cara de Anjo Lecoq, Assistente Convidado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Mestre Selma Beatriz de Almeida Nunes da Pena Baldaia, Assistente Convidada do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

“Um país onde a paisagem morre é um país onde a cultura desaparece e com ela a primeira razão de ser da independência, que justifica a existência duma comunidade e da sua cultura.”

Gonçalo Ribeiro Telles

## **Agradecimentos**

À Professora Selma Pena pela sua orientação, críticas construtivas, e acompanhamento na visita de campo.

À Professora Manuela Abreu pelo acompanhamento na visita de campo. Ao André Bértolo, André Alves, Luísa Correia e Daniel Romão pelo acompanhamento na visita de campo e pelo apoio.

A todos os meus amigos que me acompanharam neste percurso académico, especialmente aos que me incentivaram nesta reta final. À Mariana Tomé pelo apoio incondicional.

Por fim, à minha família, em especial à minha avó, que me incutiu os valores tradicionais da terra, e à minha mãe que me proporcionou a oportunidade de completar esta etapa.

## **Resumo**

A Paisagem Rural está a transformar-se e com ela o pensamento da sociedade. O crescimento de novas dinâmicas no mundo rural desenvolveu o conceito de Multifuncionalidade na Paisagem Rural, que pretende que o rural seja entendido como um espaço agrícola, mas também como um espaço patrimonial (natural e cultural).

A dissertação tem por objetivo contribuir para a demonstração da importância do meio rural na paisagem e na sociedade. O caso de estudo eleito - a Herdade do Pereiro - situa-se em Marvão. Para uma melhor compreensão da região, pretendeu-se, primeiramente, entender o modo como o Alentejo foi evoluindo ao longo de várias épocas marcantes, como a Idade da Pedra, a Idade do Bronze, a Idade do Ferro I e II, o Domínio Romano, o Domínio Árabe, a Reconquista Cristã, o séc. XIX e o XX e posteriormente, a sua unidade de paisagem, o Montado.

A análise da estrutura ecológica e cultural da Herdade do Pereiro permitiu demonstrar a importância destes espaços no meio rural, como justificativa para a sua reabilitação e elemento dinamizador de comunidades.

Palavras-chave: Paisagem, Alentejo, Marvão, Herdade, Multifuncionalidade na Paisagem Rural



## **Abstract**

The Rural Landscape is transforming and with that the thought of society. The growth of new dynamics in rural areas has developed a new concept, the Multifunctionality of the Rural Landscape, which intends the countryside to be understood as an agricultural space, but also heritage space (natural and cultural).

This dissertation aims to demonstrate the importance of landscape in the rural area and in the society. The chosen case study, Herdade do Pereiro is located in Marvão. For a better understanding of the region first it's necessary to understand how the Alentejo has evolved over several outstanding seasons as the Stone Age, the Bronze Age, the Iron Age I and II, the Roman domain, the Arabic domain, the Christian Reconquer, the XIX and XX century. Subsequently the study of the landscape unit of Alentejo: Montado.

The analysis of the ecological and cultural structure, of the Herdade do Pereiro allowed to demonstrate the importance of these spaces in rural areas, as justification for their rehabilitation and stimulator element of communities.

Keywords: Landscape, Alentejo, Marvão, Landholding, Multifunctionality in Rural Landscape

## **Extended Abstract**

This thesis aims to give a new perspective on agricultural abandonment in Alentejo, reflecting on the multifunctional landscape. As a case study, was elected Herdade do Pereiro, ex - libris of the city of Marvão.

Ribeiro, Lautensauch & Daveau (1999, p.862) claim that, "most of the Alentejo farms are remnants of latifundium that formed during the Reconquer in huge desert areas (...) every farm has its mount (...) Where lives who explore the soil, with the multitude of clients, permanent agricultural workers and temporary artisans of various crafts, that make walking a complicated machine of a large plantation. (...) So the mount can be considered as a form of agglomeration. The mount is a whole, a unity (...)".

The understanding of the evolution of Alentejo, and subsequently of Herdade has allowed to assimilate the reason of their current state. Therefore it's possible to provide a solution that guarantees a better future.

For a correct view of the area under study, was analysed several factors, such as slope, sun exposure, morphology of the terrain, soil, vegetation. This study is used to determine areas that should be preserved by in an ecological point of view, through the ArcGIS software. The methodology proposed by Magalhães in 2007, "Sistema - Paisagem " serves as an anchor for this approach to the landscape, understanding the landscape as a system composed by several subsystems (ecology, culture and semiotics). The proposals outlined here are to take advantage of all the existing buildings, restoring some unique uses in reconciliation with the new aspect of tourism and multifunctional agriculture, as well as all the ecological aspect, which needs to be preserved, creating unique places, liable to usufruct. Also provides for the recovery of the land by creating a network of greenways, classified as Short Route (14.3 km of extension), allowing the observation of several points of interest, and the relationship with areas of scenic interest in the vicinity of Herdade, contribute to the creation of a network of greenways, classified as Big Route, in all the region.

The stagnation of similar agricultural areas only contribute to the stagnation of the agriculture in Portugal, and the increasing abandonment of the rural areas. Despite the change of thought of the society, the foreign policy must also accompany this change, not allowing the provision of funding, but to supervising these incentives and reward the successes.

<b>Índice</b>	
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>i</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>ii</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>iii</b>
<b>Extended Abstract.....</b>	<b>iv</b>
<b>Índice de Figuras.....</b>	<b>vii</b>
<b>Índice de Quadros .....</b>	<b>x</b>
<b>Acrónimos .....</b>	<b>xi</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2. A Paisagem .....</b>	<b>2</b>
2.1. Terceira Paisagem.....	3
2.2. Multifuncionalidade da Paisagem Rural .....	6
2.2.1. Exemplos Práticos .....	10
2.2.1.1. Castello Di Monte Vibiano Vecchio (Umbria, Itália) .....	10
2.2.1.2. Granxa Arqueixal (Galicia, Espanha) .....	11
2.2.1.3. Centro de Agroecologia y Medio Ambiente de Murcia – CEMA (Murcia, Espanha).....	12
2.2.1.4. Quinta da França (Norte, Portugal) .....	13
2.2.1.5. Herdade do Freixo do Meio (Alentejo, Portugal).....	14
2.2.1.6. Projecto Querença (Algarve, Portugal).....	15
<b>3. Evolução da Paisagem do Alentejo.....</b>	<b>16</b>
3.1. Idade da Pedra à Idade do Bronze .....	16
3.2. Idade do Ferro à II Idade do Ferro .....	17
3.3. Domínio Romano.....	17
3.4. Domínio Árabe e Reconquista Cristã .....	18
3.5. Formação até o séc. XIX .....	19
3.6. Durante o séc. XIX.....	20

3.7.	Durante o séc. XX .....	21
4.	<b>Evolução do Montado .....</b>	<b>24</b>
	<b>Caso de Estudo – Herdade do Pereiro.....</b>	<b>27</b>
5.	<b>O sítio e a paisagem .....</b>	<b>27</b>
5.1.	Enquadramento Geográfico e Cultural.....	27
5.2.	Enquadramento Legal .....	29
5.3.	Metodologia .....	29
5.4.	Interpretação Ecológica .....	31
5.4.1.	Relevo.....	31
5.4.2.	Morfologia do Terreno e Hidrografia.....	32
5.4.3.	Geologia.....	34
5.4.4.	Solos.....	37
5.4.5.	Permeabilidade Potencial.....	40
5.4.6.	Constituição biogeográfica e vegetação com interesse para conservação.....	41
5.4.7.	<i>Habitat</i> (Flora, Fauna) .....	42
5.4.8.	Caracterização climática .....	45
5.5.	Interpretação Cultural .....	45
5.5.1.	Análise histórica .....	45
5.5.2.	Uso do solo .....	50
5.5.3.	Unidade de Paisagem .....	59
5.5.4.	Conjunto de Edificado .....	61
6.	<b>Proposta.....</b>	<b>65</b>
7.	<b>Conclusões .....</b>	<b>79</b>
8.	<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>81</b>
9.	<b>Anexos I .....</b>	<b>91</b>

## Índice de Figuras

Figura 1. “Jardin du Tiers-Paysage” de Gilles Clément em Saint-Nazaire, França (Estuaire Nantes - Saint-Nazaire) .....	3
Figura 2. Logo de Monte Vibiano (Castello Monte Vibiano Vecchio, s.d.) .....	11
Figura 3. Eco-tours em veículos elétricos (Castello Monte Vibiano Vecchio, s.d.).....	11
Figura 4. Eco Degustation Terrace (Castello Monte Vibiano Vecchio, s.d.) .....	11
Figura 5. Economuseu (Granxa Arqueixal, s.d.) .....	12
Figura 6. Produtos de Granxa Arqueixal (Granxa Arqueixal, s.d.) .....	12
Figura 7. Apartamentos bioclimáticos (Centro de Agroecologia y Medio Ambiente de Murcia, s.d.) .....	12
Figura 8. Horto Ecológico (Centro de Agroecologia y Medio Ambiente de Murcia, s.d.) .....	13
Figura 9. Pastagem biodiversa (Terraprima, s.d.) .....	13
Figura 10. Criação de porcos de montanha (Herdade do Freixo do Meio, s.d.) .....	14
Figura 11. Criação de gado bovino (Herdade do Freixo do Meio, s.d.) .....	14
Figura 12. Eco-camping (Herdade do Freixo do Meio, s.d.) .....	14
Figura 13. Participantes do Projecto (Projecto Querença, s.d.) .....	15
Figura 14. Mercado de Querença (Projecto Querença, s.d.) .....	15
Figura 15. Montado de Sobro em Marvão.....	24
Figura 16. Acessibilidades (Município de Marvão, 2012) .....	28
Figura 17. Limite da Herdade do Pereiro.....	28
Figura 18. Localização da Herdade no PNSSM.....	29
Figura 19. Metodologia.....	30
Figura 20. Declives.....	32
Figura 21. Morfologia do Terreno.....	33
Figura 22. Ponte sobre a Ribeira da Fragusta.....	34
Figura 23. Ribeira da Fragusta.....	34
Figura 24. Ribeira da Fragusta na paisagem.....	34
Figura 25. Contacto de formações xistosas e granitóides na Herdade.....	35
Figura 26. Geologia.....	35
Figura 27. Solos.....	37
Figura 28. Valor Ecológico dos Solos.....	38
Figura 29. Permeabilidade Potencial.....	40
Figura 30. Vegetação com interesse para conservação.....	42
Figura 31. Montado.....	42
Figura 32. Olival.....	42

Figura 33. Eucaliptal.....	42
Figura 34. Águia de Bonelli ( <i>Aquila fasciata</i> ). (Humberto Ramos – ICNF) .....	44
Figura 35. Lagarto-de-água ( <i>Lacerta shreiberi</i> ). (Paulo Barros – ICNF) .....	44
Figura 36. Vegetação ripícola na Ribeira de Fragusta.....	44
Figura 37. <i>Lavandula stoechas</i> L. subsp. <i>stoechas</i> .....	44
Figura 38. Vista sobre as Termas (FREIRE, 1912) .....	46
Figura 39. Termas da Fadagosa (FREIRE, 1912) .....	46
Figura 40. João Nunes Sequeira, sua esposa, Sr. <sup>a</sup> D.Maria do Nascimento Serrano Sequeira, e seus dois filhos, João e Ruy Sequeira (MURALHA & BELEZA, 1937) .....	48
Figura 41. Uso e Ocupação do Solo em 1953-54.....	51
Figura 42. Uso Agrícola e Florestal em 1967.....	53
Figura 43. Uso e Ocupação do Solo em 1990.....	55
Figura 44. Uso e Ocupação do Solo em 2006.....	57
Figura 45. Uso e Ocupação do Solo em 2007.....	58
Figura 46. Evolução da Ocupação de Montado e de Olival ao longo dos anos.....	59
Figura 47. Olival em consociação com Montado.....	59
Figura 48. Produção extensiva de gado bovino.....	59
Figura 49. Dois conjuntos de edificado: (A) Núcleo principal e (B) Termas da Fadagosa.....	61
Figura 50. Vista sobre a Herdade.....	62
Figura 51. Entrada para o Bairro dos Justos.....	63
Figura 52. Habitações dos Trabalhadores.....	63
Figura 53. Muro de pedra solta a dividir parcelas.....	63
Figura 54. Interior do edifício da secagem de pimentão (1º andar) .....	64
Figura 55. Fornos da secagem de pimentão (rés-do-chão) .....	64
Figura 56. Casa da Guarda Fiscal.....	64
Figura 57. Carta de Estrutura Ecológica Fundamental.....	66
Figura 58. Carta de Estrutura Cultural.....	68
Figura 59. Proposta de Ordenamento e Requalificação.....	70
Figura 60. Parcelas.....	71
Figura 61. Simulação de trecho do Percurso Pedestre (1) .....	72
Figura 62. Simulação de trecho do Percurso Pedestre (2) .....	72
Figura 63. Simulação de lazer no charco temporário.....	72
Figura 64. Carta de Percursos Pedestres.....	73
Figura 65. Simulação de Centro de Interpretação e Restaurante.....	74
Figura 66. Simulação de requalificação da Capela.....	74
Figura 67. Complexo Termal.....	74

Figura 68. Edifício da zona de banhos.....	75
Figura 69. Simulação de piscina ecológica.....	75
Figura 70. Simulação de pastor e rebanho de ovinos.....	77

## Índice de Quadros

Quadro 1. Bases Cartográficas .....	30
Quadro 2. Percentagem de Ocupação das Classes de Declives e Classificação da Aptidão à Infiltração das mesmas na Herdade .....	31
Quadro 3. Classificação da Permeabilidade e Percentagem de Ocupação das Formações Geológicas da Herdade.....	36
Quadro 4. Classificação do Valor Ecológico, Permeabilidade e Percentagem de Ocupação dos Solos da Herdade.....	39
Quadro 5. Espécies Arbóreas e Arbustivas que acompanham <i>Quercus rotundifolia</i> Lam. e <i>Quercus pyrenaica</i> Willd. (adaptado de CABRAL & TELLES, 1999) .....	43
Quadro 6. Percentagem de Ocupação das Exposições na Herdade .....	45
Quadro 7. Constituição da Herdade em 1937 (adaptado de MURALHA & BELEZA, 1937)..	49
Quadro 8. Sítios Arqueológicos na Herdade (adaptado de IGESPAR, 2014) .....	49
Quadro 9. Percentagem de Ocupação do Uso do Solo na Herdade em 1953-54.....	50
Quadro 10. Percentagem de Ocupação do Uso Agrícola e Florestal na Herdade em 1967..	52
Quadro 11. Percentagem de Ocupação do Uso do Solo na Herdade em 1990 .....	54
Quadro 12. Uso do Solo da Herdade em 2006.....	56
Quadro 13. Percentagem de Ocupação do Uso do Solo na Herdade em 2007 .....	56
Quadro 14. Edifícios da Herdade. Identificação das funções iniciais .....	62
Quadro 15. Classificação de Usos do Edificado .....	76



## **Acrónimos**

CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal

CE – Comunidade Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

DOP – Denominação de Origem Protegida

FLORASUL - Associação de Produtores da Floresta Alentejana

ICN – Instituto da Conservação da Natureza

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IGP – Indicação Geográfica Protegida

LPN – Liga para a Protecção da Natureza

NUTS – Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas

PAC – Política Agrícola Comum

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

PNSSM – Parque Natural da Serra de São Mamede

REFER – Rede Ferroviária Nacional

TER – Turismo em Espaço Rural

UE – União Europeia

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## 1. Introdução

A presente dissertação pretende dar uma nova perspetiva sobre o abandono agrícola no Alentejo, refletindo sobre a multifuncionalidade da paisagem. Como caso de estudo, elegeu-se a Herdade do Pereiro, ex-libris da vila de Marvão.

Ribeiro, Lautensauch & Daveau (1999, p.862) afirmam que: “a maioria das *herdades* alentejanas são restos de latifúndios que se constituíram durante a Reconquista em enormes áreas desertas (...) cada herdade tem o seu *monte* (...) onde vive quem explora o solo, com a multidão de clientes, trabalhadores agrícolas permanentes e temporários artífices de vários mesteres, que fazem andar a máquina complicada de uma grande lavoura. (...) Por isso o monte alentejano pode considerar-se como uma forma de aglomeração. O monte é um todo, uma unidade (...)”. A compreensão da evolução da Paisagem do Alentejo, e posteriormente da Herdade do Pereiro permite assimilar o porquê do seu atual estado e, deste modo, proporcionar uma solução que garanta o seu futuro.

Como objetivos desta dissertação, pretende-se aplicar conhecimentos adquiridos ao longo do curso e assim:

- Contribuir para um novo entendimento sobre a paisagem alentejana
- Demonstrar que a multifuncionalidade e a sustentabilidade são a solução para contrariar o abandono do interior do país
- Proporcionar um modelo que sirva como comparação em casos semelhantes
- Contribuir para a revitalização da Herdade do Pereiro
- Contribuir para a revitalização da economia da freguesia da Beirã

A estrutura da dissertação divide-se em seis capítulos, refletindo primeiramente sobre a Paisagem e novos conceitos emergentes, como o conceito de Terceira Paisagem de Gilles Clément e a nova aposta no rural sob a forma de multifuncionalidade, de seguida pretende-se entender a evolução da Paisagem no Alentejo, numa perspetiva política e, mais tarde, a evolução do Montado. Por fim, explora-se o caso de estudo, realizando uma interpretação ecológica e cultural, de modo a proporcionar resoluções compatíveis com a Paisagem.

Para uma correta visão do espaço em estudo, procede-se à análise de vários fatores, como o declive, a exposição solar, a morfologia do terreno, o solo, a vegetação, para determinar áreas que devem ser preservadas, do ponto de vista ecológico, através do *software* ArcGis. A metodologia proposta por Magalhães, em 2007, “Sistema – Paisagem”, serve de âncora para esta abordagem sobre a paisagem, entendida como um sistema, constituído por vários subsistemas, a ecologia, a cultura e a semiótica.

## **2. A Paisagem**

A forma como a palavra Paisagem é largamente utilizada na generalidade da sociedade para descrever a extensão de território que se abrange com um lance de vista (CABRAL, 1973) pode ser aceitável pelo senso comum, mas o bom senso vê a Paisagem como o resultado da interação entre os processos naturais e antrópicos, sendo muito mais complexo do que se pode imaginar.

A sua compreensão foi evoluindo ao longo de vários séculos, entre o séc. XVI e o XIX. A Paisagem representava a natureza bucólica, influenciada pelos pintores da época. Com a Revolução Industrial, a Paisagem passou a representar a natureza perdida, permitindo o avanço da sua compreensão, e deste modo a perceção de como a geologia, o solo, o clima, a vegetação e a fauna a constituíam (MAGALHÃES, 2007).

Em 1973, Caldeira Cabral define a Paisagem como “...a figuração da biosfera e resulta da ação complexa do homem e de todos os seres vivos – plantas e animais – em equilíbrio com os factores físicos do ambiente”, e Magalhães (2007) acrescenta que a Paisagem “...é a figuração da ecosfera, incluindo a acção do homem na ecosfera”.

Atualmente o termo Paisagem pode ser ambíguo, designando “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de factores naturais e ou humanos” (Convenção Europeia da Paisagem, 2000, aprovada no Dec. Lei n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro). No entanto, é claro que a paisagem vai assumindo diferentes carateres de acordo com o tipo de interação entre os processos naturais e culturais. A distinção entre paisagem rural e paisagem urbana é um exemplo disso: a paisagem pode ser predominantemente constituída por elementos vivos, designando-se por paisagem rural, ou por inertes (construídos pelo homem), designando-se por paisagem urbana. Por outro lado, a associação de domínio de natureza de uma Paisagem poderia ser designada por Paisagem Natural, mas dificilmente seria possível encontrar uma Paisagem intocada pelo Homem (MAGALHÃES, 2007).

A complexidade do termo Paisagem engloba diversos fatores, como a ação do Homem ao longo dos anos, criando paisagens únicas e distintas, como a Ilha de Páscoa, concebendo a designação de Paisagem Cultural.

O desenvolvimento da Indústria proporcionou o fascínio pelo Urbano, contrastando a pobreza do Rural, as fronteiras entre a Paisagem Urbana e Rural tão densamente marcadas foram desvanecendo, criando necessidades emergentes a nível do ordenamento do território.

Em 1994, Ribeiro Telles propõe a definição de Paisagem Global, afirmando que “o espaço rural e o espaço urbano devem-se interligar de tal maneira que, sem que percam as suas características próprias e funcionamento autónomo, não deixem de servir os interesses comuns da sociedade (...) A paisagem global do futuro não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela sua essência biológica, pelo que a localização das actividades, nomeadamente da expansão urbana, tem de estar sujeita à aptidão do território e à paisagem existente” (TELLES, 1994; MAGALHÃES, 2001, p. 319).

A globalidade da Paisagem remete para novas percepções, os conceitos de Paisagem Rural e Urbana deixam de ser claros, e cada indivíduo possui o seu próprio conceito, de acordo com a sua visão sobre o espaço. O abandono de espaços leva a um novo conceito de Paisagem, a Terceira Paisagem, do francês Gilles Clément, e posteriormente a uma procura de soluções para o seu abandono, nascendo a Multifuncionalidade da Paisagem Rural.

## 2.1. Terceira Paisagem

O conceito de Terceira Paisagem foi definido pelo arquiteto paisagista Gilles Clément (2004). O autor considera que a Terceira Paisagem (*Tiers Paysage*) resulta do abandono de espaços pelo Homem e reconhece a importância destas áreas na recuperação natural da biodiversidade. Estes espaços provêm de espaços sem função (aparente) que levam à criação de refúgios para a biodiversidade (Figura 1), por exemplo, margens de rios, terras abandonadas, pântanos, charnecas, baldios... (CLÉMENT, 2004).



Figura 1. “Jardin du Tiers-Paysage” de Gilles Clément em Saint-Nazaire, França (Estuaire Nantes - Saint-Nazaire)

O conceito de Terceira Paisagem<sup>1</sup> é sinónimo de Terceiro Estado, espaço que não exprime o poder nem a submissão ao poder. Considera-se Terceira Paisagem:

- Reservas de espaços naturais.
- Abandono de espaços quer urbanos, provenientes da indústria, quer rurais, provenientes da agricultura, silvicultura, pecuária.
- Toda a acomodação de um espaço abandonado.
- Espaços com relevos acidentados, incompatíveis com a agricultura, máquinas, e tudo ligado ao ordenamento, como bordaduras dos campos e estradas, sebes.
- Terrenos de afetação ou de projetos de execução suspensos, devido a decisões políticas. Estes atrasos permitem a ocupação de terrenos urbanos abandonados (*friches urbaines*) por uma cobertura arbustiva (CLÉMENT, 2004).

A importância dos territórios, refúgios da biodiversidade estão diretamente ligados à possibilidade de explorar o solo mecanicamente (sector rural) e/ou cobrir o solo eficazmente (sector urbano). As fronteiras da Terceira Paisagem são as fronteiras do *Jardin Planétaire*<sup>2</sup>, limites da biosfera (CLÉMENT, 2004).

Para a natureza, a Terceira Paisagem constitui um território para as múltiplas espécies que não encontram um lugar, não fazendo parte as plantas cultivadas, os animais domesticados, cuja existência depende da produção agrícola e pecuária. São denominados por espaços de diversidade: conjuntos primários (*ensembles primaires*), terrenos abandonados (*délaissés*) e reservas (*réserves*) (CLÉMENT, 2004).

Os conjuntos primários são conjuntos que nunca foram sujeitos a exploração, são espaços ótimos para a vida, com as condições ideais para o clímax. Ainda existem algumas florestas primárias no mundo, as restantes áreas são prados alpinos, tundras, charnecas clímax. Ou seja, são espaços unitários apesar de apresentarem grande diversidade específica, com uma dinâmica lenta mas forte endemismo (CLÉMENT, 2004).

Os terrenos abandonados (*délaissés*) resultam do abandono de uma atividade, evoluindo naturalmente para uma paisagem secundária. Clemént (2004) define paisagens

---

<sup>1</sup> Clément define a Terceira como: “*Fragment indécidé du jardin planétaire, le Tiers paysage est constitué de l'ensemble des lieux délaissés par l'homme. Ces marges rassemblent une diversité biologique qui n'est pas à ce jour repertoriée comme richesse. Tiers paysage renvoie à tiers – état (et non à Tiers – monde). Espace n'expriment ni le pouvoir ni la soumission au pouvoir*” (CLÉMENT, 2004, p. 1).

<sup>2</sup> “Le Jardin planétaire représente la planète comme un jardin. Le sentiment de finitude écologique fait apparaître les limites de la biosphère comme l'enclos\* du vivant.”

\*Le mont «jardin» vien du germanique Garten, enclos (CLÉMENT, 2004, p. 3).

secundárias como aquelas que são heterogéneas e caóticas, mas caracterizadas por uma forte dinâmica. Ou seja, apresentam grande diversidade específica heterogénea (espécies indígenas e invasoras), que leva a uma grande instabilidade e fraco endemismo. Devido ao facto de acolherem espécies pioneiras, que possuem um rápido aparecimento mas também desaparecimento, os *délaissés* nunca irão beneficiar de um estatuto de reserva. A ação antrópica contribui para a criação de cada vez mais *délaissés*, havendo redução dos conjuntos primários, isto leva a uma diversidade que não é exclusiva do seu *habitat*, constituída por espécies invasoras. As reservas são espaços protegidos da ação antrópica por decisão (CLÉMENT, 2004).

As reservas e os conjuntos primários são semelhantes, apresentando níveis estáveis que se modificam lentamente no tempo. Um território declarado 'reserva' de um ponto de vista administrativo está sujeito a proteção, vigilância e sanções, mas ao olhar para uma bordadura de estrada, um terreno urbano abandonado, estes não são alvo de qualquer proteção. Embora a Terceira Paisagem complementa estes espaços, torna-se um pouco contraditória, dado que existem diferentes desafios para eles, torna-se presente a necessidade de preservar, adquirindo uma dimensão política (CLÉMENT, 2004).

A realidade da Terceira Paisagem é de ordem mental, ela posiciona-se através dos campos éticos do cidadão, não possui um estatuto escrito, dependendo de uma consciência global. A diversidade é expressa pelo número de espécies existentes, em teoria, nunca irá acabar. A Terceira Paisagem tanto pode traduzir-se como um território de refúgio (passivo), como um território de invenção (ativo), dependendo da diminuição ou aumento do número de espécies no meio. A forma e o propósito da Terceira Paisagem mudam de acordo com o jogo político (CLÉMENT, 2004).

A evolução da Terceira Paisagem coincide com a evolução do ordenamento do território. A pressão urbana nas cidades leva à proliferação do espaço edificado para a periferia, com um desenho de malha aberta. Toda a rutura do tecido da malha pode ser considerada como uma possibilidade de comunicação entre os 'vacúolos', ou seja, continuidade biológica. O encerramento da malha irá suprimir as trocas naturais entre os 'vacúolos', diminuindo a diversidade. A multiplicação de *délaissés* ao longo da malha permite constituir refúgios para a biodiversidade. Isto é, o crescimento das cidades e vias de comunicação levam ao aumento de *délaissés*, que leva à fragmentação da Terceira Paisagem, e esta multiplicidade de fragmentos leva a uma seleção da diversidade, porque apenas subsistem as espécies compatíveis com a superfície do fragmento (CLÉMENT, 2004).

O abandono do espaço rural em Portugal contribuiu para a criação de novas dinâmicas, originando refúgios para a biodiversidade, ou seja, a natureza reclamou o espaço que lhe havia sido retirado. Tendo como exemplos, a proliferação de vegetação e a construção de ninhos de aves em edifícios abandonados, a criação de matos e abrigos de animais selvagens em parcelas desprezadas.

## **2.2. Multifuncionalidade da Paisagem Rural**

A paisagem rural de hoje não corresponde à paisagem rural de outrora, encontrando-se em constante evolução e alteração. Recorrendo às palavras de Ribeiro Telles, “a paisagem é a expressão do espaço que é vivido pelo Homem. (...) A paisagem é mais rica, quanto mais polivalente. (...) Uma polivalência é uma paisagem que tem vinho, seara, rega, pomares, etc.” (TELLES, 2004, p. 5).

Por um lado, o lugar onde uma população habita contribui para a sua diferenciação diante de outras populações, a sua cultura apresenta particularidades únicas, criando uma identidade (BARATA, 2010) .“Um país onde a paisagem morre é um país onde a cultura desaparece e com ela a primeira razão de ser da independência, que justifica a existência duma comunidade e da sua cultura” (TELLES, 1994, p. 38), por outro, assiste-se a uma alteração da imagem do espaço rural.

Se antigamente o urbano era algo pontual, inserido no contínuo natural, agora assiste-se a uma inversão de papéis, onde a cidade se torna contínua e o que resta do rural, permanece pontuado pelo território (TELLES, 2004).

A sociedade apreende o mundo rural como um acessório da cidade, algo que deve seguir a lógica urbana, mas também sente necessidade de preservar e conservar algo tão inestimável, entrando em confronto (ALVES, 2001) . Se por um lado há saudades e nostalgia, por outro há a indiferença e um olhar de indiferença sobre o mundo rural (TELLES, 2004).

Através da fuga da população rural, a paisagem fica ao critério de interesses estranhos à região, permitindo a atuação de agentes externos, sem qualquer preocupação com o meio, o que conduz à criação de espaços diferentes dos do passado (ALVES, 2001) . O mundo rural moderno não é maioritariamente um lugar de produção agrícola, sendo agora um espaço fragmentado (BAPTISTA, 2003). Ao longo dos tempos, a agricultura de economia familiar foi desvanecendo, assim como a sensibilidade pelo território, que tanto caracterizava o rural de antigamente (BARATA, 2010). O rural tradicional foi substituído por

um rural de pequenos aglomerados, os incultos já não aguardam o cultivo, tornaram-se vazios que aguardam novas oportunidades (BAPTISTA, 2003).

A procura de outros usos e funções para a paisagem rural tem vindo a multiplicar-se (CORREIA, 2007), desenvolvendo-se o conceito de Multifuncionalidade da Paisagem Rural, que define o rural como um espaço dominado pela agricultura mas também por outras atividades, que agora ocupam um maior destaque, como a conservação e a preservação de recursos naturais, atividades de recreio e lazer e proteção da identidade cultural e patrimonial, que podem formar, ou não, um mosaico (VEJRE *et al.*, 2006; CORREIA, 2004).

O conceito de Multifuncionalidade veio modificar o pensamento do proprietário rural, que entende que os sistemas de exploração agrícolas devem ser modernizados, aproveitando também o seu espaço para outras atividades, como o turismo. O mundo rural, é agora uma preocupação, e entende-se que a sua paisagem deve ser preservada, como parte integrante da sua herança cultural (GENÉSIO, 2001). A Multifuncionalidade da Paisagem é entendida por Galvão & Vareta (2010) como a sobreposição da paisagem patrimonial, valorizada pela sua estética e valor cultural, com a paisagem quotidiana, descoberta pelos habitantes no seu dia-a-dia.

As tendências atuais compreendem que a agricultura deve renovar-se, procurando a sustentabilidade, e aliando-se ao mercado turístico. A sociedade pretende que o pensamento de produzir só bens alimentares seja reconvertido, incutindo aos agricultores a produção de bens agrícolas, que tenham qualidade e segurança alimentar, protegendo o ambiente, salvaguardando as paisagens rurais, e contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico das regiões (CARVALHO *et al.*, 2004).

A agricultura deve assumir um carácter de pluriatividade, ou seja, os agricultores devem desenvolver um conjunto variado de atividades, de modo que a produção agropecuária entre em conformidade com o meio, através de seleção de espécies autóctones, do uso de solos férteis para produção agrícola, do uso de solos menos férteis para produção florestal, por exemplo. O desafio passa por minimizar o impacte ambiental no meio, deixando de ser viável a continuação de práticas agrícolas intensivas, aumentando a manutenção e a procura por práticas tradicionais e extensivas. Deste modo, a natureza desta nova tendência permitirá uma interação sustentável com os ecossistemas, privilegiando o crescimento das comunidades rurais. Nem todas as comunidades são semelhantes, de forma que nalguns casos a produção de alimentos é decisiva para



sustentar a população, enquanto noutros deve realçar-se a proteção de paisagens e atividades turísticas a elas associadas (CARVALHO *et al.*, 2004).

A outra tendência consiste em desenvolver o mundo rural através do mercado turístico, dado que os utilizadores procuram cada vez mais o contacto com a natureza e com a cultura local (PINTO, 2011). “O ambiente, cultura local e património constituem assim, três elementos chave no espaço rural, tendo o turismo um papel importante na gestão e preservação dos mesmos” (VALENTE & FIGUEIREDO, 2003, p. 5).

O turismo sustentável surge como potenciador deste novo olhar sobre o rural, dado que permite o reviver de um passado nostálgico, o contacto com a natureza, sendo o agente para a regeneração e conservação do património histórico, etnográfico e cultural da comunidade (PINTO, 2011). Atualmente, a melhor designação para turismo sustentável passa por Ecoturismo<sup>3</sup>, que segundo as palavras de Weaver (2008) significa uma forma de turismo que promove o conhecimento e a apreciação do meio natural e cultural, através de uma abordagem sustentável, que pretende minimizar o impacto da atividade humana nesse lugar.

Em Portugal, o Turismo de Natureza “pressupõe a prática integrada de atividades diversificadas, que vão desde o usufruto da natureza...ao contacto com o ambiente rural e culturas locais, através da sua gastronomia e manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas, e a estada em casas tradicionais” (Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto). Neste pressuposto, o Turismo de Natureza engloba o Turismo em Espaço Rural (TER), que pode ser praticado na forma de Turismo de Aldeia, Agroturismo, Casas de Campo e Hotéis Rurais. O Agroturismo supõe o alojamento em imóveis situados em explorações agrícolas, permitindo “...aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável”, podendo ainda exercer atividades de ocupação de tempos livres (Portaria n.º 937/2008, de 20 de Agosto).

As atividades de turismo e lazer que vêm a ser desenvolvidas no espaço são várias, como por exemplo, atividades equestres, pedestrianismo e passeios de bicicleta,

---

<sup>3</sup> Ecotourism – a form of tourism that fosters learning experiences and appreciation of the natural environment, or some component thereof, within its associated cultural context. It has appearance, in the context of best practice, of being environmentally and socioculturally sustainable preferably in a way that enhances the natural and cultural base of the destination and promotes the viability of the operation. (WEAVER, 2008)

termalismo, geoturismo, montanhismo, escalada, espeleologia, observação de aves, enoturismo, atividades fluviais, atividades cinegéticas, etc.

O Património Geomorfológico tem adquirido destaque pela sua riqueza, potenciada pela procura, mas a fragilidade ambiental do meio implica alguns cuidados rigorosos, torna-se necessário diversificar os modos de gestão e valorização atendendo ao local e região onde se encontra inserido. Os elementos geomorfológicos contribuem para a formação de diversos geossistemas e paisagens, distinguidos pelo desenvolvimento do solo, o coberto vegetal e a influência da atividade humana (pastorícia, agricultura e/ou uso florestal). Transformar estes espaços em potenciais lugares turísticos envolve a consciência de que necessitam de rigorosos programas de gestão (CUNHA & VIEIRA, 2004). Segundo Galopim de Carvalho, Geomonumento designa uma ocorrência geológica "...com valor documental no estabelecimento da história da terra, com características de monumentalidade, grandiosidade, raridade, beleza, etc." (GALOPIM DE CARVALHO, 1999; BRILHA, 2005). Em 2005, Brilha propõe um novo conceito, o de Geossítio, que visa classificar a ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade, com delimitação geográfica precisa e com valor científico, pedagógico, cultural e turístico. Sendo assim, o Geoturismo possui vantagens, dado que não é condicionado por sazonalidades, não depende de hábitos da fauna, e complementa as restantes ofertas turísticas, podendo até promover o artesanato ligado à geodiversidade local. Deste modo, esta nova vertente procura desenvolver consciencialização para o património geológico, estimulando a geoconservação e o desenvolvimento sustentável e local de uma dada região.

O Termalismo era uma área em declínio no país, mas nos últimos anos tem vindo a reabilitar-se devido ao aumento da procura, quer pelo entendimento dos benefícios para a saúde quer pelo bem-estar que proporciona. O uso das águas termais no território é anterior à Reconquista, a prova são as ruínas que ainda hoje existem por todo o continente, celtas, árabes e romanos foram os povos que mais influenciaram esta prática, em torno de fontes e nascentes surgiam construções, denominadas por banhos, caldas ou termas, influenciando também a toponímia (Associação das Termas de Portugal, 2013). Os romanos ampliaram o carácter social da utilização das termas, aliado à componente da saúde, que atualmente se pretende revitalizar (CANTISTA, 2008-2010).

A Observação de Aves (*Birdwatching*) em Portugal é uma atividade em crescimento, que pretende sensibilizar a população para a importância da biodiversidade e conservação da natureza, tendo como objetivo a observação e desfrute das aves,

conhecendo os seus *habitat* (maioritariamente em áreas protegidas) (OLIVERAS *et al.*, 2010).

O Pedestrianismo é uma atividade que consiste em percorrer distâncias a pé em caminhos bem definidos e devidamente sinalizados (com marcas e códigos internacionalmente aceites), possibilitando a interação com o património cultural e natural. Os percursos podem ser de Grande Rota (GR), com uma dimensão superior a 30 km, requerendo mais de um dia de jornada, podendo ser transeuropeus; ou de Pequena Rota (PR), dado que não possuem mais de 30 km de dimensão nem necessitam de mais de um dia jornada para serem percorridos (Portaria n.º 1465/2004 de 17 de Dezembro; BRAGA, 2006).

A Atividade Cinegética contribui para a economia do meio rural, permitindo a compatibilização com outras atividades, como a agrícola, turística, cultural, social e ambiental, desenvolvendo-se em zonas de caça bem delimitadas, podendo estas ser nacionais (ZCN), municipais (ZCM), associativas (ZCA) e turísticas (ZCT) (Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto). As ZCT podem rentabilizar espaços agrícolas, como complemento à agricultura, acrescentando aproximadamente 50 % do rendimento agrícola (CONCEIÇÃO, 2000).

As atividades e recursos turísticos relacionados com a gastronomia e atividades vitivinícolas de dada região são designadas por Enoturismo, esta nova vertente do turismo pretende promover a descoberta e a interpretação da diversificada Cultura do Vinho do nosso país, através de rotas e circuitos de vinho, onde o enoturista pode provar vinho e até ajudar na vindima e produção do mesmo (Carta Europeia de Enoturismo).

Para uma melhor compreensão da introdução deste tipo de atividades no meio rural enumeram-se alguns modelos a seguir.

### **2.2.1. Exemplos Práticos**

#### **2.2.1.1. Castello Di Monte Vibiano Vecchio (Umbria, Itália)**

O Monte Vibiano situa-se em Perugia, na região de Umbria, que se diferencia pela baixa densidade de população (cerca de 900 000 habitantes) maioritariamente agrícola, o que permite a preservação da paisagem natural (Castello Monte Vibiano Vecchio).

A propriedade pertence à família Fasola, tendo como ex-libris o Castelo (aproximadamente 2000 anos de existência) situado numa colina, onde se pode vislumbrar toda a dimensão das centenas de hectares de produção agrícola e florestal. Em 1960, cria-se a marca Monte Vibiano (Figura 2), tendo como produtos o azeite e o vinho, estando a propriedade dividida entre 300 ha, destinados a produção agrícola (com 12 000 oliveiras) e 400 ha de floresta. Desde Junho de 2010 que é possível realizar Eco-tours (Figura 3), em veículos elétricos, destinadas a mostrar o funcionamento da propriedade, como a adega de vinho, as vinhas, a vindima, o olival, a apanha da azeitona, culminando numa degustação de vinhos e bruschetta no Eco Degustation Terrace, construído a partir de materiais reciclados (Figura 4) (Castello Monte Vibiano Vecchio, s.d.).

Esta mudança ecológica permitiu ao Monte Vibiano ser a primeira propriedade em Itália e no mundo, a ser considerada *Zero Greenhouse Emissions*, de acordo com ISO14064, tendo em 2008 produzido, aproximadamente, - 700 toneladas de dióxido de carbono (360° Green Revolution, s.d.).



**Figura 2. Logo de Monte Vibiano (Castello Monte Vibiano Vecchio, s.d.)**



**Figura 3. Eco-tours em veículos elétricos (Castello Monte Vibiano Vecchio, s.d.)**



**Figura 4. Eco Degustation Terrace (Castello Monte Vibiano Vecchio, s.d.)**

#### **2.2.1.2. Granxa Arqueixal (Galicia, Espanha)**

A Granxa Arqueixal localiza-se em Lugo (Comarca da Ulloa), na região da Galicia, fazendo parte da rota dos peregrinos de Santiago de Compostela (Granxa Arqueixal, s.d.).

A propriedade possuía várias casas que foram recuperadas com o objetivo de receber pessoas dispostas a conhecer o modo de vida sustentável da família. Uma das casas deu lugar a um espaço comum, onde se pode realizar seminários, *workshop's*, aulas de meditação, *yoga*, *tai-chi*, tendo uma pequena livraria. Existe ainda um Economuseu (Figura 5), que possibilita a viagem ao mundo rural galego dos anos 20-30. Arqueixal produz lacticínios (Figura 6) que fazem parte PDO Arzúa – Ulloa e do Conselho Regulador de Agricultura Ecológica de Galicia (CRAEGA) (Granxa Arqueixal, s.d.).

Arqueixal proporciona uma viagem ao passado rural, estando rodeada de bosques de carvalhos e castanheiros, onde é possível realizar atividades ao ar livre, como *trekking* e canoagem, e compreender a influência cultural medieval, tradicional e militar (Granxa Arqueixal, s.d.).



Figura 5. Economuseu (Granxa Arqueixal, s.d.)



Figura 6. Produtos de Granxa Arqueixal (Granxa Arqueixal, s.d.)

#### 2.2.1.3. Centro de Agroecologia y Medio Ambiente de Murcia – CEMA (Murcia, Espanha)

O CEMA está sediado na aldeia de La Rafa, na região de Murcia, destinando-se ao esboço e manuseamento de sistemas agrários sustentáveis, à recuperação e preservação da biodiversidade, à sensibilização sobre práticas de desenvolvimento sustentável e ao Agroturismo e Ecoturismo; associando-se à Rede de Agroecologia e Ecodesarrollo da Região de Murcia (Centro de Agroecologia y Medio Ambiente de Murcia, s.d.).

O Centro dispõe de quatro apartamentos bioclimáticos (Figura 7), premiados em 2009 com o Prémio Regional de Arquitetura, caracterizados por baixo consumo de energia e gestão dos



Figura 7. Apartamentos bioclimáticos (Centro de Agroecologia y Medio Ambiente de Murcia, s.d.)



resíduos de água, servindo de albergue para os visitantes que pretendam participar nas atividades do CEMA, podendo realizar formações, atividades ambientais e adquirir produtos ecológicos cultivados no Horto Ecológico (Figura 8), certificados pelo Conselho Regulador de Agricultura Ecológica de Murcia.



**Figura 8. Horto Ecológico (Centro de Agroecologia y Medio Ambiente de Murcia, s.d.)**

#### **2.2.1.4. Quinta da França (Norte, Portugal)**

A Quinta da França situa-se na Cova da Beira, próxima de Covilhã, possuindo 470 ha divididos em dois núcleos principais, a Quinta de Cima e a Quinta de Baixo, apresentando deste modo uma imensa diversidade paisagística, caracterizada por lameiros, pastagens, matos, pinhal, eucaliptal, carvalhal, olival e culturas arvenses de sequeiro e de regadio (DOMINGOS & CANAVEIRA, 2000).

O projeto pretende criar um modelo para a gestão sustentável de quintas, sendo uma parceria entre o Instituto Superior Técnico (IST/UL), a Junitec, a Terraprima – Sociedade Agrícola Lda., a Direção Geral das Florestas, a Câmara Municipal de Lisboa e a de Covilhã e a Liga para a Protecção da Natureza (LPN). Em 1995, o projeto toma início, implementando uma abordagem interdisciplinar com o apoio do Programa Life (projetos MISART e LandSTATE) da União Europeia (DOMINGOS & CANAVEIRA, 2000).

A Quinta procura um desenvolvimento sustentável entre a agricultura, a pecuária, a floresta e o turismo, as principais atividades são as culturas arvenses de sequeiro e de regadio (produção de milho e centeio), e a exploração de ovinos para a produção de leite e de carne (aproximadamente 500 animais) (DOMINGOS & CANAVEIRA, 2000). O sequestro de carbono é um dos principais objetivos do projeto, através da plantação de nova floresta, utilizando práticas de gestão sustentáveis, da plantação de pastagens permanentes semeadas biodiversas (Figura 9), ricas em leguminosas e gramíneas (DOMINGOS *et al.*, 2009).



**Figura 9. Pastagem biodiversa (Terraprima, s.d.)**

O trabalho da Terraprima foi louvado em Novembro de 2013 com o prémio *Sustainia Awards* (Terraprima, s.d.).

#### **2.2.1.5. Herdade do Freixo do Meio (Alentejo, Portugal)**

A Herdade do Freixo do Meio localiza-se na Aldeia dos Foros de Vale da Figueira, junto a Montemor-o-Novo, possuindo 440 ha de montado de sobro e de azinho. Após 15 anos de nacionalização, a herdade foi entregue aos antigos proprietários e em 1990 inicia-se o projeto do Freixo do Meio (Herdade do Freixo do Meio, s.d.).

Desde 2001 que a Herdade pratica agricultura biológica, vindo a aderir mais tarde aos princípios biodinâmicos (em 2005), à permacultura (em 2006), proporcionando posteriormente a criação de microprojectos autónomos, como o “Viveiro Freixo do Meio” em 2008 (iniciativa de um antigo funcionário da Herdade) (Herdade do Freixo do Meio, s.d.).

A Herdade procura a sustentabilidade económica, para isso realiza a transformação de alimentos (produção de carnes de espécies autóctones (Figura 10 e 11) e seus derivados, produção de cogumelos, cereais, azeite e produtos hortícolas, etc.), e a distribuição por grosso e a retalho. A nível de serviços turísticos é possível pernoitar numa unidade de Turismo em Espaço Rural (TER) ou no Eco-camping – Parque da Natureza da Ribeira da Casa Branca (Figura 12), participando em diversas atividades didáticas e ambientais, como piqueniques, canoagem, tiro com arco, mini eco football golf, pesca, passeios pedestres ou em cavalo e burro, degustações, etc. (Herdade do Freixo do Meio, s.d.).



**Figura 10. Criação de porcos de montanha (Herdade do Freixo do Meio, s.d.)**



**Figura 11. Criação de gado bovino (Herdade do Freixo do Meio, s.d.)**



**Figura 12. Eco-camping (Herdade do Freixo do Meio, s.d.)**

#### 2.2.1.6. Projecto Querença (Algarve, Portugal)

O Projecto Querença situa-se na Aldeia de Querença, no concelho de Loulé, pretendendo reanimar a aldeia e promover o emprego de jovens licenciados (Figura 13), utilizando conceitos como *problem-solving*, investigação-ação e dinâmicas de grupo (Projecto Querença, s.d.).



Figura 13. Participantes do Projecto Querença, (Projecto Querença, s.d.)

O Projeto consiste numa colaboração entre a Fundação Viegas Guerreiro de Querença, a Universidade do Algarve, a Câmara Municipal de Loulé, o IEFP e a Junta de Freguesia de Querença, sendo os coordenadores o Professor António Covas e o Engenheiro João Ministro. Iniciado em finais de 2010, pretende que a equipa, constituída por jovens, conheça os recursos locais (naturais, rurais, culturais e sociais) de modo a valorizar e rentabilizar o local numa forma sustentável, promovendo a agricultura biológica, a jardinagem sustentável, o ecoturismo, a utilização de novas tecnologias, etc. (Projecto Querença, s.d.).

É possível adquirir os produtos deste projeto no último Domingo de cada mês, no Mercado de Querença (Figura 14), onde se promove o contacto entre os visitantes e os moradores, juntamente com *workshop's*, passeios interpretativos e animação cultural (Projecto Querença, s.d.).



Figura 14. Mercado de Querença (Projecto Querença, s.d.)

Os exemplos anteriormente referidos transparecem as vantagens da Multifuncionalidade, permitindo-lhes aliar a sustentabilidade ecológica com a sustentabilidade económica. As suas ações criam benefícios para as regiões onde se situam, dado que possibilitam atividades que diferem do meio comum, como as Eco-tours realizadas no Monte Vibiano, a produção e venda de produtos regionais certificados na Granxa Arqueixal, a construção de edifícios sustentáveis no CEMA, a gestão sustentável e o sequestro de carbono através de pastagens biodiversas na Quinta da França, o turismo de naturezas e as suas atividades na Herdade Freixo do Meio e a reanimação da Aldeia de Querença, praticamente despovoada, por jovens licenciados.



### **3. Evolução da Paisagem do Alentejo**

A Paisagem Rural de Portugal pode ser dividida em dois tipos dominantes de paisagem: a paisagem compartimentada, a Norte do Tejo e a paisagem da árvore dispersa mediterrânica, a Sul do Tejo, segundo Magalhães (2003). A primeira surgiu da “abertura da mata que deu origem à clareira, destinada à cultura de hortícolas, arvenses de regadio ou pomar (nas várzeas), e de arvenses de sequeiro, olival, vinha ou pomar de frutos secos no sistema seco. A dimensão desta clareira é tal que foi necessário manter a mata na sua forma mais sintética e densa de significados ecológicos que é a sebe. Neste tipo de paisagem, a mata ou os matos cobrem os cabeços e as encostas mais declivosas, ao passo que a agricultura ou a pastagem compartimentada ocupam as vertentes até onde o declive o permite. Os talvegues são protegidos pela galeria ripícola e a agricultura de regadio desenvolve-se ao longo dos vales que, sempre que se alargam, beneficiam também de compartimentação que deveria ser constituída por espécies da mata ribeirinha.” (MAGALHÃES, 2003, p. 77).

O segundo tipo de paisagem – árvore dispersa mediterrânica – surgiu da “secura e demais condições adversas do meio, como as elevadas temperaturas estivais e a pobreza do solo, determinaram uma outra adaptação antrópica da mata. A proteção em relação ao sol é agora o objetivo dominante do sistema e cada árvore passa a cumprir a função da mata, no espaço que dela depende. A abertura da mata não deu lugar à clareira, como na Paisagem Compartimentada, mas fez-se árvore a árvore, alargando o seu compasso, de modo a aumentar a entrada de radiação, cautelosamente, com contenção, permitindo a consociação com a pastagem, mas sem deixar de proteger o solo dos ardores da radiação solar e de garantir a adição anual de matéria orgânica, trazida pela folhada das árvores” (MAGALHÃES, 2003, p. 77).

O modo como a Paisagem Rural foi evoluindo ao longo dos anos foi consequência da evolução das políticas do país. Face à localização do caso de estudo na predominância do segundo tipo de paisagem, a árvore dispersa mediterrânica, procedeu-se ao estudo da compreensão da evolução da paisagem do Alentejo. Desta forma, sistematiza-se e sintetiza-se as várias épocas marcantes, como a Idade da Pedra, a Idade do Bronze, a Idade do Ferro I e II, o Domínio Romano, o Domínio Árabe, a Reconquista Cristã, o séc. XIX e o XX.

#### **3.1. Idade da Pedra à Idade do Bronze**

É nesta época que o Alentejo conhece a mineração de cobre, os povoados, até então desprotegidos, começam a ser fortificados com várias linhas de defesa, os animais

começam a ser utilizados não só para consumo direto, mas também como fonte de energia. Inicia-se a utilização do carro e do arado, que permite um melhor aproveitamento do solo, levando as populações a fixarem-se, e à formação de povoados concentrados. Esta concentração promove a estratificação das sociedades, dominadas por uma aristocracia guerreira, que aliavam a exploração de cobre com a atividade agro-pastoril (FABIÃO, 1993).

### **3.2. Idade do Ferro à II Idade do Ferro**

Durante a Idade do Ferro, as povoações entram em contacto com os povos Fenícios através de trocas comerciais, que facultam a metalurgia do ferro, novas técnicas de extração de minério, o aumento da zona de cultivo de cereais, a introdução e produção do vinho e do azeite, o melhoramento da arte de cerâmica e a intensificação da atividade piscatória. Verifica-se um enorme contraste entre as povoações do Norte, onde persistia a cultura castreja, e as povoações do Sul, que conheciam uma outra cultura, a mediterrânica oriental (SANTOS, 2011).

A chegada da II Idade do Ferro traz o contacto com os Celtas, e a diversidade cultural aumenta, provocando diferenças entre o litoral e o interior (muito mais desenvolvido) alentejano (SANTOS, 2011).

“Ainda que este país seja naturalmente rico em frutos e gado, e também em ouro, prata e outros metais, a maioria destes povos renunciou a aproveitar estas riquezas naturais para fazer vida de salteadores. Sempre na verdade viveram em guerras, ou entre si ou com os seus vizinhos de além do Tejo, até que os romanos puseram fim a este estado de coisas, fazendo descer as povoações fortificadas da montanha para a planície e transformando-as em aldeias (...)” (ESTRABÃO, 1965, p. 242).

### **3.3. Domínio Romano**

A chegada dos Romanos acontece no séc. III a.C., devido a confrontos com os Cartagineses, mas a sua vinda não é pacífica, e confrontam-se com os Lusitanos, chefiados por Viriato (SANTOS, 2011).

As suas influências despertam um novo estilo de vida urbano (SANTOS, 2011), segundo Ribeiro, “...a população vive de preferência aglomerada. Cada povoação tem o seu âmbito de culturas mimosas e enfeixa a rede de estradas que a liga a outras povoações distantes” (RIBEIRO, 1970, p. 330).

A romanização insere um novo regime de propriedade, ou seja, o coletivismo agrário é substituído por uma ocupação individualista da terra, com este novo modelo, surgem as *Villae* romanas. Estas *Villae* possuíam no seu centro o *Dominus* (a casa do proprietário), próximo associavam-se os celeiros, as arrecadações, os estábulos, os alojamentos dos *Serv* (os escravos), e só depois se avistavam as casas de arrendar (SANTOS, 2011), estas propriedades tinham dimensões entre os 100 e os 600 hectares (RIBEIRO *et al.*, 1999). Atualmente é impossível não comparar as semelhanças das *Villae* com o Monte Alentejano ou com a estrutura das Herdades Alentejanas.

A economia também é modificada, através da passagem de uma economia maioritariamente pastoril para uma agrícola, que consiste no cultivo de cereais, vinha e de arvoredos (SANTOS, 2011). Citando novamente Ribeiro, “o Sul era outro mundo, há muito aberto a todos os ventos da civilização” (RIBEIRO, 1970, p. 330).

### **3.4. Domínio Árabe e Reconquista Cristã**

Os Árabes chegam no início do séc. VIII, as suas influências são várias, mas a estrutura administrativa existente permanece. A rede viária romana é respeitada, ficando as cidades muçulmanas mais importantes, quer a nível económico quer a nível político, ao longo desses percursos, havendo apenas algumas melhorias (SANTOS, 2011).

O contraste entre o Norte e o Sul continua a aumentar progressivamente, tendo o Norte apenas carácter agrícola, enquanto o Sul vivia o comércio e o artesanato intensamente (SANTOS, 2011). Conforme Oliveira Marques (1977, p.37), “...o Sul podia viver perfeitamente só, com as suas correntes desenvolvidas de contactos horizontais Oriente-Occidente e Occidente-Oriente”.

Em redor de cada cidade, havia pomares, acompanhados de hortas produtivas, que alimentavam a comunidade, devido a melhorias nos sistemas de rega, como a nora. Aliada a esta inovação, veio a variedade botânica de trigo (trigo mourisco), o arroz, a laranja, o açafreão...entre outros (MARQUES, 1977).

No Norte, cristão, habitava uma classe com especificidades guerreiras, militares e conquistadoras, repleta de castelos e povoações fortificadas, enquanto no Sul, ainda muçulmano, habitava uma classe com especificidades comerciais, agrícolas e artísticas, e eram estas gentes que investiam os seus ganhos em terras e tornavam-se proprietários absentistas (SANTOS, 2011).

No séc. XII o Rei ordena a colonização por nobres senhores (designado por Honras) e por dignitários de Ordens Religiosas (designado por Coutos) das terras conquistadas aos mouros, mas também foram incumbidos prisioneiros, que a troco da liberdade tinham de se fixar em zonas fronteiriças de grande perigo, designado por Coutos homiziados (SANTOS, 2011).

No séc. XIII D.Afonso III conclui a Reconquista Cristã, encontrando uma agricultura cerealífera, principalmente de trigo, mas também frutícola e olivícola. Devido à introdução da azenha e da nora, era possível obter pomares e hortas em redor das povoações. É nesta altura, que o denominado núcleo constituído pela casa senhorial e por outras habitações e equipamentos viria a cognominar-se de Aldeia (SANTOS, 2011).

A Reconquista veio alterar profundamente o regime de propriedade do Sul, grande parte do território foi facultado às Ordens Religiosas, Militares e a Nobres, através de doações latifundiárias, que posteriormente, cediam a exploração dos terrenos aos habitantes sob a forma de contratos enfitêuticos (MENDES, 2007).

### **3.5. Formação até o séc. XIX**

Em 1375, devido à escassez de cereais, à falta de mão-de-obra, ao aumento do preço do pão e do salário agrícola, à falta de gado para a lavoura, ao aumento dos ociosos e vadios e à diferença de rendas pedidas pelos proprietários e as oferecidas pelos rendeiros, D.Fernando instaura a Lei das Sesmarias. Esta lei tinha como objetivos sujeitar os proprietários a cultivar as terras mediante pena de expropriação, obrigar ao trabalho agrícola, fixar os salários rurais, fixar o preço do gado e fixar o preço das rendas (Infopédia, Lei das Sesmarias, 2003 - 2014).

Entre 1450 e 1550, as transformações mais marcantes foram a nova fase de arroteias e a introdução de novas culturas, como o milho. Assiste-se à conversão de planícies e baldios em terras aráveis, abate de bosques e matas, pastagens transformadas em searas e pomares, traduzindo-se, por exemplo, em mais de 10 000 ha de baldios convertidos (MARQUES, 1977).

O baldio proporcionava várias vantagens à população, daqui vinha o mato (estevas, giestas, tojo, torga, urze,...) que servia de cama para o gado, e posteriormente, em conjugação com o esterco, formava o estrume que fertilizava as terras, além da lenha, carvão, mel, entre outros, que era possível extrair, ficando uma parte confinada a cultivo de

cereais. Apesar destes benefícios, o argumento da política desamortizadora venceu com a promessa do aumento de produção e superfície agrícola (ESTEVÃO, 1983).

Nos finais do séc. XV, o principal fornecedor de trigo era o Alentejo, que contribuiu bastante para a confeção dos biscoitos de Vale de Zebro (SANTOS, 2011).

Até ao séc. XVIII, a produção cerealífera era especialmente trigo, embora também se produzisse cevada. Em 1765, o Marquês de Pombal de modo a acabar com a sobreprodução de vinho, manda erradicar as vinhas de Vale do Tejo, de Mondego e do Alentejo. A primeira tentativa de instalar populações vindas das Ilhas no Alentejo foi protagonizada por ele (SANTOS, 2011), assim como, em 1774 garantiu a continuidade do arrendamento na família do lavrador, reforçou a posição dos rendeiros através da imposição de rigidez nos arrendamentos, privilegiando as grandes propriedades (ALMEIDA, 2004).

### **3.6. Durante o séc. XIX**

É no séc. XIX que acontecem as grandes mudanças, particularmente devido à introdução da agricultura intensiva (LOURENÇO, 2001), formando-se grandes propriedades da Burguesia moderna, que preferiam entregar as terras a rendeiros, que as exploravam, e ir viver para as cidades, onde gastavam o dinheiro das rendas, culminando em absentismo e falta de investimento por parte dos proprietários (ALMEIDA, 2004).

Em 1832, Mousinho da Silveira, ilustre liberal, aboliu os dízimos e as prestações foraleiras, e mais tarde em 1834, o Ministro Joaquim António de Aguiar extingue as Ordens Religiosas masculinas e ordena a nacionalização de todos os seus bens. No ano de 1869, os baldios são desamortizados (ALMEIDA, 2004).

As leis instauradas por Mousinho da Silveira e o Ministro Joaquim António de Aguiar vieram alterar o paradigma social, a abolição do Regime de Morgadios e a venda em hasta pública das propriedades retiradas às Ordens Religiosas, através do “Decreto Mata-Frades” (SANTOS, 2011). A alteração do Regime de Morgadios veio contrariar a passagem dos bens, por morte do seu titular, ao descendente varão primogénito, justificação concertada para impedir o empobrecimento das famílias, impedindo sucessivas partilhas, mas esta fundamentação não impedia o empobrecimento dos restantes descendentes não primogénitos. O único morgadio que persistiu em Portugal foi a Casa de Bragança, que se destinava ao herdeiro da Coroa, perdurando até 1910 (Infopédia, 2003 - 2014).

Apesar destas medidas, a grande estrutura fundiária consegue persistir devido às enormes dimensões dos lotes, surgindo, em 1887, o Projeto-lei de Fomento Rural de

Oliveira Martins. Este projeto pretendia desenvolver o crédito rural, a secagem de pântanos, obras de regadio, arborização, transportes, proteção à caça e à pesca, não esquecendo os incultos, caso não fossem explorados, poderiam ser atribuídos a outro, por aforamento, criando-se a “enfiteuse” ou “subenfiteuse” (SANTOS, 2011).

Neste momento, “o vale oblíquo do Tejo pode dizer-se que divide o Portugal povoado do deserto, o Portugal culto do inculto, e a primeira necessidade da nossa economia interna é compensar estas duas metades, unificar estas duas partes...” (MARTINS, 1887; RAPOSO, 1977, p. 85).

“Necessitamos hoje implantar homens e implantar árvores: dar à terra quem a fecunde. É necessário sangrá-la nuns pontos, laqueá-la em outros” (MARTINS, 1994, p. 22).

No mesmo ano, 1887, Mariano de Carvalho e Emídio Navarro criam um Projeto-lei que obrigava a exploração e colonização de terrenos que estivessem há cinco anos sem culturas. Alguns anos mais tarde, em 1893, era criada uma comissão colonizadora de baldios e incultos (SANTOS, 2011).

Todas estas medidas contribuíram para o aumento da população, vinda de várias partes do país, como do Minho e da Beira, que cultivaram todos os terrenos, com ou sem aptidão agrícola, reduzindo a zona da charneca, causando a arroteia generalizada (SANTOS, 2011).

No final do século, mais precisamente no ano de 1899, Elvino de Brito formula a Lei de Proteção aos Cereais (SANTOS, 2011), também denominada por Lei Cerealífera, ou Lei do Trigo, ou Lei da Fome e da Fortuna, que pretendia assegurar o preço do pão, sendo dada proteção aos produtores de cereais (LOURENÇO, 2001). Esta Lei foi provocada por uma anterior, a Lei Protecionista de Eduardo José Coelho, que proibiu a importação de trigo exótico, contribuindo para o aumento do preço do pão (ALMEIDA, 2004). É neste momento que os adubos químicos ocorrem, permitindo o cultivo em solos de xistos, reduzindo os anos de pousio, originando grandes colheitas, que rapidamente decaem devido ao esgotamento da matéria orgânica nos solos (SANTOS, 2011).

### **3.7. Durante o séc. XX**

É no séc. XX que ocorre a Campanha do Trigo, de 1928 a 1938, aliada a uma procura por autossuficiência alimentar, assim como, a organização corporativa da lavoura e a criação de Grémios (BAPTISTA, 1993; ALMEIDA, 2004).

A Campanha de Trigo favoreceu o desbravamento da charneca e o aumento da cultura de cereais, contribuindo para o enriquecimento de agricultores, baseados numa economia familiar, outros empregavam trabalhadores assalariados, provocando um aumento da população. Em 1952, existiam 18 286 seareiros, que arrendavam terras aos grandes latifundiários, estes últimos preferiam viver e gastar os seus lucros na cidade, não tendo grande contacto com a comunidade (CARMO, 2007).

No final dos anos 50, o Plano de Fomento Agrícola apenas criou uma maior dependência da agricultura face à indústria, o que originou o abandono do cultivo passando para a caça, a florestação e a pecuária extensiva, que fomentou o êxodo rural (LOURENÇO, 2001), e assim o Alentejo perde 5 % da sua população (SANTOS, 2011).

A Política Agrícola Comum surge, em 1957 no Tratado de Roma, para suprir as insuficiências alimentares (SILVA, 2000), mas é também nesta altura que o latifúndio perde forças, e o capitalismo agrário surge, devido à intensificação da mecanização e a falta de rotação e pousio, levando ao declínio dos seareiros (REIS & NAVE, 1987).

“As terras novas que nunca tinham visto semente davam searas brutas era semear e colher. Depois é que amargou. Terras fracas, delgadinhas, deram logo em cansar-se, em minguar na semente e só o poder do guano se tira hoje alguma coisa delas” (RIBEIRO, 1927; PORTAS, 1967).

O abandono das terras provoca a expansão do montado de sobro, do montado de azinho, e da eucaliptização. Os grandes e médios proprietários perdem notoriedade, levando a uma corrida às herdades, adquiridas por preços modestos (SANTOS, 2011). O êxodo rural inicia uma crise na lavoura alentejana, em que os trabalhadores exigem melhores salários e horários de trabalho de oito horas por dia, esta diminuição na demografia possibilita a introdução da indústria da polpa de tomate (ALMEIDA, 2004).

Entre os anos 60 e 70, o Alentejo perde 20 % da sua população. Como já se referiu, a Campanha de Trigo pretendia melhorar o panorama agrícola, mas provocou uma penalização ao pequeno produtor e ao consumidor, enquanto os grandes proprietários adquiriam os benefícios da Campanha como de complementos ao seu capital se tratasse (SANTOS, 2011).

Ao mencionar a estrutura agrária alentejana, torna-se impensável associar a outra que não a do latifúndio, que conseguiu durante anos privar a população de outras alternativas de subsistência, originando união nos habitantes que começaram a impor-se ao grupo restrito de grandes latifundiários (REIS & NAVE, 1987).

Em 1975, inicia-se a Reforma Agrária, tendo como justificativa o absentismo dos proprietários, que não investiam e preferiam abandonar as suas terras (ALMEIDA, 2004). Este momento na História serve para separar as diferentes Reformas que o país sofrera, dado que antes da Revolução, as Reformas eram de cariz Latifundiária, e após tornam-se de cariz Anti Latifundiária e Progressista (SILVA, 2000). Esta Reforma Agrária de 1975 foi fruto de um movimento de trabalhadores rurais, que ocuparam as terras, vindo a formar mais de quinhentas unidades de produção, geridas por cooperativas. Este movimento depressa encontrou resistência por parte dos proprietários, que em 1976, começaram a organizar a Contra-Reforma Agrária, pedindo a devolução de terras, equipamento e gado, este processo arrastou-se até 1996 (SANTOS, 2011).

Em 1986, Portugal entra para a CEE, e esta adesão conduz a medidas de controlo de produção, cujo objetivo é conter custeamentos (MARQUES, 2004), mas apenas piorou a situação, através da redução de quotas de produção, quando na realidade havia défices alimentares nos cereais, na pecuária, no leite e laticínios (SILVA, 2000).

A agricultura não foi renovada, o espaço rural não foi revitalizado e todas as medidas, como a PAC, a Reforma da PAC ou a Agenda 2000 apenas serviram para dizimar a agricultura portuguesa e criar uma maior dependência face à UE, que culminam na emigração da população.



#### 4. Evolução do Montado

A evolução do Montado é essencial para uma melhor compreensão a nível paisagístico, falar do Alentejo sem referir a grande unidade de paisagem que o compõe não seria correto, e o modo como o Homem criou e interveio no Montado torna-se fundamental para compreender o seu ecossistema e proporcionar soluções para o já referido abandono da ruralidade.

O Montado (Figura 15) terá surgido no momento em que o Homem interveio no bosque mediterrânico, através do fogo, tirando proveito das pastagens e da bolota. Atualmente, a palavra Montado designa um sistema tradicional de exploração agro-silvo-pastoril baseado num estrato arbóreo de densidade variável, constituído por sobreiros e azinheiras em povoamentos puros ou mistos e casualmente intercalados por oliveiras, zambujeiros e outros carvalhos (FONSECA, 2004).



Figura 15. Montado de Sobro em Marvão (Fonte: Autor)

Este sistema é constituído por vários elementos interdependentes, são eles, a cobertura arbórea, as pastagens, as culturas extensivas baseadas nos cereais, os pousios de duração variável (entre dois a dez anos), que dão origem a um estrato herbáceo e arbustivo, servindo este de pasto para o gado (ovino, caprino, porcino e bovino). Associado ao Montado encontra-se o povoamento rural concentrado, situado em montes e em aldeias, criando uma dinâmica complexa (FERREIRA, 2001).

Na Península Ibérica, o Montado ocupa uma área de 2,5 milhões de ha, sendo 80 % em Espanha e 20 % em Portugal (CABO ALONSO, 1998). O Montado pode ser constituído essencialmente por *Quercus suber* L. (Montado de Sobro), *Quercus rotundifolia* Lam. (Montado de Azinho) ou pelos dois tipos de árvores (Montado misto), é ainda possível associar-se a espécies como o *Pinus pinea* L., o *Pinus pinaster* Aiton, a *Olea europaea* L.

var. *sylvestris* (Mill.) Hegi e o *Quercus pyrenaica* Willd. O Montado de *Quercus pyrenaica* Willd. ocorre excecionalmente na zona de Marvão e Castelo de Vide, sendo uma formação rara a nível nacional (ICNF, s.d.).

O Montado de Sobro designa um sistema multifuncional, que associa uma cobertura arbórea, em povoamentos abertos de baixa densidade, a uma cultura agrícola em sob-coberto e a uma exploração de gado. Se o povoamento for denso, o estrato arbustivo não atingir o porte arbóreo, e não ocorrer atividades agrícolas e pecuárias, trata-se de um sistema monofuncional, que se designa por Sobreiral, neste sistema a produção de cortiça coliga-se com a atividade cinegética e com a apicultura. O valor ecológico do Montado de Sobro e do Sobreiral é elevado, as suas áreas albergam quatrocentas espécies de vertebrados e cento e quarenta espécies de plantas aromáticas, medicinais e melíferas, esta riqueza deve-se à resistência do sobreiro ao fogo, que conduz à sua longevidade (COSTA & PEREIRA, 2007).

O Montado de Azinho é um sistema também multifuncional, constituído principalmente pela azinheira, que se caracteriza por pastagens e matos baixos, servindo de pastoreio para as varas de porco preto. Se o povoamento de azinheiras for natural e a intervenção humana for mínima, este sistema monofuncional designa-se por Azinhais e matagais arborizados (ONOFRE, 2007).

A multifuncionalidade destes dois tipos de Montado é semelhante, exceto na componente florestal, mais intensa no Montado de Sobro (extração de cortiça, aproveitamento de lenha e carvão) e na componente de pastagem extensiva, mais intensa no Montado de Azinho (criação de porco preto) (MATIAS, 2008).

Na sequência das reflexões sobre a história do Alentejo torna-se imprescindível abranger a história do Montado, porque ambas estão interligadas. Entre o Neolítico e a Idade do Bronze, o Homem conhece a sedentarização, modifica a paisagem através do uso do fogo, para controlo de matos e preparação de terrenos para a agricultura e fertilização do solo. Inicia-se o consumo da bolota, por parte da população, e é na Idade do Ferro que a mesma é transformada em pão. É durante o domínio Romano que o Alentejo vê a sua paisagem a ser alterada intensamente, com a introdução do castanheiro e da oliveira, e com a continuada desarborização em prol da agricultura e das pastagens. A ocupação Árabe também não difere, reforçando o pastoreio e a agricultura (FONSECA, 2004).

No séc. XIV, a cortiça despertou interesse comercial, e a sua exportação era maioritariamente para o Norte da Europa. As áreas de Montado eram vistas pela realeza e

nobreza como áreas de caça grossa, enquanto o povo via estas áreas como fonte de madeira e ideal para a produção agrícola e pastorícia. Os Descobrimentos vieram diminuir a área de Montados, devido à excelência da sua madeira para o fabrico de embarcações, e em 1546 D. João III inicia várias ações contra o abate indiscriminado de árvores (MENDES, 2007).

À medida que a evolução agrária aumentava, o Montado diminuía, sendo os acontecimentos mais marcantes, a divisão dos baldios e a Lei dos Cereais de Elvino de Brito, a Campanha do Trigo (lavra mecanizada, rotação acelerada de culturas) e a Reforma Agrária (desmatamento das terras abandonadas) (FERREIRA, 2001). Num curto espaço de tempo, a charneca perdeu relevância e a superfície lavrada duplicou (FEIO, 1998), e logo veio o abandono da atividade agrícola e o êxodo rural, os campos foram ocupados por matos invasores, de riqueza florística variável (FERREIRA, 1999).

A intensificação da intervenção humana resultou numa quebra de biodiversidade, e em consequência, a diminuição da estabilidade da paisagem criada pelo Montado (FERREIRA, 2001). Como refere Orlando Ribeiro (1970, p. 333) “o montado saiu da limpeza da terra e o sistema agrário, que combina a sucessão de cultura por dois ou três anos com períodos mais ou menos longos de pousio, dá aos incultos...um aspeto de terras vagas e desaproveitadas”. Lentamente os sobreiros foram substituídos por pinheiros bravos e eucaliptos, devido à expansão da procura de madeira, de fácil transporte, a azinheira também sofreu, devido à peste suína africana e à desvalorização de lenha das podas (SANTOS, 2011).

Deste modo, assistiu-se a uma degradação ambiental e paisagística no Montado, que resultou da intensificação e mecanização de culturas, e posteriormente o seu abandono, num ambiente biofísico que considera frágil (FERREIRA, 2001).

Presentemente reconhece-se a importância da paisagem rural, e naturalmente a valorização do sistema Montado (BARATA, 2010), as atividades complementares que nele se desenvolvem são essenciais para motivar a população local a preservar a “sua” paisagem, e deste modo a sua cultura.

## **Caso de Estudo – Herdade do Pereiro**

### **5. O sítio e a paisagem**

#### **5.1. Enquadramento Geográfico e Cultural**

A Herdade do Pereiro situa-se no concelho de Marvão (na região do Alto Alentejo - NUTS III), que faz fronteira a Sudoeste com o concelho de Portalegre (seu distrito - NUTS II), a Noroeste com o concelho de Castelo de Vide e a Norte e Este com Espanha. O concelho de Marvão é constituído por quatro freguesias: Santo António das Areias, Santa Maria de Marvão, São Salvador da Aramenha e Beirã (onde se localiza a área de estudo), perfazendo um total de 154,6 km<sup>2</sup> de área, estando ainda inserida na sua totalidade no Parque Natural da Serra de São Mamede.

Ao longo dos últimos anos, na região do Alentejo, tem-se observado o progressivo envelhecimento da população, a par da deslocação da população ativa, que leva ao despovoamento das áreas rurais e por sua vez ao abandono dos campos agrícolas e florestais. Consequentemente, há uma diminuição do sector primário, podendo no entanto observar-se um aumento do sector terciário, de que é exemplo o turismo (FLORASUL, 2006). Em 2011, o concelho apresentava 3 512 habitantes (Censos 2011), sendo 498 residentes na freguesia da Beirã (Município de Marvão, 2012).

O concelho tem várias festividades, sendo as mais importantes, a Restauração do Concelho (em Janeiro), o Festival Islâmico Al-Mossassa (em Outubro) e a Feira da Castanha (em Novembro). O artesanato da região tem como matéria-prima o castanheiro, sendo a sua madeira usada em escadas e cestaria, e o tradicional bordado feito com casca de castanha (Município de Marvão, 2012).

A nível de acessibilidades é possível chegar a Marvão através da EN 359 e EN 246-1, da Rede Nacional de Expressos ou da Rodoviária do Alentejo (Município de Marvão, 2012), posteriormente, segue-se na EN 359 para chegar ao Pereiro (Figura 16). A Linha Ferroviária do Leste – Ramal de Cáceres já não se encontra em funcionamento desde 2012 (REFER, s.d.).

Para um estudo preciso sobre a Herdade, pretendeu-se consultar a mais diversa cartografia, como a Secção Cadastral do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica, do distrito de Portalegre, concelho de Marvão e freguesia da Beirã. Averigua-se que a Herdade era delimitada em duas secções, a A e A1 (IGEO, 2006), perfazendo no total uma área de 647 ha, sendo o limite desta área o objeto de estudo deste trabalho (Figura 17 e Anexos I).



Figura 16. Acessibilidades (Município de Marvão, 2012)



Figura 17. Limite da Herdade do Pereiro (Fonte: Autor)



## 5.2. Enquadramento Legal

A Herdade do Pereiro está abrangida pela área do Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM) e, assim, cinge-se pelos mesmos Diplomas Legais (Figura 18). O Parque foi criado através do Decreto-Lei n.º 121/89, de 14 de Abril, tendo como objetivo preservar a biodiversidade, de ecossistemas naturais ou seminaturais, a longo prazo, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços em equilíbrio com o desenvolvimento económico, social e cultural da região. Em 2004, procede-se a uma reclassificação do Parque, estabelecendo novos limites, através do Decreto Regulamentar n.º 20/2004, de 20 de Novembro.



**Figura 18. Localização da Herdade no PNSSM**  
(Fonte: Autor)

A nível do PDM de Marvão, publicado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/94, de 18 de Agosto, a Herdade está incluída, sendo que atualmente encontra-se em revisão.

Quanto à REN, foi publicada para o concelho de Marvão na Resolução de Conselho de Ministros n.º 19/97, de 8 de Fevereiro, consultando a área delimitada, a Herdade encontra-se abrangida, estando apenas classificada como área de elevado risco de erosão hídrica do solo (ERO), devendo-se fazer Prevenção de Riscos Naturais (CCDR-Alentejo).

A nível de atividade cinegética, parte da Herdade encontra-se classificada como Zona de Caça Associativa (ZCA 9 – AFN), tendo concessão a Associação de Caçadores de Santo António das Areias (Despacho n.º 50/2012/ZC, de 10 de Fevereiro, ICNF).

## 5.3. Metodologia

A metodologia utilizada para estudar a Herdade baseia-se no “Sistema-Paisagem” de Magalhães (2007). A análise de fatores ecológicos e culturais permite alcançar a interpretação ecológica e cultural do espaço, obtendo-se as diretivas para uma proposta concisa e sustentável (Figura 19). As bases cartográficas são as referidas no Quadro 1. Foi criado um sistema de informação geográfica utilizando o *software* ArcGis da ESRI. Toda a cartografia produzida se encontra no sistema europeu ETRS89-PT-TM06.

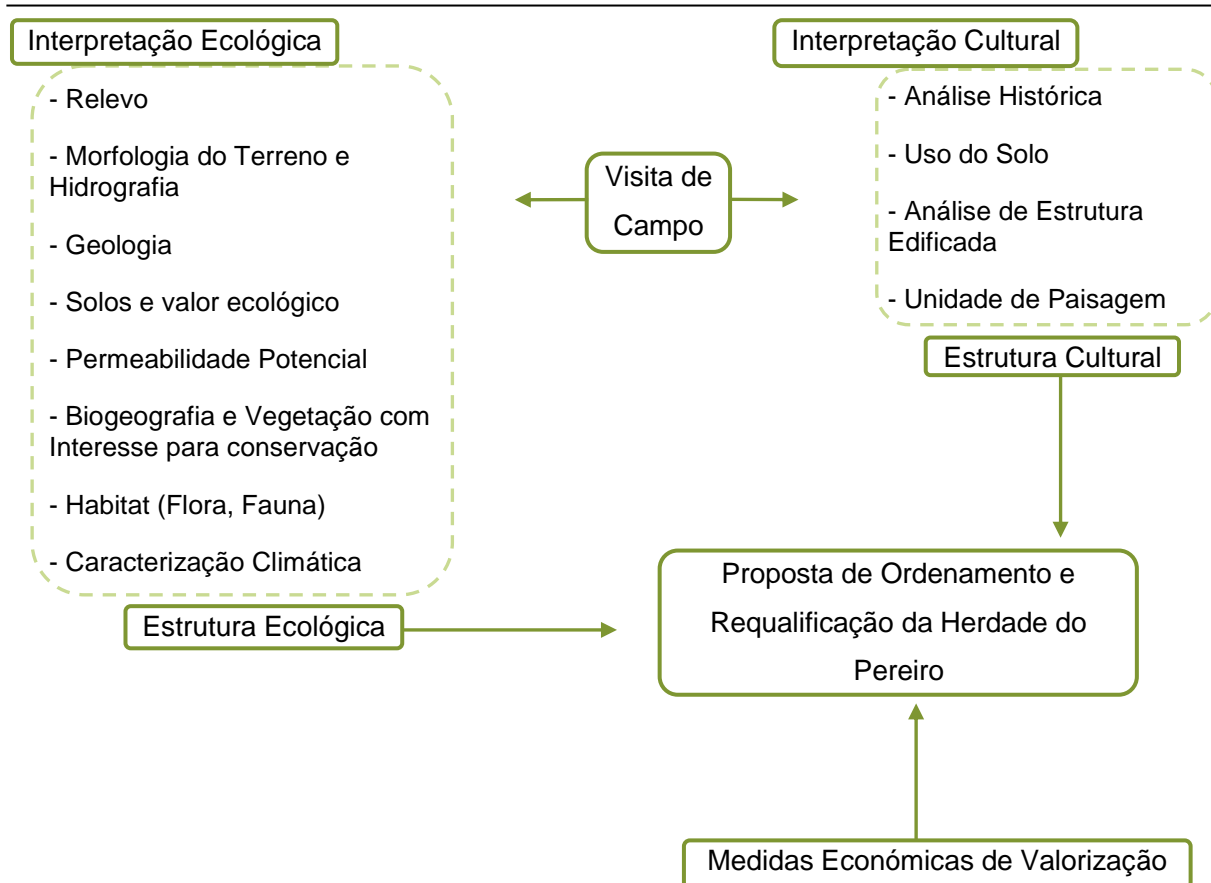


Figura 19. Metodologia (Fonte: Autor)

Quadro 1. Bases Cartográficas

Designação	Formato dos dados	Fonte
Áreas Protegidas de Portugal (2013)	Vectorial	ICNF
Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (1953-54)	Raster, digitalizada para vectorial	IGEO
Modelo Digital do Terreno (2013)	Raster	DGT
Carta Geológica de Portugal, folha 28 – D (1973), 29 – A (1973), 29 – C (1976)	Raster, digitalizada para vectorial	LNEG
Carta de Solos de Portugal – Série SROA/CNROA, folha 28 – D (1969), 29 – A (19 –), 29 – C (1968)	Vectorial	DGADR
Carta de Uso Agrícola e Florestal (1967)	Raster, digitalizada para vectorial	
Cos 90	Vectorial	IGEO
CLC 2006	Vectorial	IGEO
Cos2007	Vectorial	IGEO
Percorso Pedestre Castelo de Vide – Serra de S.Paulo	Raster, digitalizada para vectorial	Câmara Municipal de Castelo de Vide
Percorso Pedestre Castelo de Vide - Torrinha	Raster, digitalizada para vectorial	Câmara Municipal de Castelo de Vide
Percorso Pedestre dos Galegos	Raster, digitalizada para vectorial	ICNF
Percorso Pedestre de Marvão	Raster, digitalizada para vectorial	ICNF
Percorso Pedestre das Carreiras	Raster, digitalizada para vectorial	ICNF

## 5.4. Interpretação Ecológica

### 5.4.1. Relevo

O concelho de Marvão encontra-se inscrito, na sua totalidade, no Parque Natural da Serra de São Mamede e no Sítio de S. Mamede, mais precisamente no planalto setentrional da serra, o que varia a sua altitude entre os 400 m e os 1000 m, sendo o ponto mais elevado, aproximadamente, a 1027 m. Esta variação possibilita a predominância de declives pouco acentuados, alternando entre os 0 % e os 35 % (FLORASUL, 2006). A Serra de S. Mamede é o ponto mais alto a Sul do Tejo, sendo o extremo ocidental da cordilheira luso-espanhola, apresentando uma direção NW-SE (ICN, 2001).

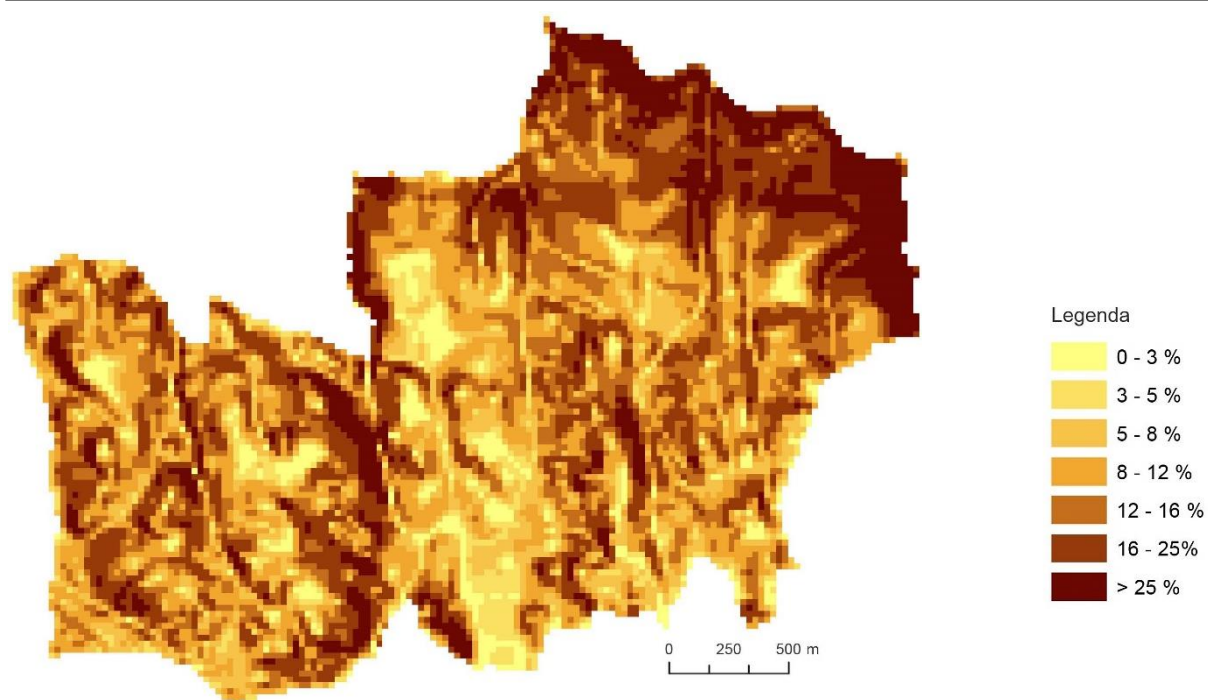
A metade Sul de Marvão apresenta um relevo com declives muito acentuados, devido à proximidade da serra e com altitudes que variam entre os 800 m e os 1027 m. A metade Norte apresenta um relevo mais ondulado, modelado pela ação das águas de precipitação, com alguns declives acentuados, mas com o predomínio de declives moderados, onde o Rio Sever se encaixa (com altitudes que variam entre os 5 m e os 550 m) e onde a Herdade se situa (ICN, 2003).

A área da Herdade varia entre os 200 m e os 430 m de altitude (Anexos I), apresentando, na sua maioria, declives entre os 16 % e os 25 % (Figura 20, Quadro 2 e Anexos I). As zonas com declives muito acentuados, superiores a 25 %, correspondem a áreas de grande risco de erosão hídrica do solo (Anexos I), dado que nestas áreas o escoamento superficial das águas é intenso e desorganizado, sendo estritamente necessário o revestimento do solo por matos ou mata mista e a consequente interdição de qualquer edificação, de modo a reduzir a erosão e aumentar a infiltração das águas (MAGALHÃES *et al.*, 2007). Nos declives menos acentuados, o escoamento superficial é menor e a aptidão à infiltração é maior.

**Quadro 2. Percentagem de Ocupação das Classes de Declives e Classificação da Aptidão à Infiltração das mesmas na Herdade**

Classes de Declives	Percentagem de Ocupação	Aptidão à Infiltração
0 – 3 %	3,5 %	Aptidão à Infiltração Alta
3 – 5 %	2,6 %	Aptidão à Infiltração Moderada a Alta
5 – 8 %	5,9 %	Aptidão à Infiltração Moderada
8 – 12 %	13,3 %	Aptidão à Infiltração Moderada
12 – 16 %	9,8 %	Aptidão à Infiltração Moderada
16 – 25 %	18,2 %	Aptidão à Infiltração Baixa a Moderada
> 25 %	10,5 %	Aptidão à Infiltração Baixa



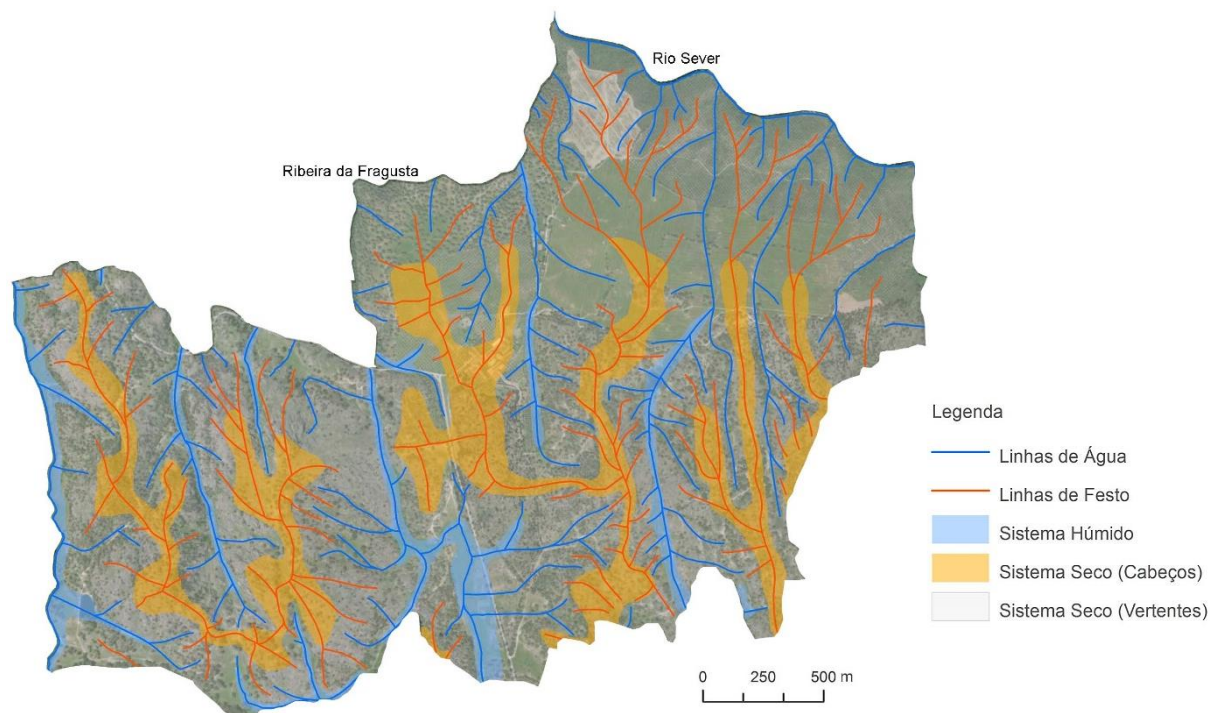


**Figura 20. Declives (Fonte: Autor)**

#### **5.4.2. Morfologia do Terreno e Hidrografia**

A morfologia do Terreno traduz-se numa carta síntese de interpretação ecológica constituída por diferentes áreas ecológicas que se podem agrupar em dois sistemas principais: sistema seco e sistema húmido (MAGALHÃES, 2001). O sistema seco corresponde às áreas convexas, que conduzem ao escoamento da água e do ar frio, incluindo os cabeços e as vertentes. Por cabeços entende-se as linhas de fecho e as zonas, preferencialmente, aplanadas, contíguas às mesmas, sendo mais expostos à erosão, aos ventos e à irradiação noturna. A conjugação destes fatores tornam os cabeços em áreas excessivamente sensíveis, devendo ser revestidos com vegetação, preservando a paisagem e o relevo. As vertentes são as áreas que se localizam entre os cabeços e as linhas de água, o seu declive depende da dureza do substrato rochoso e da idade da linha de água. O sistema húmido corresponde às áreas côncavas, ou seja, as linhas de água e as zonas adjacentes às linhas de água. As zonas contíguas às linhas de água são formadas pelas áreas, preferencialmente, aplanadas e contíguas às margens das linhas de água, sendo áreas com um elevado teor de humidade do solo, que aumenta à medida que se aproxima do centro da bacia hidrográfica, sendo zonas favoráveis para a produção de biomassa (MAGALHÃES *et al.*, 2007).

Para se proceder à delimitação da morfologia do terreno da herdade (Figura 21 e Anexos I) desenharam-se as linhas de águas, linhas de fecho, as zonas contíguas às linhas de água e as situações de cabeço largo.



**Figura 21. Morfologia do Terreno (Fonte: Autor)**

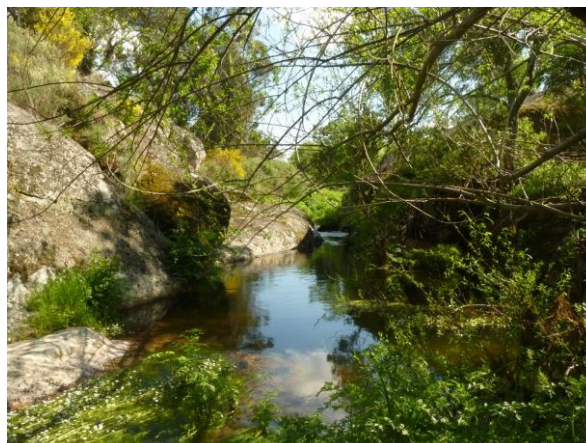
Marvão encontra-se abrangido pela Região Hidrográfica 5 (RH5), (Agência Portuguesa do Ambiente, 2012), apresentando cursos de água com regime torrencial, devido à acentuada secura no Verão e enormes caudais no Outono/Inverno (CANCELA D'ABREU *et al.*, 2004). O principal curso de água é o Rio Sever, resultante da confluência do Ribeiro das Reveladas e do Ribeiro do Porto de Espada, com orientação Sul-Norte, desaguando no Tejo (Município de Marvão, 2012).

De modo a estudar pormenorizadamente a hidrografia da Herdade, procedeu-se ao desenho das linhas de água, com base nas curvas de nível, com equidistância de 10 m, e das linhas de fecho, obtendo-se as linhas fundamentais do relevo. Observa-se que a Herdade é limitada a Oeste e a Este por duas linhas de água principais, sendo o Rio Sever o limite a Este, e a Ribeira da Fragusta (Figura 22, 23 e 24) que cruza o seu centro. A morfologia do terreno é obtida através da análise da hidrografia e dos declives, delimitando-se os cabeços, as vertentes e as zonas adjacentes às linhas de água, ou seja, o sistema seco e o sistema húmido.





**Figura 22. Ponte sobre a Ribeira da Fragusta (Fonte: Autor)**



**Figura 23. Ribeira da Fragusta (Fonte: Autor)**



**Figura 24. Ribeira da Fragusta na paisagem (Fonte: Autor)**

### **5.4.3. Geologia**

A Serra de S. Mamede terá sido originada por movimentos compressivos laterais das camadas geológicas, provocando o aparecimento de extensos alinhamentos quartzíticos que constituem as cristas rochosas que se estendem ao longo da bordadura da serra, no sentido NW-SE, que posteriormente estimulou numerosas falhas, no sentido N-S, formando uma estrutura sinclinal de idade Ordovícico-Silúrica-Devónica. Estes movimentos originaram na parte Norte do Parque (PNSSM) a formação de grauvaques e xistos, na parte central a formação de granitos e no maciço orográfico a formação de quartzitos e calcários (ICN, 2001). Precisamente, a Norte (onde se situa a Herdade) ocorre uma faixa de

afloramentos graníticos calco-alcalinos porfiróides que contactam com solos do Complexo Xisto-Grauváquico Ante-Ordovício, metamorfizados, surgindo faixas de corneanas e de xistos mosqueados (Figura 25).

A Herdade é abrangida, principalmente, pela Carta Geológica de Portugal, folha 29-C – Marvão, onde se visualiza uma diferenciação geológica entre a zona onde está localizado o núcleo central, caracterizada por Granitos Calco-Alcalinos, Porfiróides; e a zona onde está localizado o complexo termal, caracterizada por Xistos e Grauvaques, Xistos Mosqueados e Corneanas Pelíticas. A Carta Geológica de Portugal, folha 28-D – Castelo de Vide e a folha 29-A – Retorta completam os restantes limites da Herdade (Figura 26 e Anexos I).



**Figura 25. Contacto de formações xistosas e granitóides na Herdade (Fonte: Autor)**



**Figura 26. Geologia (Fonte: Autor)**

A capacidade de infiltração das águas de um substrato geológico ou de um solo (originado por processos de meteorização e pedogénese) está relacionada com o tipo de rocha, textura e grau de meteorização, que irá influenciar o tipo de porosidade e/ou fracturação (PENA, 2008).

Analizando as formações geológicas da Herdade na perspetiva da avaliação da sua permeabilidade conclui-se que esta é constituída na sua maioria por rochas magmáticas (Granitos), de baixa permeabilidade e porosidade. No entanto, pode considerar-se que estas rochas têm maior permeabilidade quando apresentam um elevado grau de fraturas e de meteorização, uma vez que os produtos de alteração das rochas graníticas são com materiais mais grosseiros e as fraturas permitem a maior circulação de água. A existência de um filão de quartzo contribui também para o seu aumento. A existência de rochas metamórficas a Norte, como os xistos, diminui a permeabilidade da área, mas a existência de planos de xistosidade e juntas de estratificação pode contribuir para uma maior circulação de água, enquanto que os diferentes graus de metamorfismo contribuem para a diminuição da permeabilidade uma vez que os produtos de alteração dos xistos são predominantemente argilosos (Quadro 3 e Anexos I) (ABREU, 2010).

**Quadro 3. Classificação da Permeabilidade e Percentagem de Ocupação das  
Formações Geológicas da Herdade**

Descrição	Permeabilidade	Percentagem de Ocupação
Granitos Calco-Alcalinos, Porfiróides (Rochas Mágmatias)	Moderada a Elevada	69,5 %
Quartzo (Rochas Filonianas)	Moderada	0,9 %
Xistos e Grauvaques (Complexo Xisto-Grauváquico Ante-Ordovícico) (Rochas Metamórficas)	Baixa	0,3 %
Xistos e Grauvaques (Complexo Xisto-Grauváquico Ante-Ordovícico) + Xistos Mosqueados e Corneanas (Rochas Metamórficas)	Baixa a Moderada	19,0 %
Xistos e Grauvaques (Complexo Xisto-Grauváquico Ante-Ordovícico) + Xistos Mosqueados e Corneanas Pelíticas (Rochas Metamórficas)	Moderada	10,2 %

“É exactamente neste contacto de um desses filões com xisto que tem origem a fonte de água sulfúrea”, segundo o engenheiro Orey em 1893 (Águas Termais, 2002), relatando a origem das águas termais, infelizmente não se encontram cartografados nas cartas geológicas, pelo que o seu estudo é limitado.



#### 5.4.4. Solos

A litologia do território condiciona a presença de determinados tipos de solos, ou seja, na parte Norte do PNSSM predominam os Litossolos (ICN, 2001), enquanto na parte central predominam os solos Litólicos não Húmicos de Granitos associados a Afloramentos Rochosos, e no maciço serrano dominam os solos Litólicos não Húmicos de Quartzitos associados a solos Mediterrâneos Pardos de Xistos ou Grauvaques.

O solo é um importante recurso, e a sua conservação permite assegurar potencial produção de biomassa, deste modo, atribui-se um valor ecológico a cada tipo de solo, considerando as suas propriedades intrínsecas, designadamente, espessura do perfil, natureza do material originário, teores de argila e de matéria orgânica, estrutura, pH, capacidade de troca catiónica e grau de saturação em bases (CORTEZ, 2007).

De acordo, com a Carta de Solos de Portugal – Série SROA/CNROA (1959-atualidade), a área abrangida pela Herdade do Pereiro possui vários tipos de solos, sendo eles, Solos Incipientes (Litossolos dos Climas de Regime Xérico, de Xistos e Grauvaques (Ex), Solos de Baixas – Coluviossolos – não Calcários, de textura ligeira (Sbl); Solos Litólicos, Não Húmicos Pouco Insaturados, Normais, de Microgranitos ou Rochas Cristalofílicas afins (Pg); Solos Argiluvitados Pouco Insaturados, Solos Mediterrânicos, Pardos, de Materiais não Calcários, Normais, de Xistos e Grauvaques (Px) e Área Social (Asoc) (Figura 27 e Anexos I).

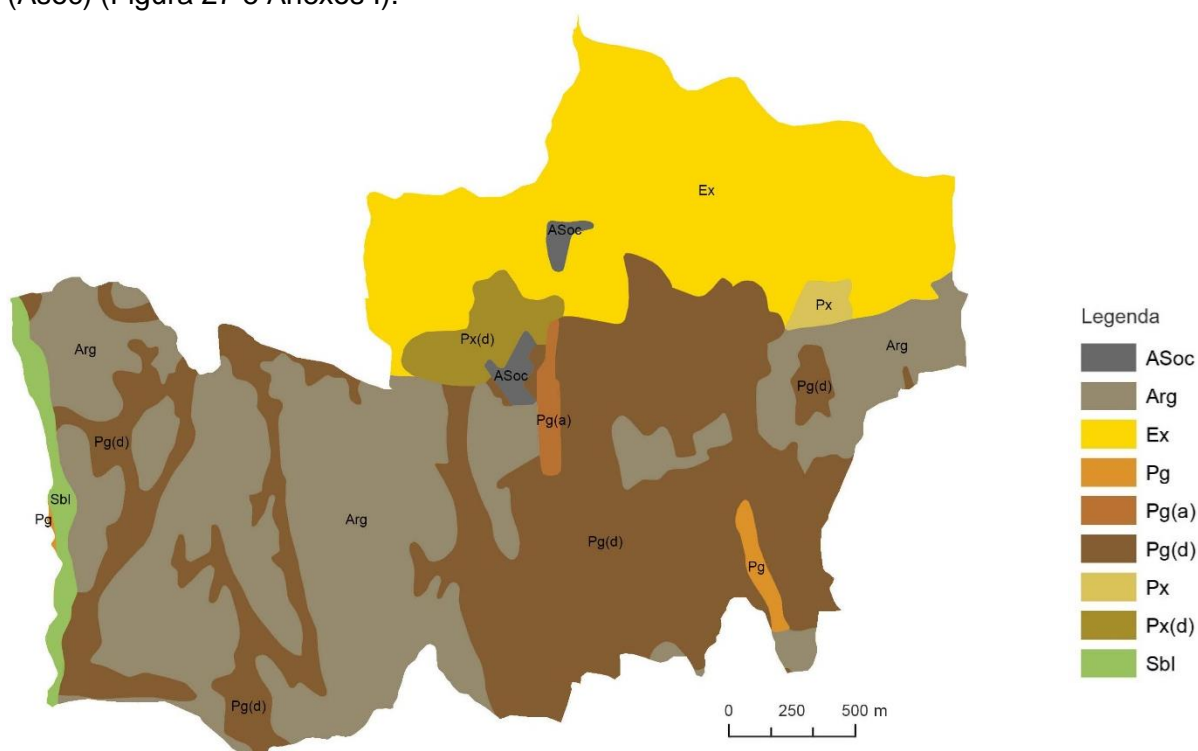


Figura 27. Solos (Fonte: Autor)

Os Solos Incipientes são solos não evoluídos, sem diferenciação de horizontes, e incluem os Litossolos dos Climas de Regime Xérico, Xistos e Grauvaques (Ex) (derivados de rochas consolidadas, estando associados a áreas de risco de erosão, e assim a fraca aptidão agrícola) e os Colúvissolos (Sbl) (de origem colúvia, ou seja, resultam da sedimentação de materiais provenientes ao longo das encostas, e com elevado teor de matéria orgânica). Os Solos Litólicos, Não Húmicos Pouco Insaturados, Normais, de Microgranitos ou Rochas Cristalofílicas afins (Pg) são solos pouco evoluídos, pobres, que apresentam potencialidades para sistemas pratenses de sequeiro e silvicultura, de acordo com o declive. Os Solos Argiluvados, Pouco Insaturados são solos evoluídos de perfil ABtxC, e abrangem os Solos Mediterrânicos, Pardos, de Materiais não Calcários, Normais, de Xistos e Grauvaques (Px), apresentando aptidão para a agricultura (ICN, 2001; CORTEZ, 2007).

Para uma interpretação mais assertiva dos solos da Herdade procedeu-se à sua classificação quanto ao seu valor ecológico (Figura 28, Quadro 4 e Anexos I). Avaliando as suas propriedades intrínsecas, que permitem produzir biomassa, ou seja, a espessura do perfil, a natureza do material originário, os teores de argila e de matéria orgânica, a estrutura, o pH, a capacidade de troca catiónica e o grau de saturação em bases, concluindo-se que possui uma percentagem elevada de solos com muito reduzido valor ecológico, devido ao elevado número de afloramentos rochosos.

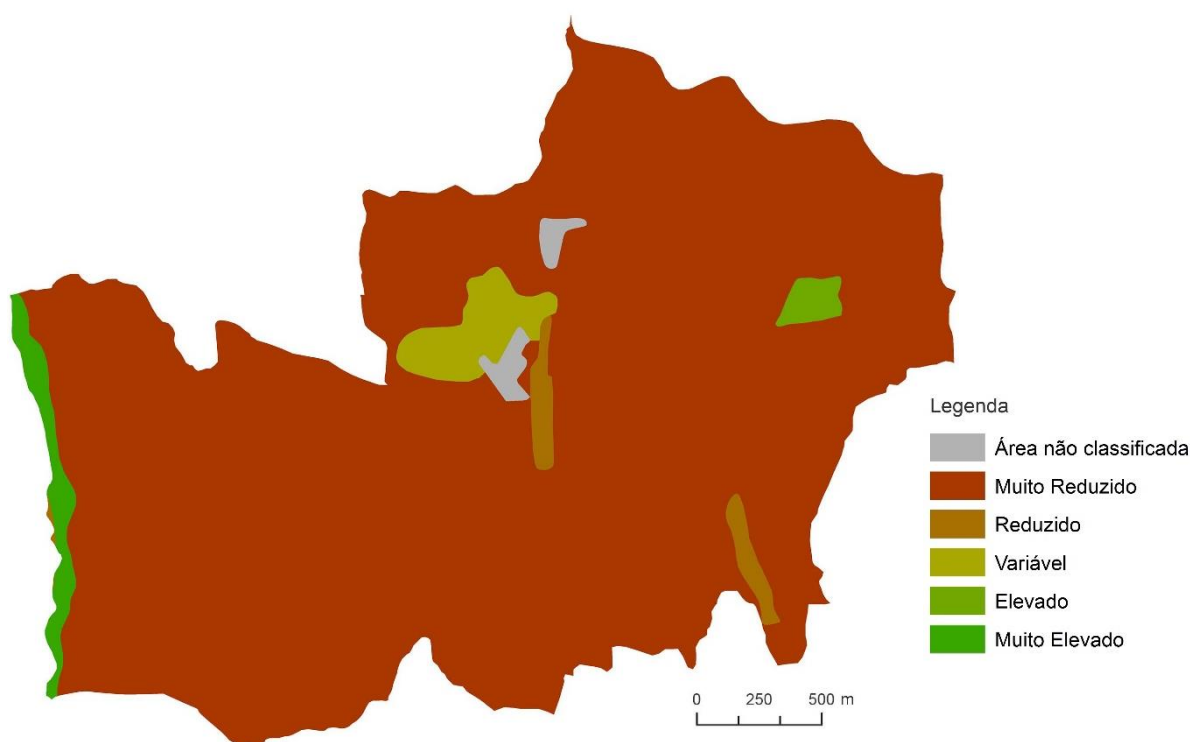


Figura 28. Valor Ecológico dos Solos (Fonte: Autor)

Posteriormente, procedeu-se à avaliação quanto à sua permeabilidade (Quadro 4 e Anexos I), utilizando novamente a análise das suas propriedades intrínsecas, constatando-se que solos da Herdade apresentam uma predominância de solos com permeabilidade moderada a elevada.

**Quadro 4. Classificação do Valor Ecológico, Permeabilidade e Percentagem de Ocupação dos Solos da Herdade**

<b>Cód.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor Ecológico</b>	<b>Permeabilidade</b>	<b>Percentagem de Ocupação</b>
Arg	Afloramento rochoso de Granitos ou Quartzodioritos	Muito Reduzido	Moderada a Elevada	35,0 %
Asoc	Área social	Área não classificada	Baixa	0,8 %
Ex	Solos Incipientes – Litossolos dos Climats de Regime Xérico, de Xistos e Grauvaques	Muito Reduzido	Moderada a Elevada	24,0 %
Pg	Solos Litólicos - Não Húmicos pouco Insaturados, Normais, de Microgranitos ou Rochas	Reduzido	Moderada a Elevada	0,6 %
Pg (a)	Fase Agropédica	Reduzido	Moderada a Elevada	0,7 %
Pg (d)	Fase Delgada	Reduzido	Elevada	34,6 %
Px	Solos Argiluvitados pouco Insaturados, Solos Mediterrânicos, Pardos, de Materiais não Calcários, Normais, de Xistos e Grauvaques	Elevado	Baixa a Moderada	0,6 %
Px (d)	Fase delgada	Variável	Moderada	2,2 %
Sbl	Solos Incipientes – Solos de Baixas (Coluviosolos), Não Calcários, de textura ligeira	Muito Elevado	Moderada a Elevada	1,6 %



#### 5.4.5. Permeabilidade Potencial

A análise da aptidão à infiltração pelos declives, da permeabilidade das formações geológicas e da permeabilidade dos solos é decisiva para o estudo da permeabilidade potencial na Herdade, dado que são fatores físicos que a influenciam, segundo Pena (2008). Ou seja, esta análise tem como objetivo a obtenção de áreas de maior permeabilidade na Herdade, as áreas de máxima infiltração das águas, para que sejam posteriormente delimitadas e protegidas.

Primeiramente, procede-se à união dos três fatores, segundo o modelo de Pena (2008), resultando numa só permeabilidade, a permeabilidade potencial, tendo este nome por apenas considerar os fatores físicos como principais. Posteriormente, procede-se à classificação das classes, sendo a classe de permeabilidade potencial elevada a correspondente às áreas de máxima infiltração (Figura 29 e Anexos I). A sua delimitação e proteção tem como objetivos a potencialidade de aumentar a infiltração das águas e a diminuição da erosão.

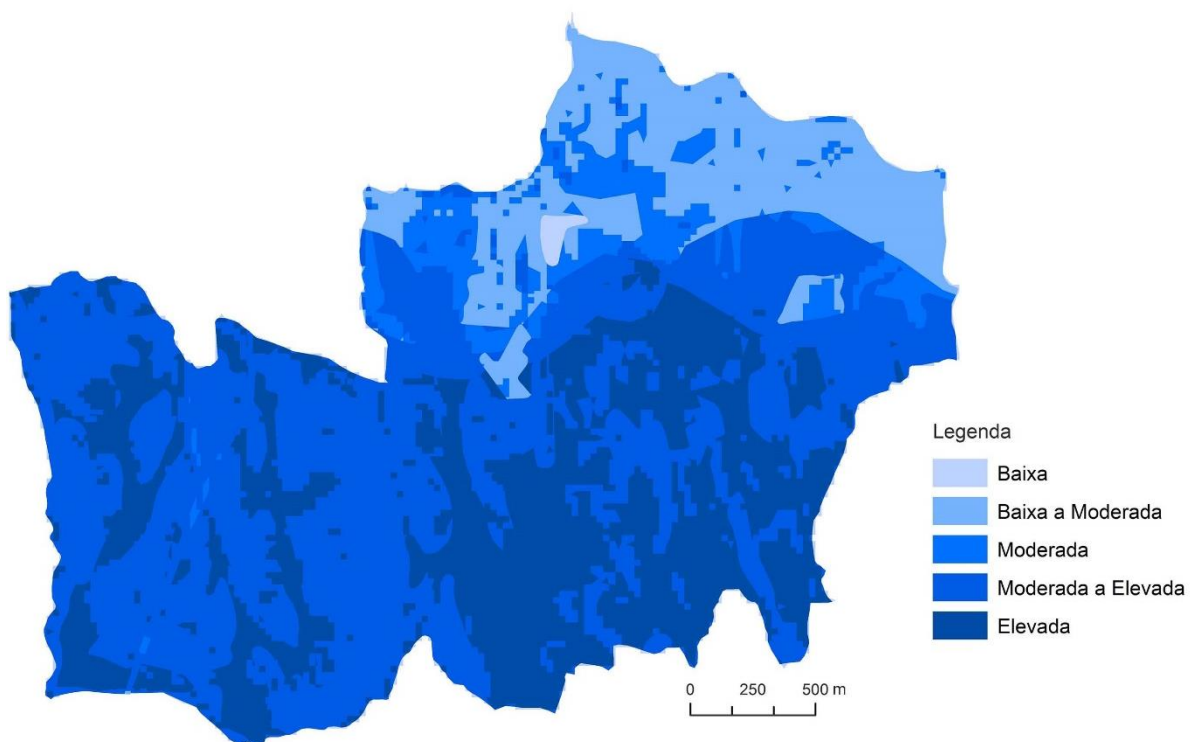


Figura 29. Permeabilidade Potencial (Fonte: Autor)

#### 5.4.6. Constituição biogeográfica e vegetação com interesse para conservação

O território continental português está inserido no Reino Holártico, estando o Alentejo incluído na Região Mediterrânica, mais precisamente na Sub-região Mediterrânica Ocidental e Superprovíncia Mediterrânico-Iberoatlântica. Esta Região é descrita por possuir um clima em que a pluviosidade diminui no Verão, o que possibilita a formação de bosques e matagais de árvores e arbustos de folhas planas pequenas e esclerófilas, como por exemplo: *Quercus rotundifolia* Lam., *Quercus suber* L., *Quercus coccifera* L., *Pistacia lentiscus* L., *Viburnum tinus* L., *Olea europaea* var. *sylvestris* (Mill.) Lehr, *Ceratonia siliqua* L., *Rhamnus oleoides* L., *Rhamnus alaternus* L., *Chamaerops humilis* L., *Laurus nobilis* L., *Phillyrea latifolia* L., *Phillyrea angustifolia* L., etc. (COSTA et al., 1998).

A zona de Marvão está inserida na III Província Luso-Extremadurense, caracterizada pelos solos derivados de materiais siliciosos paleozóicos – xistos e granitos – e situada no andar bioclimático mesomediterrânico, mais concretamente no Sector Toledano-Tagano, dominado por solos graníticos, xistosos e quartzíticos e influenciado pelo andar mesomediterrânico seco a sub-húmido, permitindo o desenvolvimento em grande escala de *Quercus pyrenaica* Willd. (COSTA et al., 1998).

A freguesia da Beirã, mais precisamente, a Herdade do Pereiro, está localizada no Subsector Hurdano-Zezerense, Superdistrito Cacerense, influenciada pelo andar mesomediterrânico seco a sub-húmido inferior, permitindo a expansão de vegetação climatófila referente à série *Pyro bourgaenae-Quercetum rotundifoliae* (COSTA et al., 1998).

Após análise do local através de um orto e visita de campo, procedeu-se à classificação da vegetação quanto ao seu valor de conservação (Figura 30 e Anexos I), ou seja, a vegetação que deve ser preservada. Tendo em conta a expressão que a vegetação apresenta no orto, a vegetação em torno das linhas de água que limitam a Herdade a Este e a Oeste é de elevado valor, assim como, a vegetação esclerófila delimitada na CORINE Land Cover 2006, e as áreas de Montado (Figura 31). As áreas de olival (Figura 32) e pastagem consideraram-se como tendo valor variável. As manchas de eucaliptal (Figura 33) foram classificadas como tendo reduzido valor ecológico.

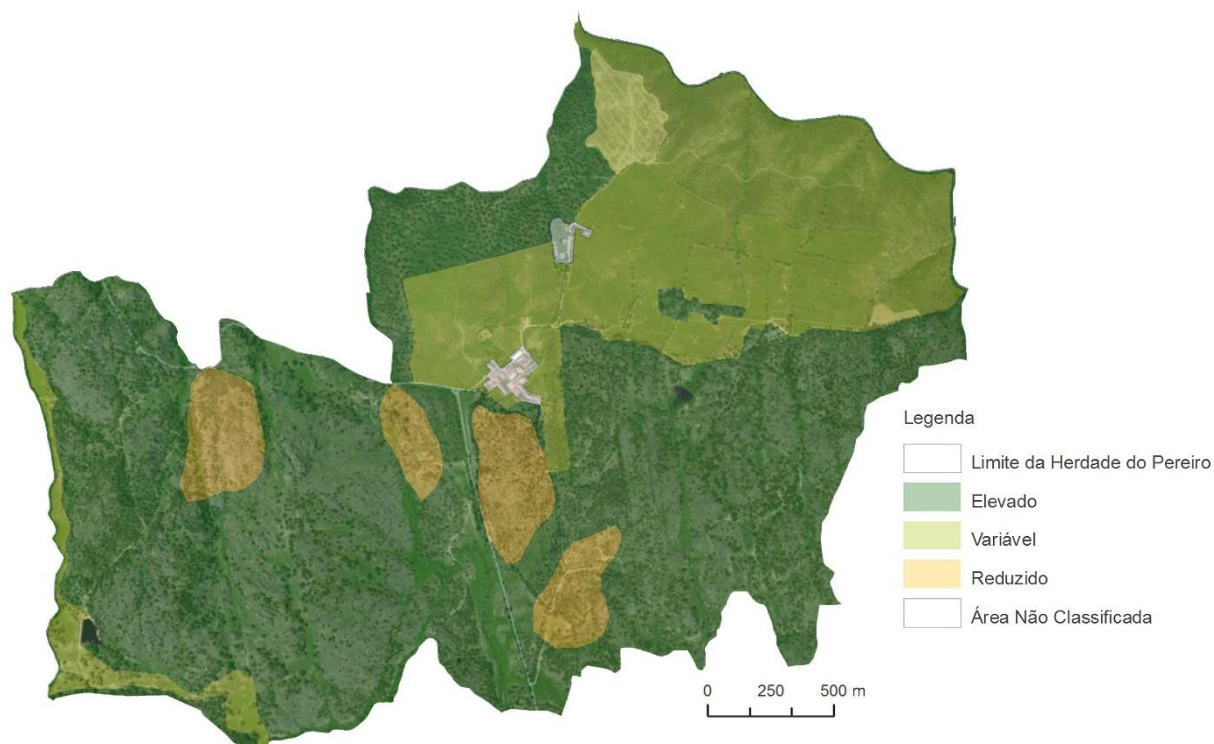


Figura 30. Vegetação com interesse para conservação (Fonte: Autor)

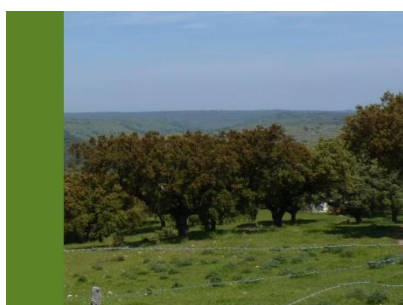


Figura 31. Montado (Fonte: Autor)



Figura 32. Olival (Fonte: Autor)

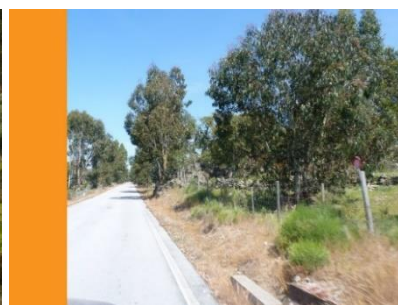


Figura 33. Eucaliptal (Fonte: Autor)

#### 5.4.7. *Habitat* (Flora, Fauna)

A diversidade de *habitat* é proporcionada pela conjugação das características climáticas e geomorfológicas da área, quer seja pela planície, quer seja pela serra, que conferem particularidades na flora e fauna, sem esquecer a ancestralidade da presença humana, que permitiu a sua classificação como “Sítio de Importância Comunitária (SIC) – S. Mamede (PTCON0007)”, através do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto. Esta sinergia permite o desenvolvimento de comunidades vegetais com carácter centro-europeu e mediterrânico, e comunidades com carácter atlântico (ICNF, s.d.).

A área do PNSSM é predominantemente coberta por *Quercus suber* L., seguida de *Quercus pyrenaica* Willd., pontualmente ocorre *Quercus rotundifolia* Lam. nas orlas da serra,

desde que as condições edafo-xerófitas o permitam. Acompanhando este habitat, estão os matos arborescentes (piornais de *Retama sphaerocarpa* (L.) Boiss.), matos de leguminosas áfilas, brejos e estevais, vegetação ripícola, meios húmidos e herbáceas anuais e vivazes, vegetação rupícola nos frequentes afloramentos rochosos, manchas seminaturais e abandonadas, e zonas antropogénicas, como olivais, castinçais e soutos, pastagens, pinhais e eucaliptais. Nas vertentes a Sul cultiva-se o olival, a vinha e figueiral, enquanto nas vertentes a Norte e entre os 500 m e 700 m cultiva-se a cerejeira (*Prunus avium* L.), o castanheiro (*Castanea sativa* Mill.), a aveleira (*Corylus avellana* L.) e a noqueira (*Juglans regia* L.) (ICNF, s.d.).

Segundo os dados de Caldeira Cabral e Ribeiro Telles, verifica-se que a Herdade encontra-se na zona de transição entre a predominância natural de *Quercus rotundifolia* Lam. e *Quercus pyrenaica* Willd, com alguma influência ainda de *Quercus suber* L., estas espécies são acompanhadas por outras (Quadro 5) (CABRAL & TELLES, 1999).

**Quadro 5. Espécies Arbóreas e Arbustivas que acompanham *Quercus rotundifolia* Lam. e *Quercus pyrenaica* Willd. (adaptado de CABRAL & TELLES, 1999)**

	<b><i>Quercus rotundifolia</i> Lam.</b>	<b><i>Quercus pyrenaica</i> Willd.</b>
		<i>Quercus robur</i> L.
<b>Árvores</b>	<i>Quercus pyrenaica</i> Willd.	<i>Quercus rotundifolia</i> Lam.
	<i>Pyrus communis</i> L.	<i>Betula celtiberica</i> Rothm. & Vasc.
	<i>Arbutus unedo</i> L.	<i>Pyrus communis</i> L.
		<i>Prunus avium</i> L.
<b>Arbustos</b>	<i>Ruscus aculeatus</i> L.	
	<i>Asparagus acutifolius</i> L.	<i>Prunus spinosa</i> L.
	<i>Asparagus albus</i> L.	<i>Taxus baccata</i> L.
	<i>Cytisus multiflorus</i> (L'Hér.) Sweet	<i>Crataegus monogyna</i> Jacq. ssp.
	<i>Retama sphaerocarpa</i> (L.) Boiss.	<i>Brevispina</i> (Kunze) Franco
	<i>Acer monspessulanum</i> L.	<i>Cytisus scoparius</i> (L.) Link
	<i>Pistacia terebinthus</i> L.	<i>Cytisus multiflorus</i>
	<i>Phillyrea angustifolia</i> L.	<i>Ilex aquifolium</i> L.
	<i>Jasminum fruticans</i> L.	<i>Frangula alnus</i> Mill.
<b>Subarbustos</b>	<i>Thymus mastichina</i> L.	<i>Vaccinium myrtillus</i> L.
<b>Erva vivaz</b>	-	<i>Erythronium dens-canis</i> L.
<b>Trepadeiras</b>	<i>Lonicera etrusca</i> Santi	-



O PNSSM proporciona uma enorme riqueza faunística, a nível ornitológico foram registadas à volta de cento e cinquenta espécies, nidificando quarenta no Parque, destaca-se a Águia de Bonelli (*Aquila fasciata* – símbolo do PNSSM) (Figura 34), o Grifo (*Gyps fulvus*), o Abutre-preto (*Aegypius monachus*), o Chasco-preto (*Oenanthe leucura*), o Milhafre-real (*Milvus milvus*) e a Cegonha-preta (*Ciconia nigra*). A nível de mamíferos destaca-se a Lontra (*Lutra lutra*) e o Rato de Cabrera (*Microtus cabrerae*) e, a nível de anfíbios e répteis, sobressai o Lagarto-de-água (*Lacerta shreiberi*) (Figura 35), o Sapo-parteiro-ibérico (*Alytes cisternasii*) e o Cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*) (ICNF, s.d.)



Figura 34. Águia de Bonelli (*Aquila fasciata*).  
(Humberto Ramos – ICNF)



Figura 35. Lagarto-de-água (*Lacerta shreiberi*).  
(Paulo Barros – ICNF)

Durante a visita à Herdade procedeu-se à observação de algumas espécies, como a *Acacia dealbata* Link., o *Eucalyptus globulus* Labill. e a *Ailanthus altissima* Mill. (ambas invasoras segundo o Decreto-Lei n.º565/99, de 21 de Dezembro<sup>4</sup>), a *Tilia cordata* Mill., a *Phoenix canariensis* Chabaud, o *Quercus suber* L. e o *Quercus rotundifolia* Lam., a *Retama sphaerocarpa* (L.) Boiss., o *Fraxinus angustifolia* Vahl subsp. *angustifolia* (Figura 36), o *Ranunculus peltatus* Schrank e a *Lavandula stoechas* L. subsp. *stoechas* (Figura 37).

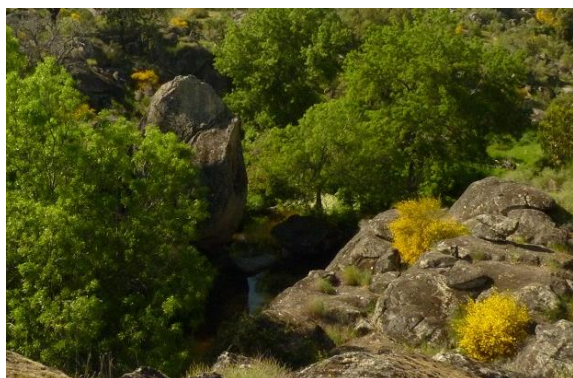


Figura 36. Vegetação ripícola na Ribeira de  
Fragusta (Fonte: Autor)



Figura 37. *Lavandula stoechas* L. subsp.  
*stoechas* (Fonte: Autor)

<sup>4</sup>mais tarde submeteu-se o *Eucalyptus globus* Labill. às regras definidas na Directiva n.º 1999/105/CE, do Conselho Europeu, de 22 de Dezembro, devido à sua importância silvícola e económica, de acordo com o Decreto-Lei n.º 205/2003, de 12 de Setembro.

#### 5.4.8. Caracterização climática

A nível climático, a região de Marvão apresenta um clima mediterrânico, com fortes influências atlânticas da Serra S. Mamede, nomeadamente nas vertentes expostas a noroeste, conduzindo à ocorrência de elevadas precipitações e humidade do ar, assim como baixas temperaturas, quando comparadas com as vertentes expostas a sudoeste (Município de Marvão, 2012). Segundo a caracterização climática de Köppen, trata-se de um clima temperado com inverno chuvoso e verão seco e quente (do tipo Csa), enquanto em altitudes superiores a 800m trata-se de um clima temperado com Inverno chuvoso e Verão seco e pouco quente (do tipo Csb). A temperatura média ronda os 17,8 °C (em altitudes inferiores a 800 m) e 11,2 °C (em altitudes superiores a 800 m), ocorrendo 850 mm de precipitação média anual e 74 % de humidade relativa média anual (ICN, 2003).

As vertentes expostas a Sul recebem uma maior quantidade de radiação ao longo do ano, em relação às vertentes expostas a Norte. Esta quantidade de radiação também aumenta em função do declive, ou seja, as vertentes expostas a Sul são favoráveis para a edificação e certas culturas agrícolas, contrariando as vertentes expostas a Norte, caracterizadas pela falta de radiação solar e consequente ausência de conforto bioclimático. Existem, ainda, superfícies denominadas “plano” que correspondem a superfícies preferencialmente aplanadas, sem exposição definida, estando localizadas ao longo das cumeadas e linhas de água (MAGALHÃES *et al.*, 2007).

Analisando as exposições das vertentes na Herdade (Quadro 6 e Anexos I) verifica-se o predomínio de exposições a Norte (52,9 %), sendo assim, uma área com insuficiente conforto bioclimático.

**Quadro 6. Percentagem de Ocupação das Exposições na Herdade**

Descrição	Percentagem de Ocupação
Plano	0,2 %
Norte	52,9 %
Este	12,0 %
Sul	15,5 %
Oeste	15,8 %

#### 5.5. Interpretação Cultural

##### 5.5.1. Análise histórica

A região manifesta vestígios de presença humana desde o Paleolítico, descobertos nos vales drenados pelos principais afluentes, como o Rio Sever e a Ribeira de Nisa. O

domínio romano marcou a região, sendo ainda visível as ruínas da Cidade Romana de *Ammaia*, seguido do domínio árabe que determinou o nome de Marvão (ICNF, s.d.). A atratividade de Marvão devia-se à fertilidade dos seus vales e encostas, aliada à riqueza mineral do seu solo, que proporcionava explorações metalúrgicas (COELHO, 1924).

A própria morfologia permitiu a instalação de vários povoados, que aqui procuravam refúgio de povos invasores, devido à vantagem estratégica que a morfologia proporcionava, sendo a cidade conquistada por D. Afonso Henriques em 1160, e tendo o seu primeiro foral em 1226, atribuído por D. Sancho II (Município de Marvão, 2012).

As primeiras referências sobre a Beirã remontam a 1837, impulsionada pela chegada do comboio, provoca mudanças a nível económico e tradicional, permitindo a instalação de pequenas indústrias transformadoras, como o Penedo da Rainha, produtora de queijo e manteiga, e a Herdade do Pereiro, produtora de azeite e pimentão; e a criação do centro termal da Fadagosa (Junta de Freguesia da Beirã, s.d.).

Em 1944, Beirã é promovida a freguesia, por ser uma “povoação fronteiriça, constituída por um importante centro ferroviário e aduaneiro, tem progredindo notavelmente, aumentando a sua população de tal forma que esse facto por si só poderia justificaria a desejada autonomia administrativa. (...)” (Junta de Freguesia da Beirã, s.d.).

Atualmente, ao falar das Termas da Fadagosa (Figura 38 e 39) está implícito falar da Herdade do Pereiro, dado que pertencem ambos à mesma família, mas para perceber as suas origens é necessário recuar no tempo. As águas da Fadagosa (antigamente Maria Viegas, e Fadagoza) começam a ser relatadas a partir de 1780, comprovado através do achado de uma pedra de granito com a seguinte inscrição: “ *Feita á custa do concelho, sendo Juíz de Fora o Dr. José Thomaz Miranda e Costa no anno de 1780*”, mas através de vestígios romanos e árabes encontrados perto do local é possível ponderar a sua presença e usufruto destas águas (MAGALHÃES, 1912, p. 41).



Figura 38. Vista sobre as Termas (FREIRE, 1912)



Figura 39. Termas da Fadagosa (FREIRE, 1912)

Passados vinte e nove anos, José Xavier Mousinho da Silveira que já possuía terrenos próximos à nascente, foi adquirindo mais terras contiguas, declarando: “*do desejo de chegar a ter unida á herdade uma nascente d’água sulfurea excellente para curar moléstias de pelle e de entranhas*” (MAGALHÃES, 1912, p. 44). A partir deste momento supõe-se que a, futura, Herdade do Pereiro começasse a ganhar forma.

Em 1828, Mousinho da Silveira é forçado a exilar-se em França devido às suas crenças liberais, voltando em 1843, aquando se depara que as Águas da Fadagosa haviam sido declaradas públicas pelos seus herdeiros. A 4 de Outubro de 1885 as Águas da Fadagosa e as ruínas do antigo edifício são vendidas em hasta pública ao Dr. António de Mattos Magalhães e ao seu sócio D. Augusto da Fonseca Coutinho, que começam a reabilitação daquele local, construindo um Hotel com capacidade para dezasseis lugares de primeira classe, dezasseis de segunda classe e quarenta para a terceira classe, para ambos os sexos, tendo Salão de Baile e Sala para jogar Bilhar e outros jogos simples. O complexo Termal era constituído pela fonte antiga, que distribuía a água por oito pias de granito, e as águas da nova nascente, que devido à diferença de nível subiam por uma bomba para a caldeira de aquecimento e depois seguiam para as mesmas pias (MAGALHÃES, 1912).

“Passado o pitoresco e valioso monte do Pereiro, sem duvida a maior herdade do termo, esmeradamente cultivada pelos seus proprietários, que sabem tirar à terra o seu maximo rendimento; passado o pitoresco monte do Pereiro, a poucos passos abaixo, n’uma depressão de terreno, encontra-se o estabelecimento balnear, rodeados dos imprescindíveis anexos. (...) Essa apertada fenda, que só por exagero por denominar-se valle, estende-se agora ampla e livre, dando toda a liberdade para expandir-se ao balneário, ao hotel, aos casinos, à *buvette*, a inumeras construcções enfim, dispersas por vasta esplanada ” (FREIRE, 1912, p. 5).

Em 1923, Acciaiouli numa vistoria “foi verificado que se encontrava fechado o balneário desde 1921 e quasi desprezado. O Hotel, com salas de leitura, bilhar, salão de bailes, etc, não tinha já mobília; para os doentes que queriam usar as águas, eram alugados quartos sem mobília [...] Nas visitas seguintes foi verificado que, com o abandono, atingiu quase o estado de ruína” (ACCIAIOULI, 1944, p. 146).



Os anos passam e em 1931, João Nunes Sequeira (falecido em 1968) adquire a Herdade do Pereiro (Município de Marvão, 2012). João Nunes Sequeira (Figura 40) nasceu no seio de uma família pobre, com a ajuda de um tio conseguiu realizar o exame de instrução primária, e rapidamente começou a sustentar a sua mãe, tendo desempenhado várias profissões ao longo da sua vida, como ajudante de despachante da Alfândega da Beirã, encarregado da Estação Telégrafo-postal da Beirã, fator da Estação dos



**Figura 40. João Nunes Sequeira, sua esposa, Sr.<sup>a</sup> D. Maria do Nascimento Serrano Sequeira, e seus dois filhos, João e Ruy Sequeira (MURALHA & BELEZA, 1937)**

Caminhos-de-ferro em Braço de Prata, Sargento enfermeiro do Hospital Militar da Estrela, que acumulava com os seus investimentos no comércio de retalho (MURALHA & BELEZA, 1937), originando a compra da atual Herdade do Pereiro, e posterior instalação da primeira fábrica de pimentão (em 1937) (Município de Marvão, 2012).

“A gente que chega á Beirã, ultima estação dos caminhos-de-ferro, e mete por uma estrada entre terras de centeio, que fica á nossa esquerda, encontrará a uns 4 quilómetros uma herdade, que é uma das mais interessantes de todo o Alentejo. O seu edifício ergue-se imponentemente, com a belesa propria para ser erguido no Estoril ou em Cintra. E’ o *Pereiro* essa formosissima herdade (...)” (MURALHA & BELEZA, 1937, p. 13).

“ (...) as dependencias de o *Pereiro* constituem um monte como muito poucos o tem.” (MURALHA & BELEZA, 1937, p. 13) Sendo constituído por uma casa principal, ladeada por várias edificações, tais como a capela, o pombal, o forno de pão, o lagar, a adega, os celeiros, as oficinas, a garagem, um infantário e uma escola primária com cantina, e as casas dos trabalhadores, ficando a 400 m de distância, o complexo Termal da Fadagosa (MURALHA & BELEZA, 1937).

Em 1942, João Nunes Sequeira adquire a concessão das Termas, mas a exploração continuou precária, cessando a atividade nos finais dos anos 50 apesar de serem pagos os respetivos impostos, só em 1971 as Termas foram oficialmente declaradas abandonadas (Águas Termais, 2002).

A Herdade possuía, aproximadamente, uma área de 1113,90 ha (Quadro 7), atingindo, em média, uma produção de 234 t (300 moios) de trigo, 148,2 t (190 moios) de aveia, 117 t (150 moios) de centeio, 62,4 t (80 moios) de milho, 3,12 t (4 moios) de fava, 135 000 l de azeite e 600 t (40.000 arrobas) de cortiça, que complementa com a criação de,

aproximadamente, 600 ovelhas, 200 cabras, 100 vacas e 100 porcos (MURALHA & BELEZA, 1937).

**Quadro 7. Constituição da Herdade em 1937 (adaptado de MURALHA & BELEZA, 1937)**

Constituição da Herdade	Área (ha)
Rios e Linhas de Água	182,00
Edificações	0,70
Olival	8,78
Culturas Arvenses	261,08
Pousio	228,42
Montado de Sobro	380,90
Montado de Azinho	52,02

Em 2006, Jorge de Oliveira<sup>5</sup> atualizou a Carta Arqueológica de Marvão através de recolha de informação arqueológica preexistente, e prospeção e inventariação de novos sítios, disponível no Portal do Arqueólogo (IGESPAR, 2014). Constatou-se que a Herdade possui vários achados arqueológicos (Quadro 8, Figura 58 e Anexos I), mas infelizmente encontram-se em mau estado de conservação.

**Quadro 8. Sítios Arqueológicos na Herdade (adaptado de IGESPAR, 2014)**

Nº	Nome	Tipo	Período	Localização
1	Anta do Pereiro I	Anta	Neo-Calcolítico	39°28'30.8" N 7°22'56.2" W
2	Anta do Pereiro II	Anta	Neo-Calcolítico	39°28'38.8" N 7°22'47.7" W
7	Pereiro Velho	Casal Rústico	Alta Idade Média	39°28'45.8" N 7°22'40.1" W
11	Pereiro Velho	Sepultura	Alta Idade Média	39°28'47.8" N 7°22'29.6" W
12	Casa do Guarda / Herdade do Pereiro	Necrópole	Alta Idade Média	39°29'03.2" N 7°22'53.5" W
13	Cancho do Pereiro	Necrópole	Alta Idade Média	39°28'38.2" N 7°23'19.0" W
14	Pereiro Velho	Necrópole	Alta Idade Média	39°28'52.3" N 7°22'36.1" W

Atualmente a Herdade encontra-se para venda, estando avaliada em sete milhões de euros, mas apenas 80 ha de área, nos quais se encontram a casa principal e restantes edifícios e o complexo Termal da Fadagosa, em estado de ruínas (Portugal Sotheby's International Realty, s.d.).

<sup>5</sup> Prof. Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, docente na Universidade de Évora – Centro de História de Arte e Investigação Artística

### 5.5.2. Uso do solo

A área do PNSSM, inclusive o concelho de Marvão, e encontra-se classificada como Área Protegida. Predominam os sistemas agroflorestais, mais precisamente as culturas arvenses de sequeiro, os montados de sobro e/ou azinho, os montados de carvalhos e, mais recentemente, as áreas de pinhal e eucaliptal (ICN, 2001).

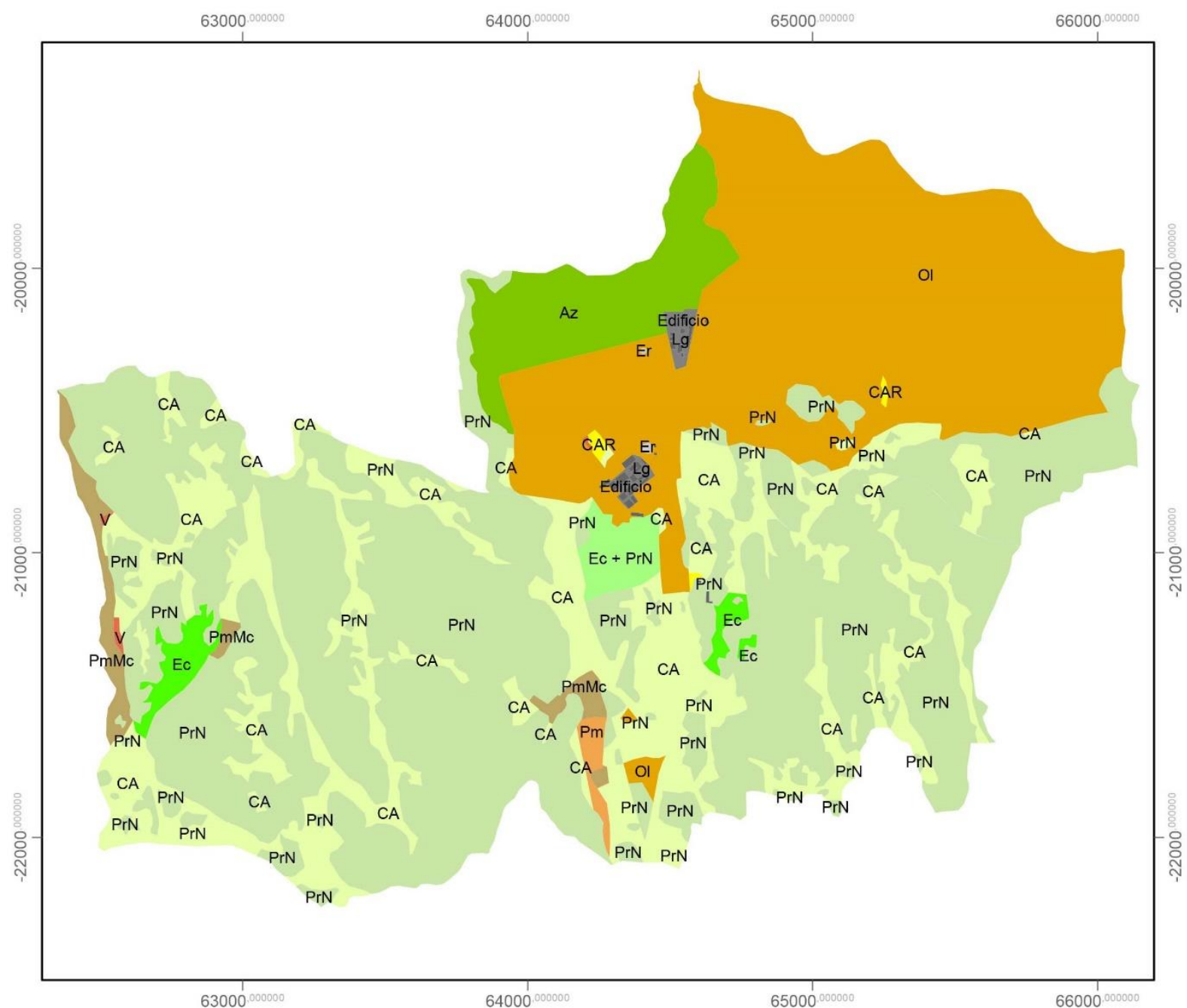
Analizando a evolução do uso do solo na Herdade ao longo dos anos, através de dados retirados das Secções da Folha Cadastral da Freguesia da Beirã (1953-54), (IGEO, 2006), da Carta de Uso Agrícola e Florestal (1967), das Cartas de Uso e Ocupação do Solo (COS'1990 e COS'2007) e Carta CORINE Land Cover de 2006 (CLC06), pretende-se compreender a evolução do seu uso.

Em 1953-54 a área era predominantemente de cultura de olival (25.9 %) e cultura arvense de sequeiro (18.2 %), entrando em consociação com o prado natural (46.5 %) utilizado na alimentação de gado, vindo a comprovar os factos históricos anteriormente descritos (Quadro 9, Figura 41).

**Quadro 9. Percentagem de Ocupação do Uso do Solo na Herdade em 1953-54**

<b>Cód.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Percentagem de Ocupação</b>
Az	Montado de Azinho	4,9 %
CA	Cultura Arvense de Sequeiro	18,2 %
CAR	Cultura Arvense de Regadio	0,1 %
Ec	Eucaliptal	1,0 %
Ec + PrN	Eucaliptal + Prado Natural	1,1 %
Ed	Edifício	0,2 %
Er	Eira	0,03 %
Lg	Logradouro	0,3 %
OI	Olival	25,9 %
Pm	Pomar	0,4 %
PmMc	Pomar de Macieiras	1,4 %
PrN	Prado Natural	46,5 %
St	Terreno Estéril	0,01 %
V	Vinha	0,1 %

# Carta de Uso e Ocupação do Solo em 1953-54



## Legenda

- Az
- CA
- CAR
- Ec
- Ec + PrN
- Edifício
- Er
- Lg
- Ol
- Pm
- PmMc
- PrN
- St
- V

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
 Projection: Transverse Mercator  
 Datum: ETRS 1989  
 False Easting: 0,0000  
 False Northing: 0,0000  
 Central Meridian: -8,1331  
 Scale Factor: 1,0000  
 Latitude Of Origin: 39,6683  
 Units: Meter

Escala 1:20 000



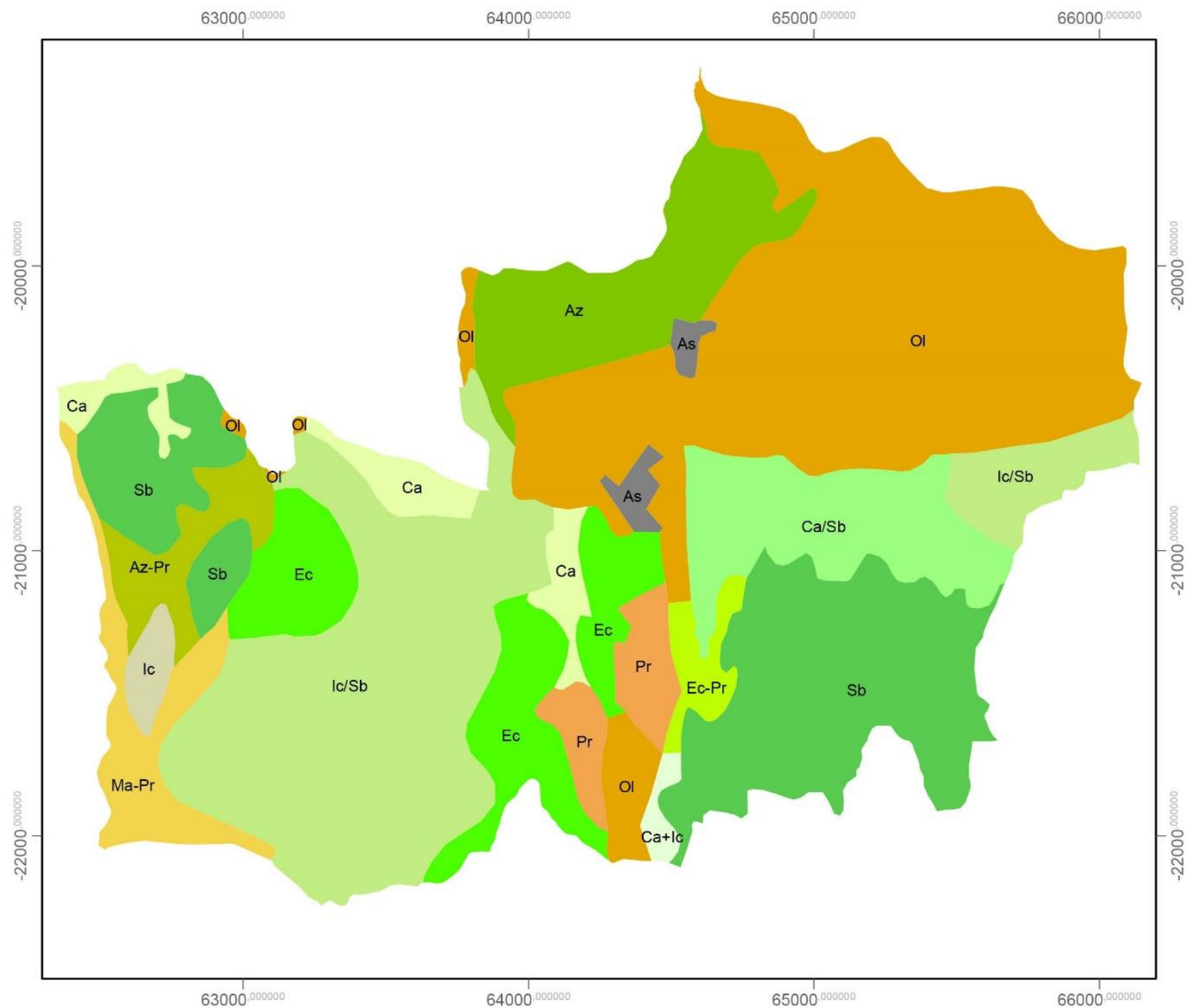
Figura 41. Uso e Ocupação do Solo em 1953-54 (Fonte: Autor)

Em 1967, confirma-se o aumento de produção de olival (28 %), desejo de João Nunes Sequeira, ocorrendo também um aumento da área de eucaliptal e de montado, justificando a ambição de aumentar a produtividade agrícola (Quadro 10, Figura 42).

**Quadro 10. Percentagem de Ocupação do Uso Agrícola e Florestal na Herdade em 1967**

<b>Cód.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Percentagem de Ocupação</b>
As	Área Social	1,0 %
Az	Azinheira	7,0 %
Az-Pr	Associação de Azinheira e Pereira	2,0 %
Ca	Cultura Arvense de Sequeiro	2,2 %
Ca+Ic	Mosaico de Cultura Arvense de Sequeiro e Inculto	7,0 %
Ca/Sb	Consociação de Cultura Arvense de Sequeiro e Sobreiro	1,0 %
Ec	Eucalipto	8,0 %
Ec-Pr	Associação de Eucalipto e Pereira	1,0 %
Ic	Inculto	1,0 %
Ic/Sb	Consociação de Inculto e Sobreiro	21,0 %
Ma-Pr	Associação de Macieira e Pereira	3,0 %
OI	Oliveira	28,0 %
Pr	Pereira	2,0 %
Sb	Sobreiro	15,0 %

# Carta de Uso Agrícola e Florestal em 1967



## Legenda

As	Ec-Pr
Az	Ic
Az-Pr	Ic/Sb
Ca	Ma-Pr
Ca+Ic	Ol
Ca/Sb	Pr
Ec	Sb

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
 Projection: Transverse Mercator  
 Datum: ETRS 1989  
 False Easting: 0,0000  
 False Northing: 0,0000  
 Central Meridian: -8,1331  
 Scale Factor: 1,0000  
 Latitude Of Origin: 39,6683  
 Units: Meter

Escala 1:20 000



Figura 42. Uso Agrícola e Florestal em 1967 (Fonte: Autor)

Em 1990, após a morte de João Nunes Sequeira, confirma-se o abandono das práticas agrícolas, sendo no total apenas 5.8 %, restando apenas o olival (26.9 %), e verifica-se também uma maior definição na ocupação do solo em relação à existência de sobreiros e azinheiras (Quadro 11, Figura 43).

**Quadro 11. Percentagem de Ocupação do Uso do Solo na Herdade em 1990**

<b>Cód.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Grau de Coberto</b>	<b>Percentagem de Ocupação</b>
BB3	Sobreiro	Superior a 50 %	0,3 %
BZ3	Sobreiro + Azinheira	Superior a 50 %	9,7 %
CA1	Culturas Anuais + Pomar	10 % - 30 %	0,4 %
CC1	Culturas Anuais de Sequeiro	10 % - 30 %	0,7 %
CF0	Culturas Anuais + Outras Folhosas	Inferior a 10 %	1,2 %
CZ0	Culturas Anuais + Azinheira	Inferior a 10 %	3,5 %
HH1	Cursos de Água	10 % - 30 %	0,1 %
OO1	Olival	10 % - 30 %	26,9 %
SW1	Zonas Industriais e Comerciais	10 % - 30 %	0,5 %
ZB1	Azinheira + Sobreiro	10 % - 30 %	4,2 %
ZB2	Azinheira + Sobreiro	30 % - 50 %	5,3 %
ZB3	Azinheira + Sobreiro	Superior a 50 %	20,0 %
ZZ1	Azinheira	10 % - 30 %	3,7 %
ZZ2	Azinheira	30 % - 50 %	0,1 %
ZZ3	Azinheira	Superior a 50 %	23,5 %



# Carta de Uso e Ocupação do Solo em 1990

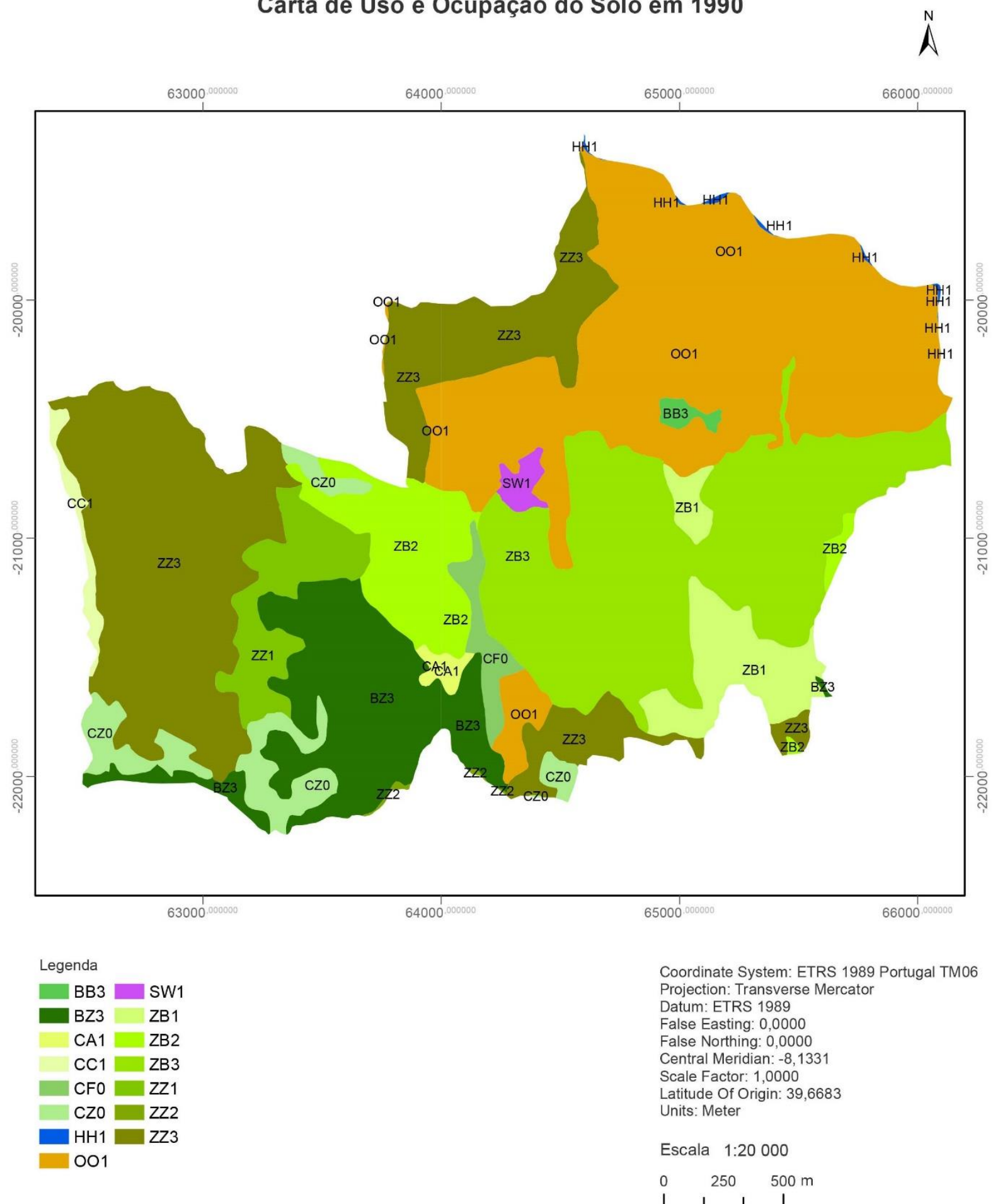


Figura 43. Uso e Ocupação do Solo em 1990 (Fonte: Autor)



Em 2006, e posteriormente em 2007, verifica-se uma constante diminuição do uso do solo para culturas agrícolas, apesar de ainda existir uma área extensa de olival, havendo proliferação de espécies infestantes em diversas manchas de floresta, como o eucalipto (Quadro 12 e 13, Figura 44 e 45).

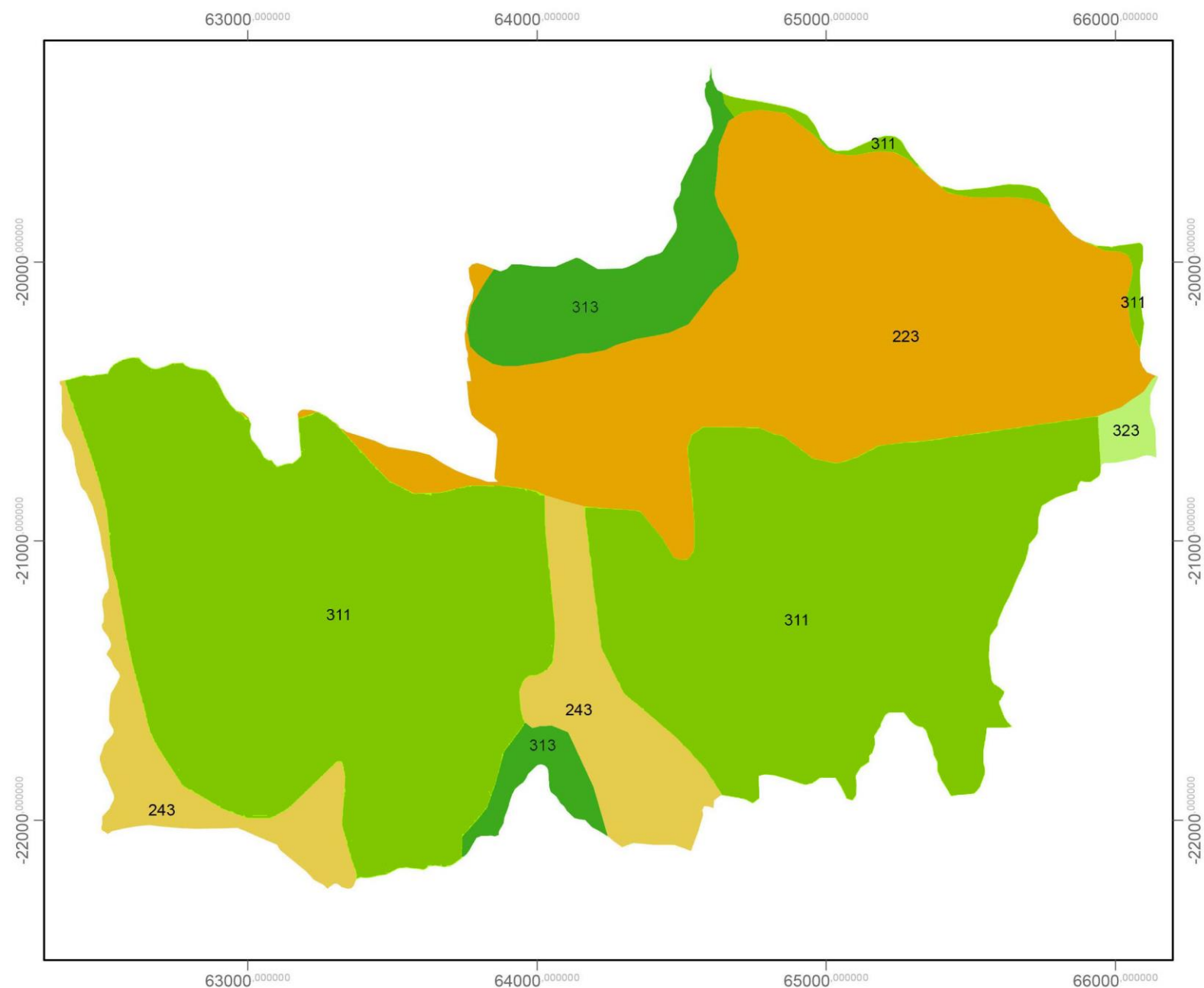
**Quadro 12. Uso do Solo da Herdade em 2006**

<b>Cód.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Percentagem de Ocupação</b>
2.2.3.	Olival	28,3 %
2.4.3.	Agricultura com Espaços Naturais e Semi-naturais	9,1 %
3.1.1.	Floresta de Folhosas	55,7 %
3.1.3.	Floresta Mista	6,3 %
3.2.3.	Vegetação Esclerófila	0,6 %

**Quadro 13. Percentagem de Ocupação do Uso do Solo na Herdade em 2007**

<b>Cód.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Percentagem de Ocupação</b>
0.0.	Área Social	0,00002 %
1.2.	Indústria, Comércio e Transportes	0,4 %
2.2.	Culturas Permanentes	25,2 %
2.3.	Pastagens Permanentes	3,3 %
2.4.	Área Agrícola Heterogénea	5,1 %
3.1.	Florestas	38,0 %
3.2.	Florestas Abertas e Vegetação Arbustiva e Herbácea	25,6 %
3.3.	Zonas Descobertas e com Pouca Vegetação	2,3 %

## Carta de Uso e Ocupação do Solo em 2006 (CORINE Land Cover)



### Legenda

- 2.2.3. Olival
- 2.4.3. Agricultura com Espaços Naturais e Semi-naturais
- 3.1.1. Floresta de Folhosas
- 3.1.3. Floresta Mista
- 3.2.3. Vegetação Esclerófila

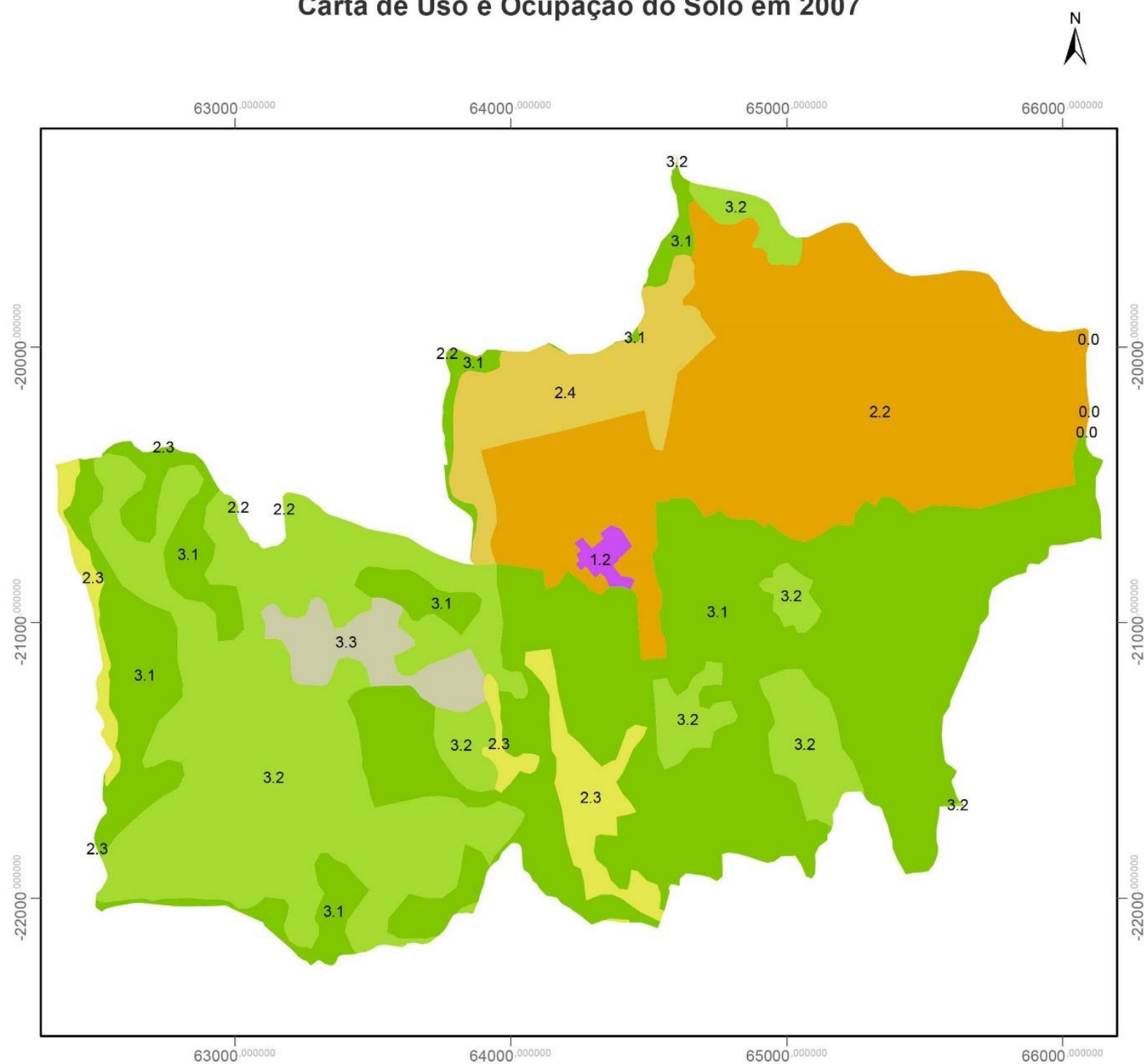
Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
 Projection: Transverse Mercator  
 Datum: ETRS 1989  
 False Easting: 0,0000  
 False Northing: 0,0000  
 Central Meridian: -8,1331  
 Scale Factor: 1,0000  
 Latitude Of Origin: 39,6683  
 Units: Meter

Escala 1:20 000



Figura 44. Uso e Ocupação do Solo em 2006 (Fonte: Autor)

# Carta de Uso e Ocupação do Solo em 2007



## Legenda

- 0.0 Área Social
- 1.2 Indústria, Comércio e Transportes
- 2.2 Culturas Permanentes
- 2.3 Pastagens Permanentes
- 2.4 Área Agrícola Heterogénea
- 3.1 Florestas
- 3.2 Florestas Abertas e Vegetação Arbustiva e Herbácea
- 3.3 Zonas Descobertas e com Pouca Vegetação

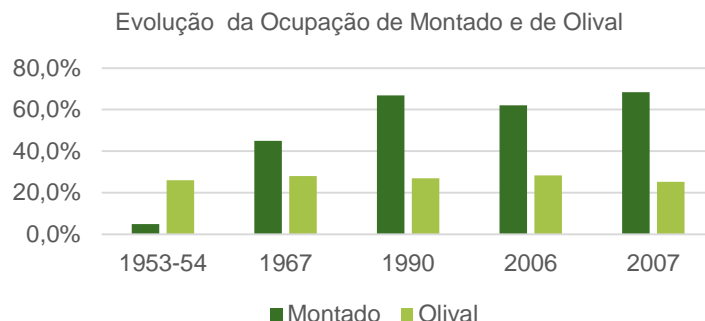
Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
 Projection: Transverse Mercator  
 Datum: ETRS 1989  
 False Easting: 0,0000  
 False Northing: 0,0000  
 Central Meridian: -8,1331  
 Scale Factor: 1,0000  
 Latitude Of Origin: 39,6683  
 Units: Meter

Escala 1:20 000



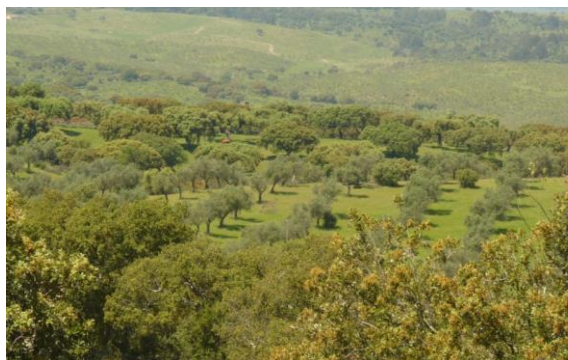
Figura 45. Uso e Ocupação do Solo em 2007 (Fonte: Autor)

O tipo de usos ao longo dos anos na Herdade foram modificando, as práticas agrícolas foram sendo abandonadas, enquanto o olival foi a cultura que mais consistência demonstrou, talvez por ser a que precise de menos cuidado, e por sua vez o montado foi aumentando (Figura 46).



**Figura 46. Evolução da Ocupação de Montado e de Olival ao longo dos anos (Fonte: Autor)**

Durante a visita de campo à Herdade confirmaram-se os usos atuais, sendo grande parte da área ocupada por montado de sobro e de azinho, em consociação com a cultura de olival e pastagens de gado bovino e ovino em produção extensiva e semi-extensiva (Figura 47 e 48), apesar destes usos, a produção é muito limitada para a área da Herdade, sendo que se encontra praticamente abandonada.



**Figura 47. Olival em consociação com Montado (Fonte: Autor)**



**Figura 48. Produção extensiva de gado bovino (Fonte: Autor)**

### 5.5.3. Unidade de Paisagem

A Paisagem do Alto Alentejo é distinguida por uma malha larga, associada a montados e ao uso silvopastoril, descontinuada pelas povoações e culturas agrícolas. A unidade de Paisagem de Marvão é a Serra de S. Mamede (n.º 88), devido a ser uma área com características homogéneas, um padrão específico, que permite distinguir esta área das envolventes (CANCELA D'ABREU *et al.*, 2004).

“A ‘riqueza biológica’ é elevada no conjunto da unidade de paisagem que, no contexto do sul do país, se pode considerar como rara” (CANCELA D'ABREU *et al.*, 2004, p. 206).

A Paisagem é modelada pela morfologia da serra, com encostas declivosas, por vezes abruptas e com imponentes cristas de rocha exposta (ALMEIDA *et al.*, 2008), o que a torna a exceção em relação aos campos vastos e abertos com escassa compartimentação ou com arvoredo dispersos, característicos do Alentejo, conduzindo a usos diversificados (CANCELA D'ABREU *et al.*, 2004). Os vales largos da serra acolhem as ribeiras, que escorrem em direção ao Rio Sever (ALMEIDA *et al.*, 2008).

Os centros urbanos fixaram-se em locais singulares em termos paisagísticos e funcionais, garantindo-lhes segurança, como é o caso de Marvão e de Castelo de Vide. Outrora, as povoações apresentavam traços comuns, destacando-se a densa concentração de edificado, envolvido por um mosaico de policultura (vinha, hortas, pomares de frutos e olivais), e só depois apareciam as terras de pasto, as searas, os matagais e os montados, mas hoje, assiste-se à alteração deste modelo, com o abandono das hortas e ferragiais. As habitações, com paredes caiadas de branco e ornadas de cores vivas, foram quase todas abandonadas, assistindo-se a uma procura para transformá-las em residências secundárias (CANCELA D'ABREU *et al.*, 2004).

Deste modo, as povoações foram integrando-se na paisagem, ficando os vales para a agricultura intensiva, os planaltos para as culturas de sequeiro ou pastagens e as encostas para as matas, permitindo a formação de áreas de povoamento aglomerado e disperso. Atualmente é ainda possível observar os vales ocupados por um mosaico agrícola misto, em pequena propriedade e parcelado por muros de pedra solta, enquanto que no planalto o mosaico cresce, com aproveitamento do montado (de sobro, azinho ou carvalho-negral) ou dos sotos, e o povoamento concentra-se. As encostas, maioritariamente, de ocupação florestal de carvalho-negral foram sendo substituídas por castanheiros e por vinha (nas encostas a Sul e Sudoeste). A sua florestação por monoespecíficas reduziu a multifuncionalidade da paisagem mas a coerência dos usos possibilita a sustentabilidade dos recursos naturais (CANCELA D'ABREU *et al.*, 2004).

Segundo a informação disponibilizada pelo ICNF a área abrangida pelo Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM) é dividida em quatro grupos de paisagens, tendo em conta a Carta das Regiões Naturais, devido à diversidade de litologia e altimetria, contribuindo para a formação de paisagens associadas a montanha, ao regadio, ao montado e aos rios e albufeiras (ICNF, s.d.).



#### 5.5.4. Conjunto de Edificado

A Herdade apresenta dois conjuntos de edifícios: um conjunto principal relacionado com todo o antigo funcionamento e gestão da herdade e um conjunto secundário associado às Termas da Fadagosa (Figura 49 e Anexos I).

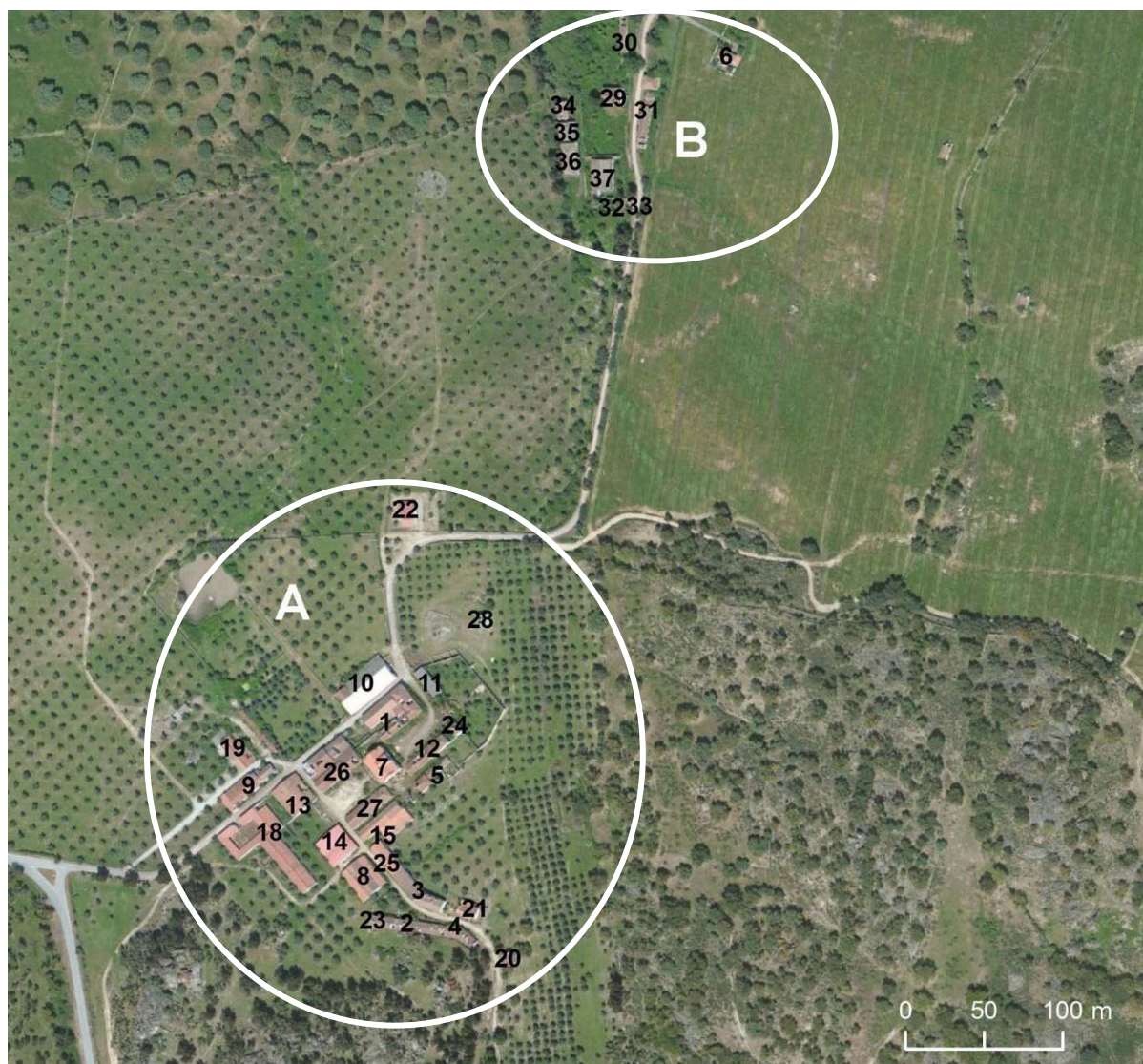


Figura 49. Dois conjuntos de edificado: (A) Núcleo principal e (B) Termas da Fadagosa (Fonte: Autor)

**Quadro 14. Edifícios da Herdade. Identificação das funções iniciais**

Nº	Tipo
1	Adega
2/3/4	Bairro dos Justos (Dormitórios)
5	Capela/Garagem
6	Casa da Guarda Fiscal
7	Casa Senhorial
8	Edifício (Equipamentos de Apoio - Pimentos)
9/10/11/12/13/14/15/16/17/18/19	Edifício (Equipamentos de Apoio)
20	Edifício de Habitação
21	Escola Primária (1963)
22	Escola Primária (1979)
23	Escola Primária (anos 20 /30)
24	Fornos
25	Lagar de Azeite
26/27	Oficinas
28	Pombal
29	Termas da Fadagosa (Casino e Salão de Baile)
30/31/32/33	Termas da Fadagosa (Equipamentos de Apoio)
34/35/36	Termas da Fadagosa (Hotel)
37	Termas da Fadagosa (Zona de Banhos)

Após visita ao local (Figura 50) foi possível constatar que a Herdade se encontra em grande estado de abandono, estando vários edifícios em risco de desmoronar-se.



**Figura 50. Vista sobre a Herdade (Fonte: Autor)**



Em conversa com o Sr. Abílio Alves, rendeiro de algumas parcelas da Herdade para pastagem de gado, constata-se a imensidão e a enorme importância deste lugar para a população de Marvão.

Na freguesia de Beirã, alguns residentes também falaram um pouco sobre a Herdade. É notável o orgulho que sentiam por João Nunes Sequeira, que ali fez prosperar vários negócios, dando emprego a mais de 700 pessoas que trabalhavam por turnos, chegando a habitar na Herdade mais de 50 famílias, não se sabe ao certo o número exato, sendo apenas uma estimativa da população. Os trabalhadores habitavam no bairro dos “justos” (Figura 51 e 52), em pequenas casas (nesta altura ainda não havia casas de banho dentro das habitações), por vezes agrupados em ranchos de homens e de mulheres, havia ainda uma mercearia e uma “sociedade”, onde se podiam reunir e ver televisão (através de um sistemas de quotas), sendo um dos primeiros locais da região a ter acesso a um gerador e a televisão.

A Herdade funcionava como um ciclo, as parcelas eram divididas com muros de pedra solta (Figura 53), por vezes acompanhados por pequenas vinhas, permitindo a rotação de culturas e de pastagens. Apesar de não haver produção de especiarias, eram adquiridos pimentos, cominhos, canela, erva-doce, que depois iriam para as oficinas serem transformados em pó e, de seguida, distribuídos pela região. Por exemplo, a secagem do pimentão (Figura 54 e 55) era feita em cestos de verga, que ficavam alojados no primeiro andar do edifício, caindo as sementes para os fornos alojados no rés-do-chão, acumulando-se as cinzas, que eram posteriormente espalhadas nos campos como fertilizante.



**Figura 51. Entrada para o Bairro dos Justos (Fonte: Autor)**



**Figura 52. Habitações dos Trabalhadores (Fonte: Autor)**



**Figura 53. Muro de pedra solta a dividir parcelas (Fonte: Autor)**

O negócio foi crescendo ao longo dos anos, criando-se várias unidades fabris na região, para a conserva de vegetais e azeitonas, produção de confeitaria e fabrico de calçado.

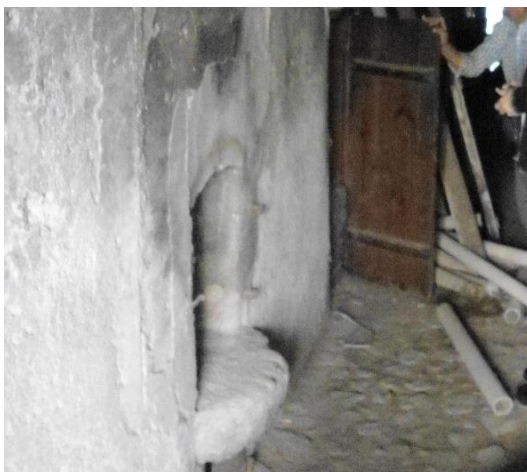
Hoje em dia, o orgulho que a população sentia pela família Sequeira encontra-se desvanecido, desde a morte de João Nunes Sequeira que o negócio da família pouco evoluiu, os herdeiros, como diz a população nasceram em berço de ouro e não compreendem o significado da importância que a sua família teve nesta região. Em algumas parcelas da Herdade é possível visualizar novas plantações de olival, não se trata de um investimento mas uma solução pela venda de várias parcelas de oliveiras com mais de 70 anos, um negócio lucrativo mas inimaginável. A admiração da população por João Nunes Sequeira levou à construção de um busto, colocado na Herdade, mas rapidamente foi furtado.

Há alguns anos, a casa da Guarda Fiscal (Figura 56), que nunca pertenceu à família, foi colocada à venda, mas o único interessado foi um residente da região, ficando a estrada de acesso ao núcleo central de domínio público, sem esquecer a utilização de uma das três escolas primárias como Associação de caça.

Encontrar uma explicação plausível para a evolução da Herdade não é de todo simples, sendo a única solução a sua aquisição por um investidor.



**Figura 54. Interior do edifício da secagem de pimentão (1º andar) (Fonte: Autor)**



**Figura 55. Fornos da secagem de pimentão (rés-do-chão) (Fonte: Autor)**



**Figura 56. Casa da Guarda Fiscal (Fonte: Autor)**

## **6. Proposta**

De acordo com a análise feita no capítulo anterior, procede-se à elaboração da Estrutura Ecológica Fundamental (Figura 57), obtendo-se as áreas que permitem o normal funcionamento dos ecossistemas na Herdade, garantindo a continuidade e a regeneração da biodiversidade. Esta análise extensiva da paisagem permitiu reconhecer se o funcionamento da Herdade ao longo dos anos se conciliava com os parâmetros ecológicos da mesma, sendo que a cultura de olival situada em declives superiores a 25 % é a única que entra em conflito.



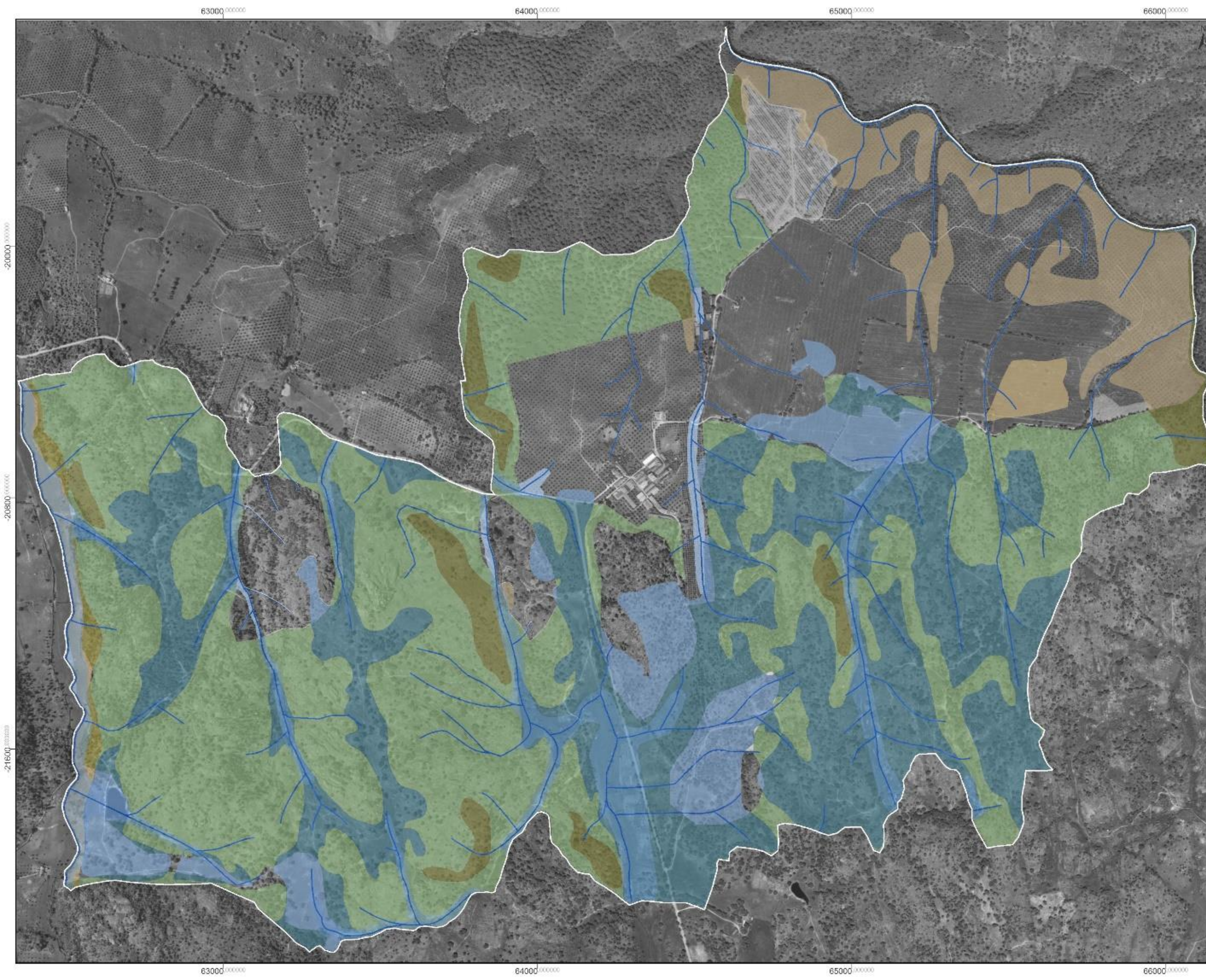
# Carta de Estrutura Ecológica Fundamental

## Legenda

- Limite da Herdade do Pereiro
- Linhas de Água
- Zonas Adjacentes às Linhas de Água
- Áreas de Máxima Infiltração
- Solos de Elevado Valor Ecológico
- Solos de Muito Elevado Valor Ecológico
- Risco de Erosão Hidrica do Solo
- Vegetação com Valor de Conservação

Escala 1:10 000

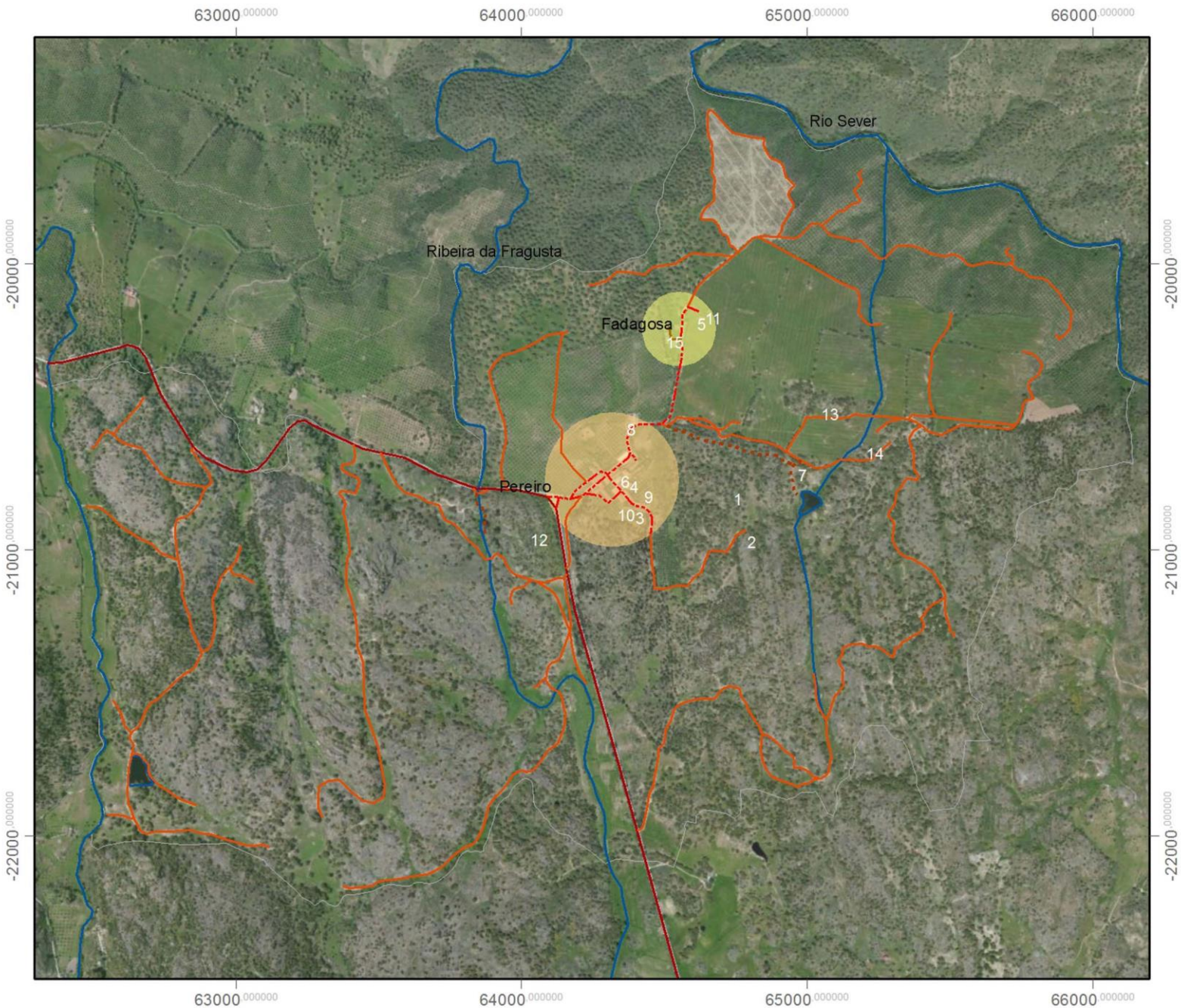
0 125 250 m





A estrutura cultural (Figura 58) apresentada reúne informação sobre as intervenções do Homem sobre a paisagem (apenas do tipo “inerte”), nomeadamente edifícios, tipos de vias e pontos culturais. A ação antrópica na Herdade deve ser igualmente analisada e ponderada, dado que ao longo dos anos, foi convertendo a paisagem natural em cultural, deste modo o património arqueológico e arquitetónico tornam o espaço em algo único, e que deve ser preservado, criando vários pontos de interesse naturais e culturais (Anexos I).

# Carta de Estrutura Cultural



## Legenda

- |                               |   |
|-------------------------------|---|
| Limite da Herdade do Pereiro  | Rios e Ribeiras                                       |
| Via Terciária (N359)          | Vestígios de Presença Neolítica, Romana e Idade Média |
| Caminho (acesso a automóveis) | Vestígios de Presença Romana e Medieval Islâmica      |
| Carreteiro                    |   |
| Caminho                       |   |
| Caminho de Pé Posto           |   |

## Pontos Culturais:

- |                          |                     |                        |
|--------------------------|---------------------|------------------------|
| 1) Anta do Pereiro I     | 6) Casa Senhorial   | 11) Sepultura          |
| 2) Anta do Pereiro II    | 7) Casal Rústico    | 12) Necrópole          |
| 3) Bairro dos Justos     | 8) Escola Primária  | 13) Necrópole          |
| 4) Capela                | 9) Escola Primária  | 14) Necrópole          |
| 5) Casa da Guarda Fiscal | 10) Escola Primária | 15) Termas da Fadagosa |

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
 Projection: Transverse Mercator  
 Datum: ETRS 1989  
 False Easting: 0,0000  
 False Northing: 0,0000  
 Central Meridian: -8,1331  
 Scale Factor: 1,0000  
 Latitude Of Origin: 39,6683  
 Units: Meter

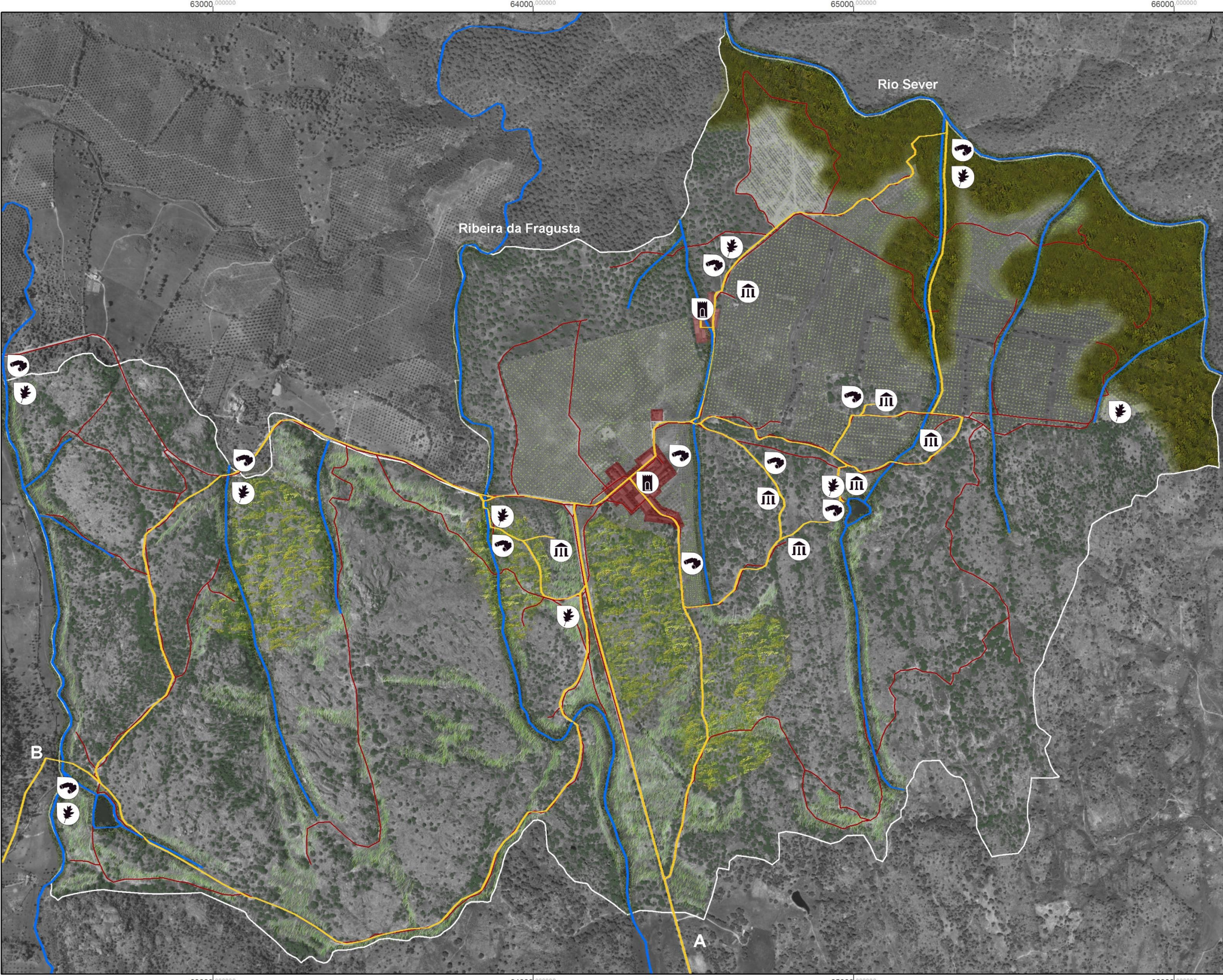
Escala 1:20 000



A integração da Estrutura Ecológica Fundamental e da Estrutura Cultural permite elaborar a Proposta de Ordenamento e Requalificação (Figura 59), que engloba vários usos possíveis para a Herdade, sem colocar em risco o equilíbrio ecológico do sistema, assim como a implementação de práticas agrícolas adequadas, segundo CAP & LPN, 2013. Esta proposta tem em consideração os usos atuais que se encontram em equilíbrio com o funcionamento dos ecossistemas e que são a manter e os usos a alterar. Prevê ainda a valorização da herdade através da criação de uma rede de percursos, classificada como Pequena Rota (14,3 km), que permitem a observação de vários pontos de interesse e a recuperação do tecido edificado, assim com a relação com áreas de interesse paisagístico na periferia da herdade que contribuem para a criação de um percurso de Grande Rota.

A proposta pretende devolver à Herdade o reconhecimento da sua importância no desenvolvimento económico da região, criando um ciclo sustentável entre a preservação do espaço e o poder económico, ou seja, a atividade agrária deve ser retomada em tempo integral, o património natural e cultural existente deve ser conservado e passível de interpretação e todo o rendimento gerado permitirá o normal funcionamento do espaço.





PROPOSTA DE  
ORDENAMENTO E  
REQUALIFICAÇÃO

- LEGENDA
- Limite da Herdade
  - Rios e Ribeiras
  - Caminhos existentes
  - USOS EXISTENTES A MANTER
    - Olival
    - Montado
    - Pastagens
  - USOS A PROPOR
    - Manutenção de vegetação ripícola
    - Bosque de *Quercus rotundifolia* Lam.
    - Montado (reconversão de eucaliptal)
  - Percursos pedestres
    - Herdade (14,3 km)
    - A ligação a Marvão
    - B ligação a Castelo de Vide
  - Conjunto de edificado a requalificar
    - Núcleo Principal
    - Termas da Fadagosa
  - Pontos de Interesse
    - Naturais
    - Culturais
    - Património Arqueológico
    - Locais de Observação

Escala 1:10 000





A proposta pode ser dividida em três partes: a ecológica, a cultural e a económica.

▪ **A perspetiva ecológica da proposta de valorização da Herdade**

A nível ecológico pretende-se proteger as linhas de água mais distintas e os charcos temporários, através da remoção de infestantes e colocação manutenção de vegetação ripícola (que suportam uma biodiversidade com características muito próprias, contribuindo para a melhoria da qualidade de água). O montado, vegetação com elevado valor de conservação, deve ser preservado e as infestantes, como as acácias, o eucalipto e os ailantos, devem ser removidas, nomeadamente as manchas de eucaliptal, devem ser reconvertidas para montado.

A estrutura ecológica da Herdade revelou que o olival junto ao rio Sever se encontra situado numa zona de risco de erosão hídrica do solo, sendo indispensável a sua substituição, por exemplo, por um bosque de *Quercus rotundifolia* Lam, dado que é uma espécie que se adequa ao local e tem a vantagem de aumentar a diversidade florística e faunística da Herdade.

▪ **A perspetiva ecológico-cultural da proposta de valorização da Herdade**

As parcelas da herdade (Figura 60) devem ser mantidas, através da manutenção de sebes e vegetação espontânea nas bordaduras (contribuindo para o aumento da diversidade de flora e fauna) e, da conservação e restauro dos muros de pedra solta (sendo ótimos locais de abrigo para répteis e mamíferos), assim como a colocação e continuação de faixas de proteção de matos, permitindo que o olival continue a produzir num modo extensivo (mantendo nas entrelinhas faixas de vegetação espontânea, que contribuem para a diminuição de infestantes). Os caminhos existentes devem ser mantidos, melhorando o seu acesso nalguns pontos, complementando com a adição de estruturas de



Figura 60. Parcelas (Fonte: Autor)

apoio à fauna, como caixas-ninho para aves diversas insectívoras, rapinas noturnas e morcegos (que contribuem para o auxílio no controlo de pragas), bebedouros e aglomerados de pedra e/ou lenha, propícios para a utilização por diversas espécies.

Esta adição de estruturas ajudará na conservação da fauna, com a vantagem de permitir a sua observação. O aproveitamento dos caminhos existentes para a criação de uma rede de percursos pedestres pela Herdade, classificada como de Pequena Rota (com 14,3 km de extensão), permitirá a observação da sua biodiversidade, assim como vários pontos naturais e culturais (Figura 61, 62 e 63 e Anexos I).



**Figura 61. Simulação de trecho do Percurso Pedestre (1) (Fonte: Autor)**



**Figura 62. Simulação de trecho do Percurso Pedestre (2) (Fonte: Autor)**



**Figura 63. Simulação de lazer no charco temporário (Fonte: Autor)**








Esta rede de percursos terá ligação a outros existentes na região, elaborados pelo ICNF ou por entidades municipais, interligando a Herdade a Castelo de Vide e a Marvão, criando um percurso de Grande Rota, que possibilita ao visitante uma maior homogeneidade do que pretende conhecer (Figura 64).



# Carta de Percursos Pedestres



## Legenda

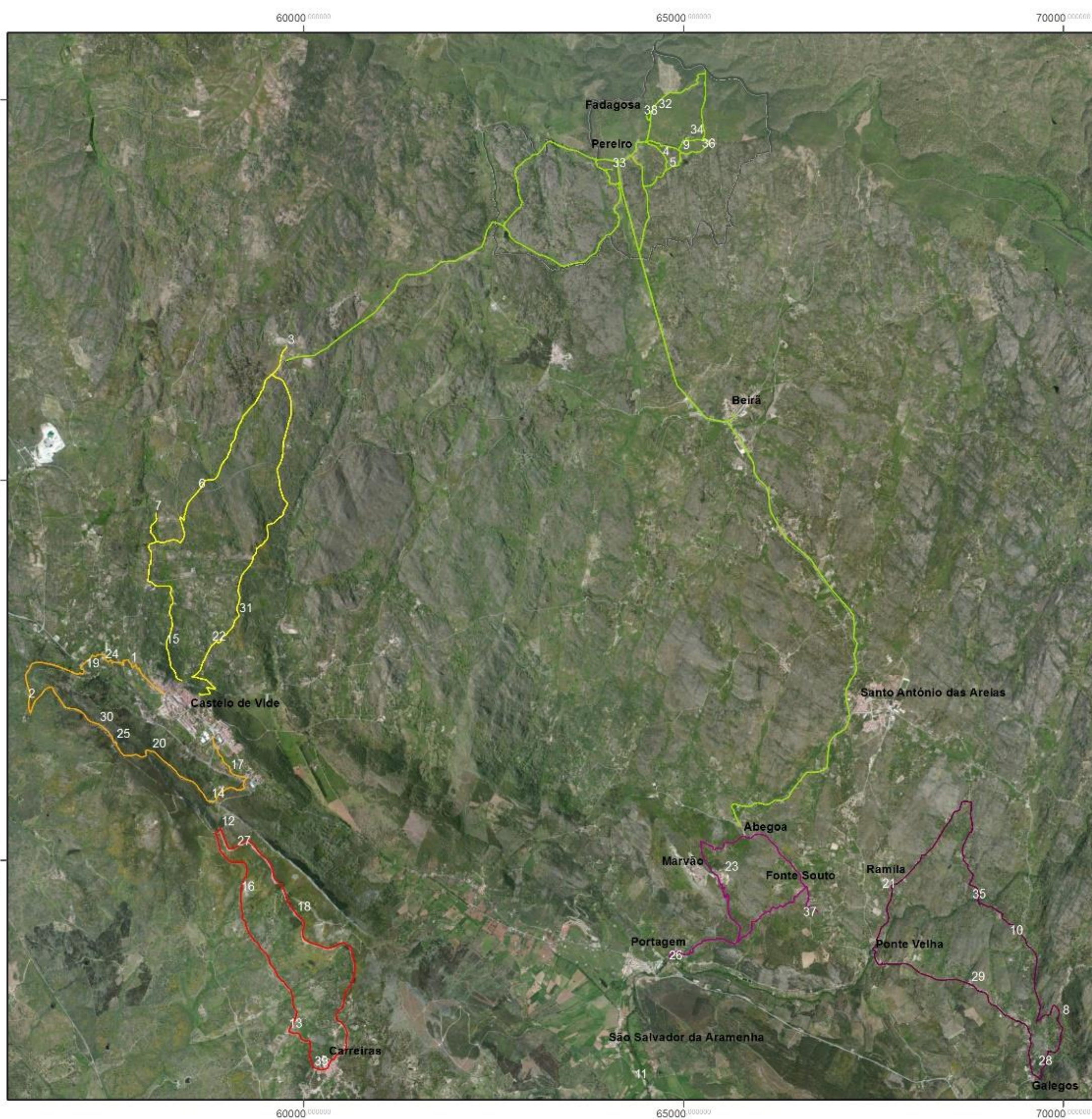
-  Limite da Herdade do Pereiro
-  Percurso Pedestre das Carreiras
-  Percurso Pedestre de Castelo de Vide - Serra de S. Paulo
-  Percurso Pedestre de Castelo de Vide - Torrinhã
-  Percurso Pedestre dos Galegos
-  Percurso Pedestre da Herdade do Pereiro
-  Percurso Pedestre de Marvão

## Pontos Culturais:

- 1) Alminha S. Paulo, Igreja de S. Paulo e Calçada do Pomar de Melo
- 2) Alminha de Santo André
- 3) Anta do Galhardo
- 4) Anta do Pereiro I
- 5) Anta do Pereiro II
- 6) Anta do Pincho
- 7) Anta dos Pombais
- 8) Calçada Seiscentista
- 9) Casal Rústico
- 10) Castro da Crença
- 11) Cidade Romana de Ammaia
- 12) Cruzamento
- 13) Desvio para o Monte Marujo
- 14) Falha Geológica
- 15) Fonte Nova
- 16) Fonte Santa da Calçada da Penha
- 17) Fonte da Areia
- 18) Fonte de Mergulho
- 19) Fonte do Regalo
- 20) Fonte dos Carvoeiros
- 21) Granito
- 22) Igreja Sr. da Penha, Fonte Sr. da Penha
- 23) Igreja do Bom Jesus
- 24) Igreja do Convento Senhora da Estrela
- 25) Igreja do Senhor do Bonfim
- 26) Largo das Almas
- 27) Local de Observação
- 28) Marmitas de Gigante
- 29/30/31) Miradouro
- 32/33/34) Necrópole
- 35) Rio Sever
- 36) Sepultura
- 37) Sepulturas Medievais cavadas na rocha
- 38) Termas da Fadagosa
- 39) Termo da Calçada

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
 Projection: Transverse Mercator  
 Datum: ETRS 1989  
 False Easting: 0,0000  
 False Northing: 0,0000  
 Central Meridian: -8,1331  
 Scale Factor: 1,0000  
 Latitude Of Origin: 39,6683  
 Units: Meter

Escala 1:50 000





### ▪ A perspetiva cultural da proposta de valorização da Herdade

A nível cultural pretende-se propor a classificação dos imóveis como Conjunto de Interesse Municipal, e o seu sucessivo restauro, implementando novos usos (Quadro 15).

A Casa Senhorial (Figura 65) seria transformada num Centro de Interpretação, onde se receberia os visitantes, proporcionando uma viagem pela biodiversidade e pela história da Herdade, através de um pequeno Museu – Museu João Nunes Sequeira. A Adega seria transformada num Restaurante, onde se poderia degustar alguns produtos produzidos na Herdade e na região, e no edifício em frente existiria uma mercearia.



**Figura 65. Simulação de Centro de Interpretação e Restaurante (Fonte: Autor)**

A Capela (Figura 66) encontra-se ao lado da Garagem. Neste caso, propõe-se a demolição da parede que os separa e o aumento da Capela, podendo posteriormente efetuar serviços religiosos. O Bairro dos Justos seria transformado em unidades de alojamento, sofrendo algumas obras, dado que no tempo da sua construção não era habitual incluir casas de banho dentro das habitações, assim como o edifício do Hotel das Termas. Ao fundo do Bairro existe um edifício de habitação isolado, que poderia ser transformado numa habitação para um funcionário permanente, o Caseiro.



**Figura 66. Simulação de requalificação da Capela (Fonte: Autor)**

O conjunto de edifícios das Termas, o Casino e o Salão de Bailes, e a Zona de Banhos das Termas, devem ser restaurados, exibindo o seu propósito num pequeno Museu. Torna-se importante referir, que as Termas (Figura 67 e 68) não apresentam grande viabilidade no restauro da sua função original dado que na região existem outros complexos que atualmente se encontram devidamente atualizados a nível tecnológico. Neste caso seria interessante a construção de uma pequena piscina ecológica, que aproveitasse a natureza das águas sulfúreas, com indicações terapêuticas (Figura 69), após devida análise das águas.



**Figura 67. Complexo Termal (Fonte: Autor)**



**Figura 68. Edifício da zona de banhos (Fonte: Autor)**

Na Herdade existem três antigas Escolas Primárias. A mais recente foi transformada em Associação de Caça, sendo que a sua continuação não é indesejável, dado que a envolvente está classificada como Zona de Caça Turística, quanto às outras duas escolas, propõe-se a preservação da mais antiga, enquanto a outra pode transformar-se numa Escola de Pastores, entre outras formações sobre atividades agrícolas, podendo existir protocolos com o Município e o IEFP.



**Figura 69. Simulação de piscina ecológica (Fonte: Autor)**

O Lagar de Azeite, os Fornos, o Pombal devem manter o seu propósito de construção, dado que continuarão a ser úteis para as atividades da Herdade. Quanto aos restantes edifícios, que sempre tiveram a função de Oficinas e de apoio a atividades agrícolas, devem manter-se com as mesmas funções.

De acordo com o IGESPAR e testemunhos de habitantes, os achados arqueológicos da Herdade encontram-se em mau estado de conservação, sendo difícil de perceção, deste modo propõe-se a sua proteção através da delimitação de áreas de proteção e colocação de placas informativas.

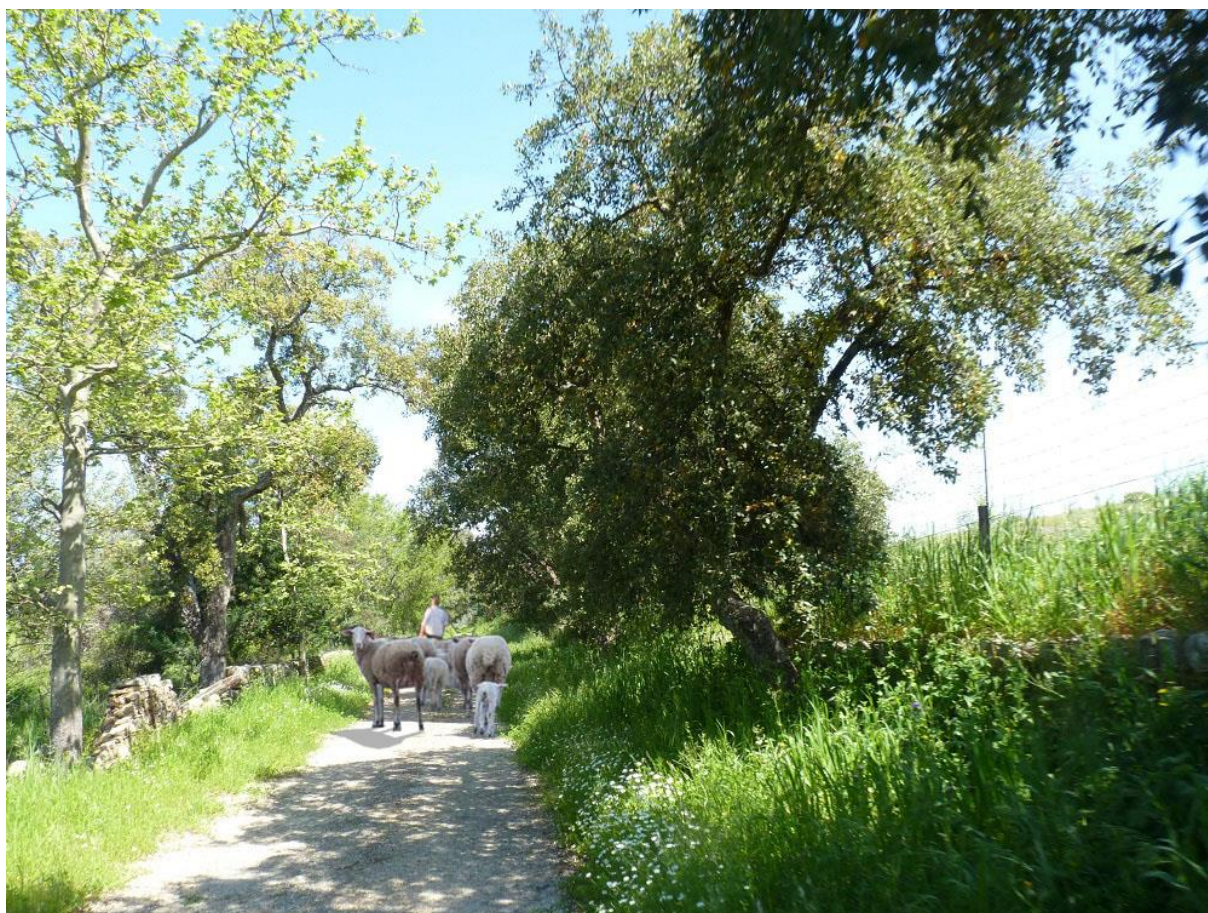
**Quadro 15. Classificação de Usos do Edificado**

<b>Nº</b>	<b>Tipo</b>	<b>Uso Atual</b>	<b>Uso Proposto</b>
1	Adega	Abandonado	Restaurante
2/3/4	Bairro dos Justos (Dormitórios)	Abandonado	Unidades de Alojamento
5	Capela/Garagem	Abandonado	Capela
6	Casa da Guarda Fiscal	Outro Proprietário	-
7	Casa Senhorial	Abandonado	Centro de Interpretação, Museu
8	Edifício (Equipamentos de Apoio - Pimentos)	Abandonado	Apoio a Atividades Agrícolas
9/10/11/12/ 13/14/15/16/ 17/18/19	Edifício (Equipamentos de Apoio)	Abandonado / Apoio a Atividades Agrícolas	9/13/14/18 – Apoio a Atividades Agrícolas 10/19 – Estábulo
20	Edifício de Habitação	Abandonado	Casa do Caseiro
21	Escola Primária (1963)	Abandonado	Escola de Pastores, Formações
22	Escola Primária (1979)	Associação de Caça	=
23	Escola Primária (anos 20 /30)	Abandonado	Museu
24	Fornos	Abandonado	Fornos
25	Lagar de Azeite	Abandonado	Lagar de Azeite
26/27	Oficinas	Abandonado	Oficinas, Apoio a Atividades Agrícolas
28	Pombal	Abandonado	Pombal
29	Termas da Fadagosa (Casino e Salão de Baile)	Abandonado	Museu
30/31/32/33	Termas da Fadagosa (Equipamentos de Apoio)	Abandonado / Estábulo	Equipamentos de Apoio
34/35/36	Termas da Fadagosa (Hotel)	Abandonado / Estábulo	Unidades de Alojamento
37	Termas da Fadagosa (Zona de Banhos)	Abandonado	Museu



▪ **A perspetiva económica da proposta de valorização da Herdade**

A nível económico pretende-se que a Herdade seja auto-sustentável, deste modo a introdução de espécies de raças autóctones, como a raça bovina Alentejana (DOP), a raça ovina de Nordeste Alentejano (IGP), a raça suína Alentejana (DOP), permitirá a obtenção de apoios, e consequente certificação e venda de produtos regionais (Figura 70). A transformação de uma das Escolas Primárias em Escola de Pastores também trará mais fundos para a Herdade, e permitirá um novo fôlego para a freguesia da Beirã, sendo que a introdução de cães de raça Rafeiro Alentejano é relevante. A proteção e produção do Montado permitirá locais de pastagem e obtenção de cortiça e bolota, assim como a produção de olival em modo extensivo, permitirá a obtenção de azeitonas e seus derivados (azeite, pasta de azeitona e bagaço de azeitona), aliado à produção de biomassa, resultante da poda do olival e bagaço de azeitona. Devido à dimensão da Herdade pode apostar-se na plantação de pastagens biodiversas, ricas em leguminosas e gramíneas, que complementam de forma nutritiva a alimentação de animais, aliado ao sequestro de carbono, trazendo mais apoios financeiros.



**Figura 70. Simulação de pastor e rebanho de ovinos (Fonte: Autor)**

De acordo com o PENT (2013 – 2015), o Alentejo deve dinamizar os seus circuitos turísticos, através da georreferenciação de valências, como o património histórico, ambiental e paisagístico, a gastronomia e vinhos, entre outros, permitindo uma maior diversificação de mercado. O Turismo de Natureza surge como área a desenvolver, dado que transmite boas práticas de sustentabilidade, valorizando a cadeia do produto. Consultando a população acerca da oferta turística da região, verifica-se que os preços praticados assemelham-se muito aos preços praticados mais a Sul, no Algarve, justificando este resultado com a beleza e conservação da região, no entanto, entendem que é necessário atingir um público mais jovem, pelo que existe a necessidade de ofertas mais económicas, evidenciando a nova aposta da freguesia na transformação da Estação de Comboios da Beirã em “Hostel”.

Neste caso, a reabilitação do edifício permitirá a implementação de Turismo em Espaço Rural (TER), na forma de Agroturismo, valorizando a Herdade e a região, assim como, a possibilidade de realização de eventos, obtendo outra forma de rendimento para a Herdade.

## **7. Conclusões**

A Paisagem Rural está a mudar e com ela o pensamento da sociedade, após a perda de interesse pelo rural, assiste-se à necessidade em voltar ao passado, pegando nas palavras de Caldeira Cabral, “Ora se no séc. XIX e no começo do séc. XX o problema crucial era o da cidade, o problema central do nosso tempo é a paisagem rural (CABRAL, p.196).

Outrora Orlando Ribeiro (1998) afirmou que, “ Uma região geográfica caracteriza-se por uma certa identidade de aspetos comuns a toda ela. Não apenas as condições gerais de clima e posição, mas ainda as particularidades da natureza e do relevo do solo, o manto vegetal e as marcas da presença humana, nos darão o sentimento de não sairmos da mesma terra “, essa identidade que se estabelecia na altura foi desvanecendo, com a crescente urbanização, êxodo rural, fogos florestais e abandono da atividade agrícola, criando espaços díspares, sem função aparente, mas com a mudança de paradigma, largamente influenciado pela economia, a população jovem parte para o rural, como escape ao desemprego, à poluição, em busca de uma melhoria de qualidade de vida, apostando em atividades agrícolas e turísticas sustentáveis e multifuncionais. A identidade perdida do rural volta a ganhar forma, os campos abandonados são agora novamente semeados, e o país percebeu que poderia tirar outros rendimentos do rural.

O entendimento da evolução da Paisagem do Alentejo permite compreender a origem do seu atual estado, explicando como o abandono da agricultura provocou a expansão da área de montado e posteriormente a sua substituição por eucaliptal, perceptível na evolução do uso do solo no caso de estudo.

Um dos propósitos deste trabalho consiste em demonstrar a importância da Herdade do Pereiro na história, na cultura e na paisagem de Marvão, justificando a necessidade da sua reabilitação. Apesar do atual estado do país são vários os incentivos para o meio rural, e a localização da Herdade no PNSSM permite o acréscimo de oportunidades. As propostas aqui descritas passam por tirar proveito de todo o edificado já existente, restabelecendo alguns usos originais, em conciliação com a nova vertente do turismo e da agricultura multifuncional, assim como toda a vertente ecológica, que necessita de ser preservada, criando lugares únicos, passíveis de usufruto. Pretende-se a criação de um ciclo auto-sustentável entre a conservação do espaço e o poder económico. A não atuação sobre o espaço põe em causa todo o esforço de João Nunes Sequeira, não havendo justificativa para o seu legado continuar condenado ao abandono.

A inscrição da vila de Marvão e a montanha onde esta se circunscreve na Lista Indicativa de Candidatos a Património Mundial UNESCO, desde o ano de 2000, e o atual projeto “Marvão, Paisagem Cultural Viva”, da Câmara Municipal de Marvão, que visa a preparação do novo *dossier* de candidatura, irá publicitar novamente a vila sob o atento olhar internacional. Esta divulgação aliada à recente consagração internacional da região do Alentejo proporciona as condições essenciais para novos investimentos, sendo a Herdade uma ótima oportunidade.

A estagnação de espaços agrícolas semelhantes só contribuem para a estagnação da agricultura em Portugal, e por seu modo para o crescente abandono da paisagem rural, mesmo que o pensamento da sociedade tenha mudado, o pensamento das políticas externas deve também acompanhar esta mudança, não se trata de permitir a atribuição de apoios, mas sim de fiscalizar estes incentivos e premiar os casos de sucesso.

## 8. Referências Bibliográficas

- 360° Green Revolution. (s.d.). Obtido em Novembro de 2013, de <http://www.360green.it>
- ABREU, M. (2010). *Notas da unidade curricular de Geociências - Módulo I*. Lisboa: UTL, Edição A.E.I.S.A.
- ACCIAIOULI, L. d. (1944). *Le Portugal Hydromineral* (Vol. IV). Lisboa: Direction générale des mines et des services géologiques.
- Agência Portuguesa do Ambiente. (Agosto de 2012). Obtido em Dezembro de 2013, de Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo: [http://www.apambiente.pt/\\_zdata/planos/PGRH5-TEJO/AAE%5CPGRHTEjo\\_AAE\\_RNT.pdf](http://www.apambiente.pt/_zdata/planos/PGRH5-TEJO/AAE%5CPGRHTEjo_AAE_RNT.pdf)
- Águas Termais. (2002). Obtido em Dezembro de 2013, de Fadagosa do Pereiro, ou Maria Viegas, ou do Marvão: [http://www.aguas.ics.ul.pt/portalegre\\_fpereiro.html#bibliografia](http://www.aguas.ics.ul.pt/portalegre_fpereiro.html#bibliografia)
- ALMEIDA, Á. D., BELO, D., & SOARES, J. M. (2008). *Portugal Atlas do Património*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ALMEIDA, M. A. (2004). *A Reforma Agrária em Avis: Elites em mudança num Concelho Alentejano (1974 - 1977)*. Tese de Doutoramento, ISCTE, Lisboa.
- ALVES, T. (2001). Paisagem - Em Busca do Lugar Perdido. *Finisterra*, pp. 67 - 74.
- Associação das Termas de Portugal. (2013). Obtido em Novembro de 2013, de Termas de Portugal: <http://www.termasdeportugal.pt>
- BAPTISTA, F. O. (1993). *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento.
- BAPTISTA, F. O. (2003). Um Rural sem Território. Em J. PORTELA, & J. C. CALDAS, *Portugal Chão* (pp. 47 - 66). Oeiras: Celta.
- BARATA, M. L. (2010). *À Procura dos Sinais Contemporâneos na Paisagem Rural. Projectos de Turismo em Espaço Rural Alentejano*. Dissertação para a obtenção de grau de Mestre, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- BRAGA, T. (2006). *Pedestrianismo e Percursos Pedestres. Manual de Formação*. Pico da Pedra: Amigos dos Açores. Associação Ecológica.
- BRILHA, J. (2005). *Património Geológico e Geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica*. Braga: Palimage Editores.

- CABO ALONSO, A. (1998). Formación Histórica da la Dehesa. *Jornadas de Agronomía "La Dehesa: Aprovechamiento sostenible de los recursos naturales"* (pp. 15 - 42). Madrid: Editorial Agrícola Español S. A.
- CABRAL, F. C. (1973). *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura* (Vol. XIV). Lisboa: Verbo.
- CABRAL, F. C., & TELLES, G. R. (1999). *A Árvore em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- CANCELA D'ABREU, A., CORREIA, T. P., & OLIVEIRA, R. (2004). *Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* (Vols. I, IV). DGOTDU.
- CANTISTA, A. P. (2008-2010). O Termalismo em Portugal. *Anales de Hidrología Médica, III*, pp. 79-107.
- CAP, & LPN. (2013). *Manual de boas práticas para a biodiversidade agrícola*. Lisboa: Confederação dos Agricultores de Portugal.
- CARMO, R. M. (2007). As Desigualdades Sociais nos Campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do séc. XX. *Análise Social, Vol. XLII*, pp. 811 - 835.
- Carta Europeia de Enoturismo*. (s.d.). Obtido em Novembro de 2013, de Turismo de Portugal, IP: <http://www.turismodeportugal.pt>
- CARVALHO, M. L., LUCAS, M. R., & HENRIQUES, P. D. (2004). A Multifuncionalidade na Agricultura e as suas valências. Terceira.
- Castello Monte Vibiano Vecchio*. (s.d.). Obtido em Novembro de 2013, de <http://www.montevibiano.it>
- CCDR-Alentejo. (s.d.). Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. Évora. Obtido em Março de 2014, de <http://webb.ccdr-a.gov.pt/>
- Centro de Agroecología y Medio Ambiente de Murcia*. (s.d.). Obtido em Novembro de 2013, de <http://www.ceamamurcia.com>
- CLÉMENT, G. (2004). *Le Tiers Paysage*. Obtido em 04 de 2013, de Gilles Clément: [http://www.gillesclement.com/fichiers/\\_admin\\_13517\\_tierspaypublications\\_92045\\_manifeste\\_du\\_tiers\\_paysage.pdf](http://www.gillesclement.com/fichiers/_admin_13517_tierspaypublications_92045_manifeste_du_tiers_paysage.pdf)

- COELHO, P. M. (1924). *Terras de Odiana: Subsídios para a sua história documentada. Medobriga - Aramenha - Marvão* (Vol. I). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CONCEIÇÃO, L. F. (2000). Os impactos das zonas de caça turística no desenvolvimento rural. Em vários, *Agricultura portuguesa numa economia globalizada. 3º Congresso Nacional de Economias Agrárias* (Vol. I, pp. 43 - 61). Lisboa: Associação Portuguesa de Economia Agrária.
- CORREIA, T. P. (Janeiro/Fevereiro de 2004). A Multifuncionalidade da Paisagem Rural. Que desafio para o futuro? *Pessoas e Lugares. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER* +(II Série | nº 16), 8.
- CORREIA, T. P. (Julho de 2007). Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Novos desafios à sua análise. *Inforgeo*, pp. 67 - 71.
- CORTEZ, N. (2007). Sub-sistema Solo. Em M. R. MAGALHÃES (Coord.), M. M. ABREU, M. LOUSÃ, & N. CORTEZ, *Estrutura Ecológica da Paisagem. Conceitos e Delimitação - Escalas Regional e Municipal* (pp. 52 - 57). Lisboa: ISAPress.
- COSTA, A., & PEREIRA, H. (2007). Montados e Sobreirais: uma espécie, duas perspectivas. Em J. S. SILVA, *Árvores e Florestas de Portugal. Os Montados - muito para além das árvores* (Vol. III, pp. 17 - 38). Lisboa: Público, Comunicação Social, S.A.
- COSTA, J. C., AGUIAR, C., CAPELO, J. H., LOUSÃ, M., & NETO, C. (1998). Biogeografia de Portugal Continental. *Quercetea*, 0, pp. 5 - 56.
- CUNHA, L., & VIEIRA, A. (2004). Geomorfologia, património e actividades de lazer em espaços de montanha. Exemplos no Portugal Central. *Actas do III Seminário Latino Americano de Geografia Física*. Puerto Vallarta, México.
- DIAS, J. (1990). Estudos de Antropologia. Em *Tentâmen de Fixação das Grandes Áreas Culturais Portuguesas* (Vol. I, p. 159). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- DOMINGOS, T., & CANAVEIRA, P. (2000). *Projecto Quinta da França*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- DOMINGOS, T., VALADA, T., TEIXEIRA, R., RODRIGUES, O., RODRIGUES, N., AGUIAR, C., & BELO, C. C. (2009). Quinta da França. Em H. M. PEREIRA, T. DOMINGOS, L. VICENTE, & V. PROENÇA, *Ecossistemas e Bem-Estar Humano. Avaliação para*



- Portugal do Millenium Ecosystem Assessment* (pp. 661 - 684). Lisboa: Escolar Editora.
- Enciclopédia e Dicionários Porto Editora*. (s.d.). Obtido em Novembro de 2013, de Infopédia: <http://www.infopedia.pt/>
- ESTEVÃO, J. A. (1983). A Florestação dos Baldios. *Análise Social*, XIX, pp. 1157 - 1260.
- ESTRABÃO. (1965). Geografia: Livro III. Em *Edição Crítica por F. J. Velozo e J. Cardoso*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos (Colecção Amphitheatrum).
- Estuaire Nantes - Saint-Nazaire*. (s.d.). Obtido em Fevereiro de 2014, de Jardin du Tiers-Paysage. Gilles Clément. Saint-Nazaire: <http://www.estuaire.info/fr/oeuvre/le-jardin-du-tiers-paysage/>
- FABIÃO, C. (1993). O Passado Proto-Histórico Romano. Em J. Mattoso, *História de Portugal - Antes de Portugal* (Vol. I). Lisboa: Estampa.
- FEIO, M. (1998). *A Evolução da Agricultura do Alentejo Meridional*. Lisboa: Edições Colibri.
- FERREIRA, D. d. (1999). Os incultos na dinâmica e na valorização da paisagem do Alentejo. Em *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (pp. 235 - 242). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- FERREIRA, D. d. (2001). Evolução da Paisagem de Montado no Alentejo Interior ao longo do séc. XX: Dinâmica e incidências ambientais. *Finisterra*, XXXVI(72), pp. 179 - 193.
- FLORASUL. (2006). *Plano Florestal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Marvão*. Marvão.
- FONSECA, A. M. (2004). *O Montado no Alentejo (Século XV a XVIII)*. Lisboa: Edições Colibri.
- FREIRE, A. P. (1912). *Marvão. A Estação Thermal da Fadagosa. Época Balnear de 1911 (Julho, Agosto e Setembro)*. Lisboa: Centro Typ. Colonial.
- GALOPIM DE CARVALHO, A. M. (1999). *Geomonumentos*. Lisboa: Liga de Amigos de Conímbriga.
- GALVÃO, M. J., & VARETA, N. D. (2010). *Multifuncionalidade das Paisagens Rurais: um ferramenta para o desenvolvimento*. Universidade do Porto, Cadernos. Curso de Doutoramento em Geografia, Porto.

GENÉSIO, L. M. (2001). Paisagem - Observações sobre a RAN e a REN. *1º Congresso de Estudos Rurais. Ambiente e Usos do Território.*

*Granja Arqueixal.* (s.d.). Obtido em Novembro de 2013, de <http://www.arqueixal.com>

*Herdade do Freixo do Meio.* (s.d.). Obtido em Novembro de 2013, de <http://www.herdadedofreixodomeio.com>

ICN. (2001). *Enquadramento Estratégico do Turismo de Natureza no Parque Natural da Serra de São Mamede - 2000/2006.* Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.

ICN. (2003). Obtido em Dezembro de 2013, de Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de S. Mamede: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap/popnssm/plano-de-ordenamento-do-parque-natural-da-serra-de-s-mamede-documentos>

ICNF . (s.d.). Obtido em Janeiro de 2014, de Parque Natural da Serra de São Mamede: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/p-nat/pnssm>

IGEO. (2006). Instituto Geográfico Português. Lisboa. Obtido em Dezembro de 2013, de <http://www.igeo.pt/>

IGESPAR. (2014). Portal do Arqueólogo. Lisboa. Obtido em Março de 2014, de <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios>

Infopédia. (2003 - 2014). Lei das Sesmarias. Porto: Porto Editora. Obtido em 2014, de [http://www.infopedia.pt/\\$lei-das-sesmarias](http://www.infopedia.pt/$lei-das-sesmarias)

Infopédia. (2003 - 2014). Mousinho da Silveira. Porto: Porto Editora. Obtido em 2013, de [http://www.infopedia.pt/\\$mouzinho-da-silveira](http://www.infopedia.pt/$mouzinho-da-silveira)

*Junta de Freguesia da Beirã.* (s.d.). Obtido em Dezembro de 2013, de <http://www.jf-beira.pt>

LOURENÇO, F. M. (2001). Agricultura e Ruralidade - Algumas Reflexões sobre o Desenvolvimento Rural. *1º Congresso de Estudos Rurais "Mundo Rural e Património".* Vila Real.

MAGALHÃES, A. M. (1912). As Águas Thermaes da Fadagoza. Em A. P. FREIRE, *Marvão. A Estação Thermal da Fadagosa. Época Balnear de 1911 (Julho, Agosto e Setembro)* (2ª ed., pp. 41 - 70). Lisboa: Centro Typ. Colonial.

- MAGALHÃES, M. R. (2001). *A Arquitectura Paisagista: Morfologia e Complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAGALHÃES, M. R. (2003). Complexidade da Paisagem Metropolitana. Em *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa* (pp. 69 - 89). Lisboa: Edições Área Metropolitana de Lisboa.
- MAGALHÃES, M. R. (2007). Paisagem - Perspectiva da Arquitectura Paisagista. *Philosophica*(29), 103 - 113.
- MAGALHÃES, M. R., ABREU, M. M., LOUSÃ, M., & CORTEZ, N. (2007). *Estrutura Ecológica da Paisagem. Conceitos e Delimitação - escalas regional e municipal*. Lisboa: ISAPress.
- MAGALHÃES, M., ABREU, M., CORTEZ, N., LOUSÃ, M., ESPÍRITO-SANTO, D., COSTA, J., . . . RAPOSO, C. (2003). *Plano Verde do Concelho de Loures*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- MARQUES, A. H. (1977). *História de Portugal: Das Origens às Revoluções Liberais* (7ª Edição ed., Vol. I). Lisboa: Palas Editores.
- MARQUES, C. A. (2004). As Reformas da Política Agrícola Comum (PAC) e a Agricultura Portuguesa. *XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*.
- MARTINS, J. P. (1887). *Projecto de Lei de Fomento Rural. Apresentado à Câmara dos Senhores Deputados na Sessão de 27 de Abril de 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MARTINS, J. P. (1994). Projecto de Lei de Fomento Rural. Em *Colecção Obras Completas de Oliveiras Martins. Fomento Rural e Emigração*. (3ª Edição ed.). Lisboa: Guimarães Editores.
- MATIAS, M. P. (2008). *A importância dos Montados para o Desenvolvimento Rural do Distrito de Beja: Identificação dos factores de degradação. Caso de Estudo Herdade do Reguengo Grande e Herdade do Bebedouro*. Dissertação para a obtenção de grau de Mestre, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- MENDES, A. M. (2007). O Sobreiro ao longo dos tempos. Em J. S. SILVA, *Árvores e Florestas de Portugal. Os Montados - muito para além das árvores* (Vol. III, pp. 77 - 106). Lisboa: Público, Comunicação Social, S.A.

- Ministério da Economia e do Emprego. (2013). *Plano Estratégico Nacional do Turismo. Horizonte 2013 - 2015*. Lisboa. Obtido em Março de 2014, de <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>
- Município de Marvão. (2012). Obtido em Dezembro de 2013, de <http://www.cm-marvao.pt>
- MURALHA, P., & BELEZA, L. (1937). *Marvão: separata do album alentejano*. Marvão: Câmara Municipal de Marvão.
- OLIVERAS, I., GARRAPO, S., & SÁNCHEZ, C. (2010). *Turismo Ornitológico. Um desafio sustentável na Rede Natura 2000*. (D. SPEA: LEITÃO, A. LOPES, J. TEODÓSIO, & A. d. CRUZ, Trans.) Madrid: SEO/BirdLife.
- ONOFRE, N. (2007). A Fauna dos Montados de Azinho. Em J. S. SILVA, *Árvores e Florestas de Portugal. Os Montados - muito para além das árvores* (Vol. III, pp. 131 - 160). Lisboa: Público, Comunicação Social, S.A.
- PENA, S. A. (2008). *Modelo de Permeabilidade e Máxima Infiltração no Contexto da Estrutura Ecológica. A sua importância no Planeamento Municipal e no Desenho Urbano*. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- PINTO, A. C. (2011). *Pensar os Territórios Rurais. Paisagem, Planeamento e Desenvolvimento em Sever do Vouga*. Dissertação para a obtenção de grau de Mestre, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- PINTO, C. A. (2011). *Desenvolvimento do Produto Turístico Rural Integral*. Dissertação para a obtenção de grau de Mestre, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- PORTAS, C. M. (1967). O Alentejo: Situação e Perspectivas Sócio-Económicas. *Análise Social*, pp. 185 - 206.
- Portugal Sotheby's International Realty. (s.d.). Obtido em Janeiro de 2014, de Portugal Sotheby's International Realty - Herdade de Luxo, Marvão: [http://www.sothebysrealtypt.com/imoveis/herdade-marvao-marvao\\_pt\\_1985](http://www.sothebysrealtypt.com/imoveis/herdade-marvao-marvao_pt_1985)
- Projecto Querença. (s.d.). Obtido em Novembro de 2013, de <http://www.projectoquerenca.com>
- RAPOSO, J. H. (1977). *Alentejo - dos Princípios à chamada Reforma Agrária*. Lisboa: O Século.

REFER. (s.d.). Obtido em Janeiro de 2014, de Rede Ferroviária Nacional - Comunicação Social:

<http://www.refer.pt/MenuPrincipal/ComunicacaoSocial/Noticias/Noticia/tabid/447/ItemId/439/View/Details/AMID/948/Default.aspx>

REIS, M., & NAVE, J. G. (1987). *A Reforma Agrária Portuguesa - Estudos e Opiniões*.

RIBEIRO, M. (1927). *A Planície Heróica*. Lisboa: Guimarães.

RIBEIRO, O. (1970). *Ensaios de Geografia Humana e Regional*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

RIBEIRO, O. (1998). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H., & DAVEAU, S. (1999). *Geografia de Portugal III. O Povo Português*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

SANTOS, M. O. (2011). *Contributos para o conhecimento sobre o Passado do Alentejo*. Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora.

SILVA, M. C. (2000). A Agricultura Portuguesa, o Estado e a PAC Europeia. *Sociedade e Cultura 1. Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Vol. 13*, pp. 51 - 80.

TELLES, G. R. (1994). Paisagem Global. Em A. A. ALVES, A. ESPENICA, E. C. CALDAS, F. C. CARY, G. R. TELLES, I. A. ARAÚJO, & M. R. MAGALHÃES, *Paisagem* (pp. 29 - 42). Lisboa: DGOTDU.

TELLES, G. R. (Janeiro/Fevereiro de 2004). *Pessoas e Lugares. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER +(II Série | nº 16)*, 4 - 5.

*Terraprima*. (s.d.). Obtido em Novembro de 2013, de <http://www.terraprima.pt>

VALENTE, S., & FIGUEIREDO, E. (2003). O Turismo que existe não é aquele que se quer... *1º Encontro de Turismo em Espaços Rurais*, (pp. 1 - 13). Coimbra.

VEJRE, H., ABILDTRUP, J., ANDERSEN, E., ANDERSEN, P., BRANDT, J., BUSCK, A., . . . PRAESTHOLM, S. (2006). *Multifunctional Agriculture and Multifunctional Landscapes. Land Use as Interface*.

WEAVER, D. (2008). *Ecotourism (Wiley Australia Tourism Series) (2ª Ed ed.)*. Australia: Wiley.

### **Legislação Consultada**

Decreto-Lei n.º 121/89, de 14 de Abril. Diário da República n.º 87 - I Série - A. Lisboa

Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto. Diário da República n.º 197 – I Série – A.  
Ministério do Ambiente. Lisboa

Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro. Diário da República n.º 295 – I Série –  
A. Ministério do Ambiente. Lisboa

Decreto-Lei n.º 205/2003, de 12 de Setembro. Diário da República n.º 211 – I Série –  
A. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Lisboa

Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto. Diário da República n.º 197 – I Série – A.  
Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Lisboa

Decreto-Lei n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro. Diário da República n.º 31 – I Série – A.  
Lisboa

Decreto Regulamentar n.º 20/2004, de 20 de Novembro. Diário da República n.º 118  
– I Série – B. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Lisboa

Portaria n.º 1465/2004, de 17 de Dezembro. Diário da República n.º 294 – I Série –  
B. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Ambiente e do Ordenamento do  
Território. Lisboa

Portaria n.º 937/2008, de 20 de Agosto. Diário da República n.º 160 – I Série – B.  
Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia e da Inovação e da  
Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Lisboa

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/94, de 18 de Agosto. Diário da República  
n.º 190 – I Série – B. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa

Resolução de Conselho de Ministros n.º 19/97, de 8 de Fevereiro. Diário da  
República n.º 33 – I Série – B. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa

Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto. Diário da  
República n.º 195 – I Série – B. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa

Despacho n.º 50/2012/ZC, de 10 de Fevereiro. ICNF. Lisboa

## **Cartografia**

DGADR (1959-atualidade). Carta de Solos de Portugal – Série SROA/CNROA à escala 1/50 000. Direção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Lisboa

DGT (2013). Modelo Digital do Terreno à escala 1/50 000. Direção Geral do Território. Lisboa

DIAS, J. M. A. (1973). Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000 e Notícia Explicativa da Folha 29 – A (Retorta). Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa

FERNANDES, A. P., PERDIGÃO, J. C., CARVALHO, H. F., de PERES, A. M. (1973). Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000 e Notícia Explicativa da Folha 28 – D (Castelo de Vide). Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa

ICNF (2013). Obtido em Dezembro de 2013. Áreas Protegidas de Portugal Continental. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Lisboa: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/cart/resource/ap-rn-ramsar/ap>

IGEO (2006). Obtido em Dezembro de 2013. Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica na escala 1/5000. Instituto Geográfico Português. Lisboa: [http://www.igeo.pt/servicos/cic/cad\\_seccoes\\_rslt.asp?dist=12&conc=1210&freg=121001&secao=a](http://www.igeo.pt/servicos/cic/cad_seccoes_rslt.asp?dist=12&conc=1210&freg=121001&secao=a)

IGEO (2006). Obtido em Dezembro de 2013. Carta de Ocupação do Solo – COS'90. Instituto Geográfico Português. Lisboa: <http://62.48.187.114/COS/>

IGEO (2006). Obtido em Dezembro de 2013. Carta de Ocupação do Solo – CLC 2006. Instituto Geográfico Português. Lisboa: [http://www.igeo.pt/gdr/Downloads/ProdutosCLC/CLC06\\_PT.zip](http://www.igeo.pt/gdr/Downloads/ProdutosCLC/CLC06_PT.zip)

IGEO (2006). Obtido em Dezembro de 2013. Carta de Ocupação do Solo – COS'2007. Instituto Geográfico Português. Lisboa: <http://www.igeo.pt/nivel/cos2007n2.zip>

PERDIGÃO, J. C., FERNANDES, A. P. (1976). Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000 e Notícia Explicativa da Folha 29 – C (Marvão). Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa



## **9. Anexos I**

- Carta do Limite da Herdade do Pereiro
- Carta do Modelo Digital do Terreno
- TIN
- Carta de Hipsometria
- Carta de Declives
- Carta de Aptidão à Infiltração em Função dos Declives
- Carta de Risco de Erosão Hídrica do Solo
- Carta de Morfologia do Terreno
- Carta Geológica
- Carta de Permeabilidade Geológica
- Carta de Solos
- Carta de Valor Ecológico de Solos
- Carta de Permeabilidade de Solos
- Carta de Permeabilidade Potencial
- Carta de Vegetação com Valor de Conservação
- Carta de Exposições
- Carta de Estrutura Edificada
- Pontos de Interesse Naturais e Culturais
- Simulação de Propostas

Carta do Limite da Herdade do Pereiro

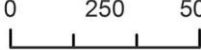


Legenda

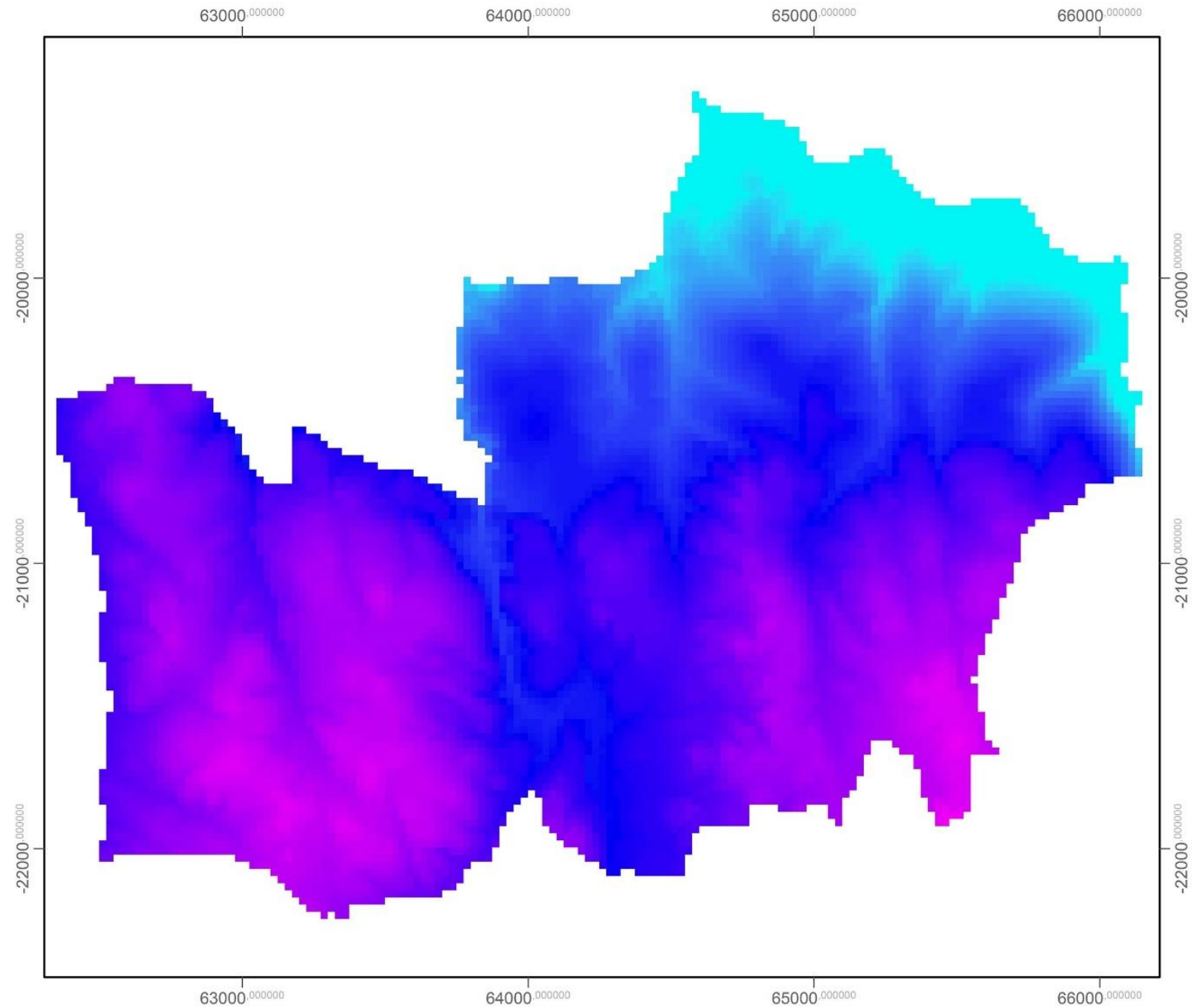
 Limite da Herdade do Pereiro

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

Escala 1:20 000



# Carta do Modelo Digital do Terreno



## Legenda



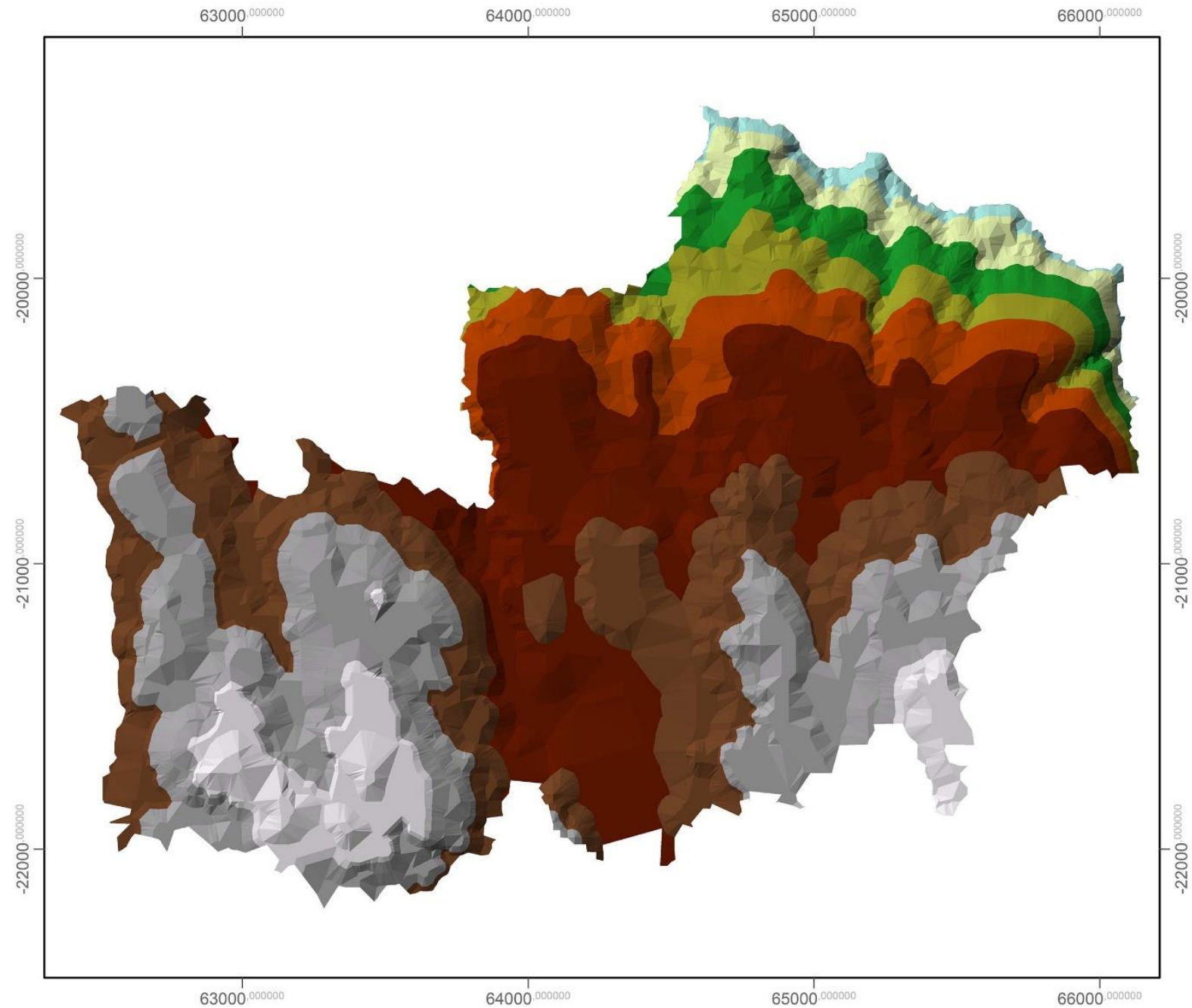
Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

Escala 1:20 000





# TIN

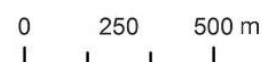


## Legenda

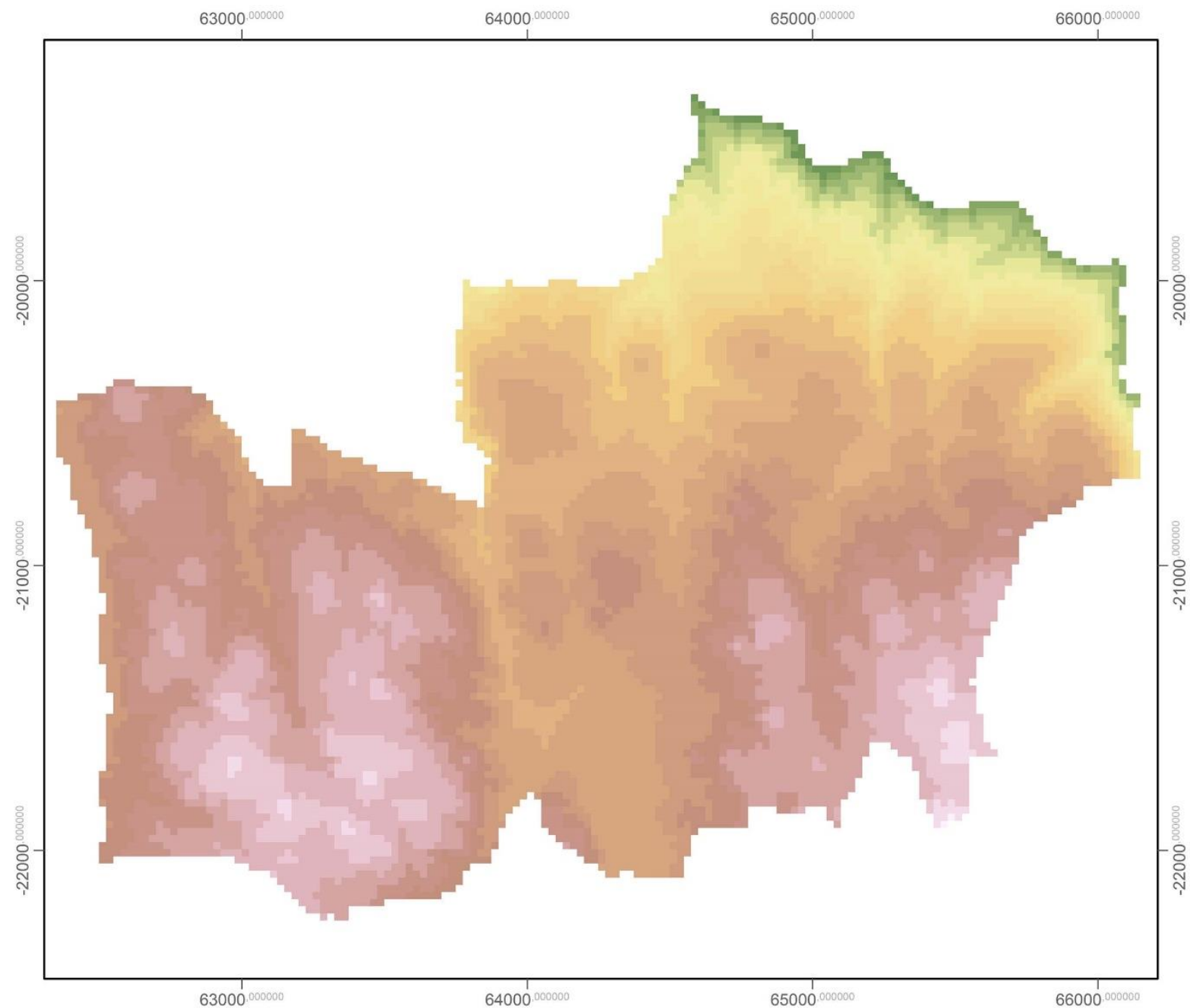
396,667 - 420 m
373,333 - 396,667 m
350 - 373,333 m
326,667 - 350 m
303,333 - 326,667 m
280 - 303,333 m
256,667 - 280 m
233,333 - 256,667 m
210 - 233,333 m

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

Escala 1:20 000



# Carta de Hipsometria



## Legenda

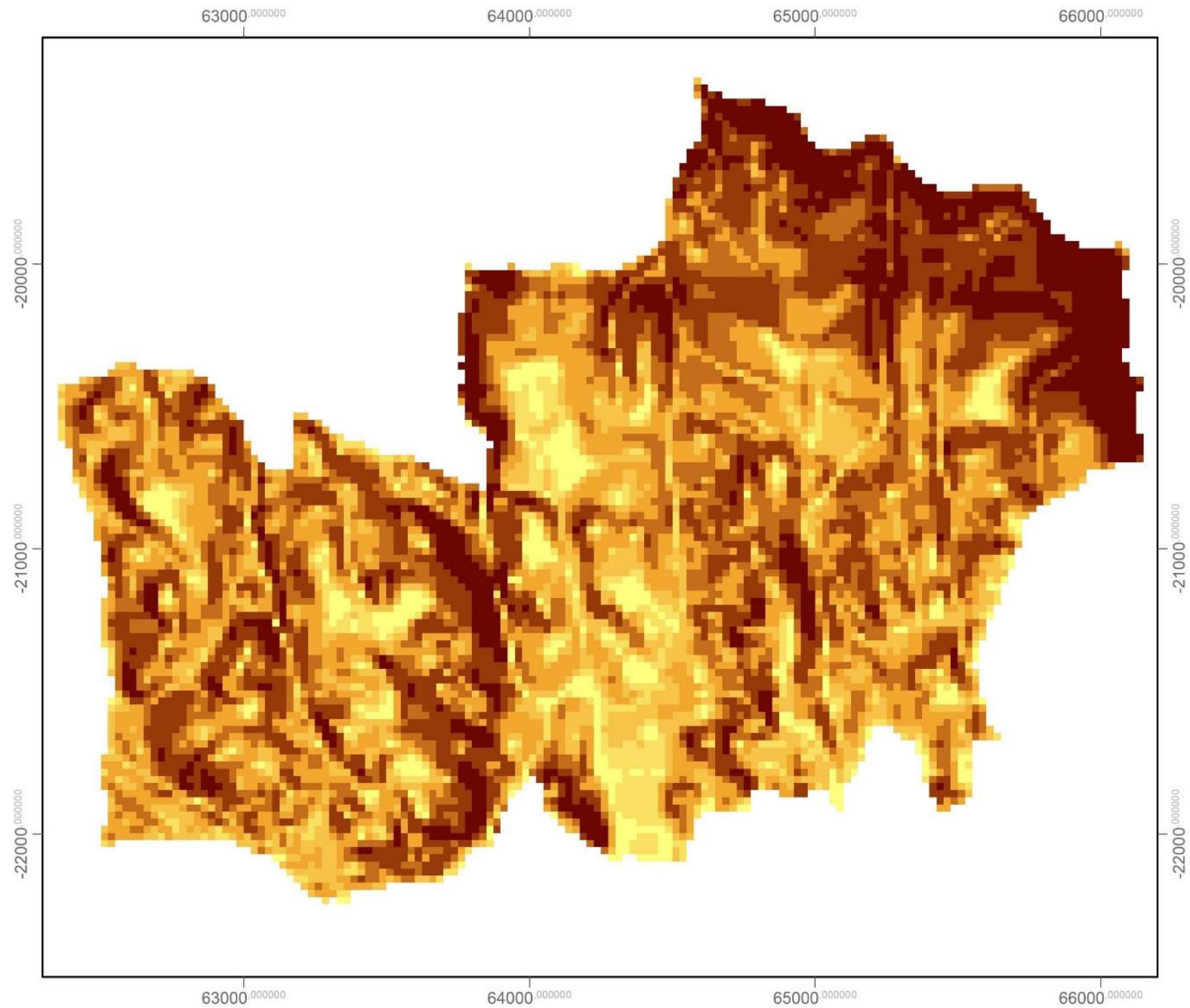
200 - 210 m	280 - 290 m	360 - 370 m
210 - 220 m	290 - 300 m	370 - 380 m
220 - 230 m	300 - 310 m	380 - 390 m
230 - 240 m	310 - 320 m	390 - 400 m
240 - 250 m	320 - 330 m	400 - 410 m
250 - 260 m	330 - 340 m	410 - 420 m
260 - 270 m	340 - 350 m	420 - 430 m
270 - 280 m	350 - 360 m	

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

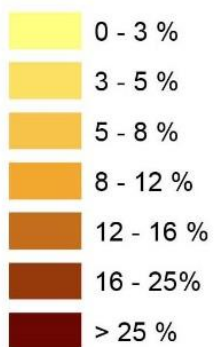
Escala 1:20 000



# Carta de Declives

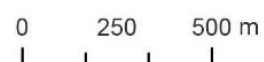


## Legenda



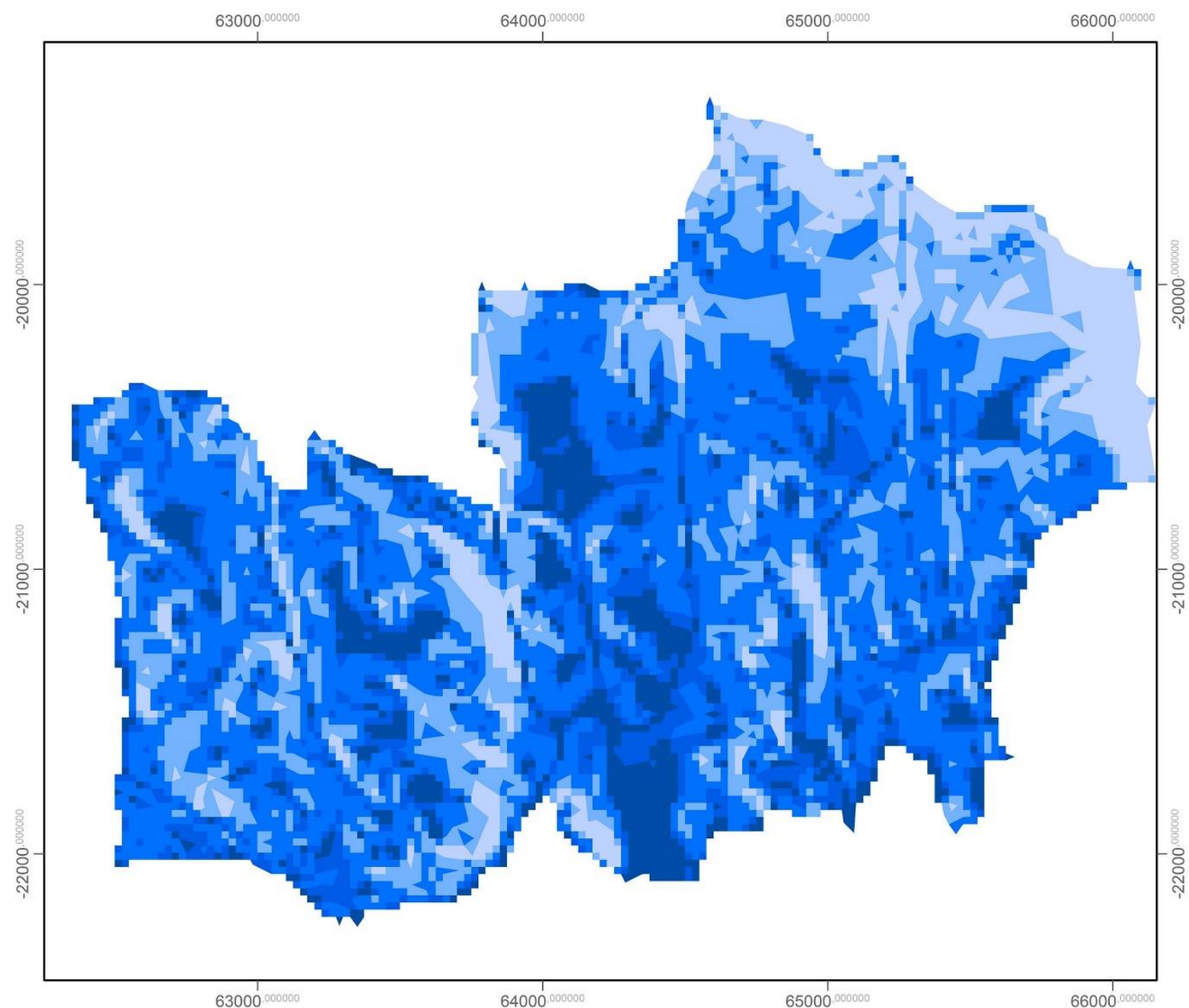
Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

Escala 1:20 000










# Carta de Aptidão à Infiltração em Função dos Declives



## Legenda

-  Aptidão à Infiltração Baixa
-  Aptidão à Infiltração Baixa a Moderada
-  Aptidão à Infiltração Moderada
-  Aptidão à Infiltração Moderada a Elevada
-  Aptidão à Infiltração Elevada

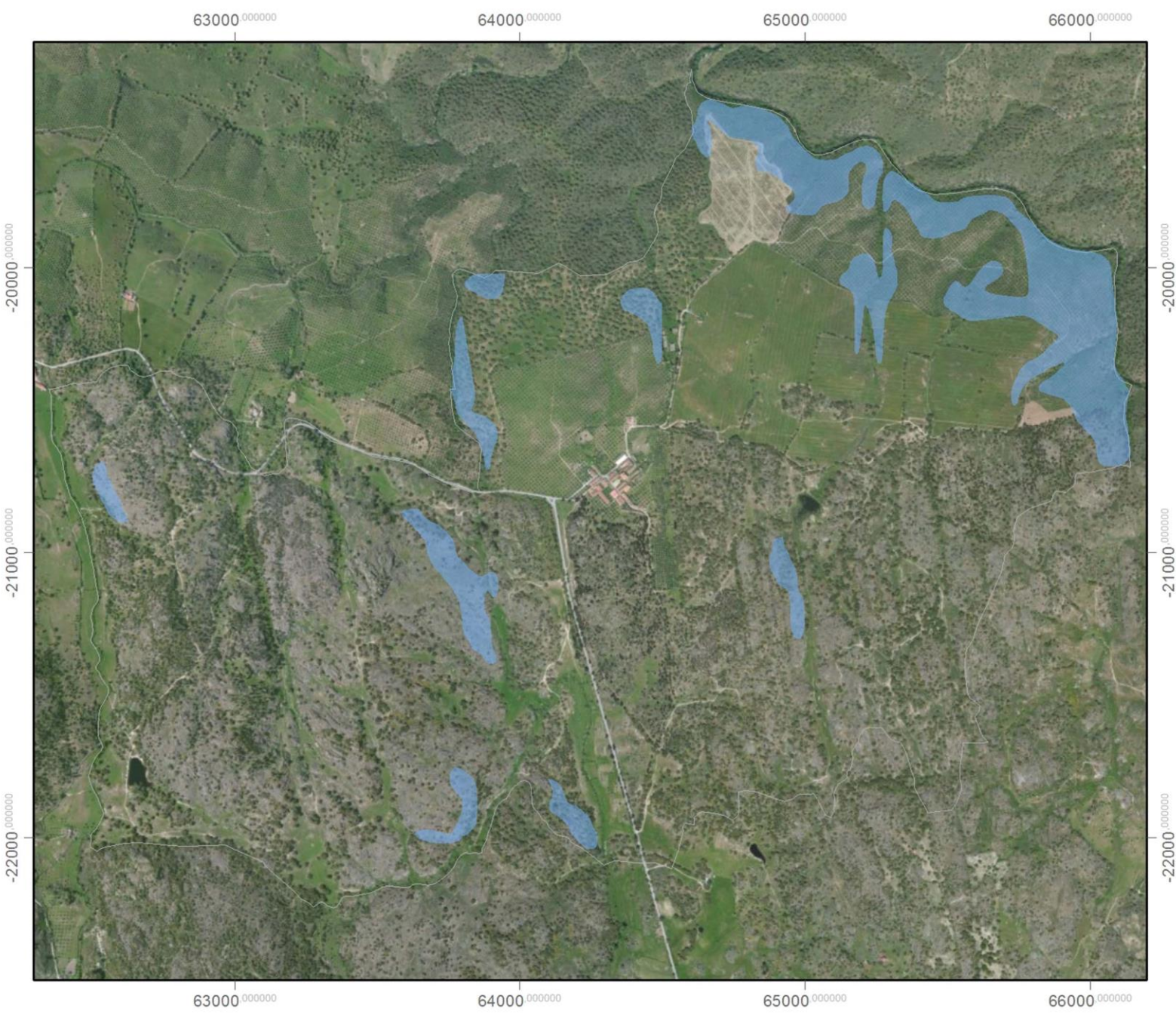
Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

Escala 1:20 000







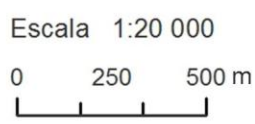
# Carta de Risco de Erosão Hídrica do Solo



## Legenda

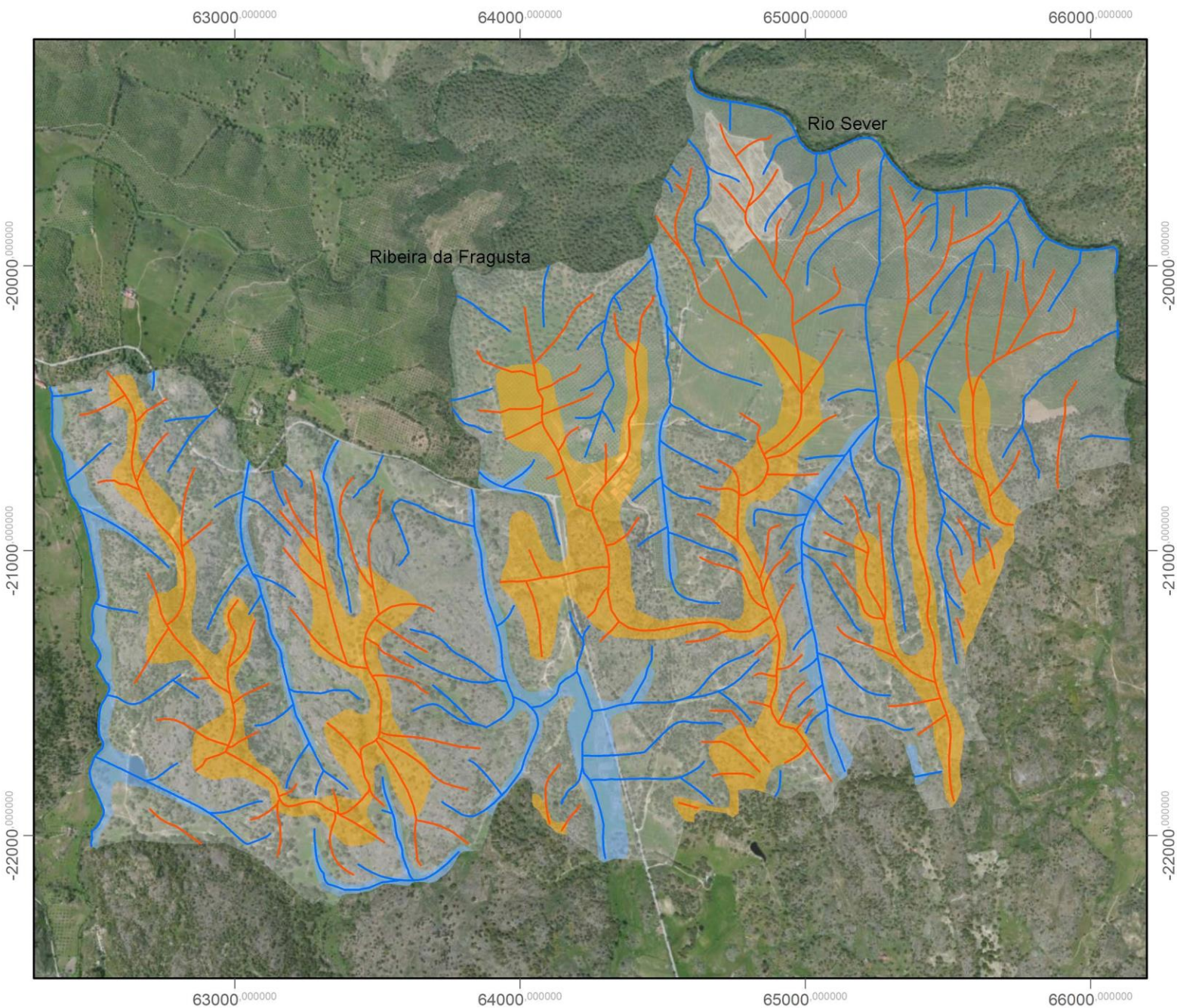
-  Limite da Herdade do Pereiro
-  Risco de Erosão Hídrica do Solo (declives > 25 %)

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter





# Carta de Morfologia do Terreno

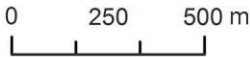


## Legenda

- Linhas de Água
- Linhas de Fecho
- Sistema Húmido
- Sistema Seco (Cabeços)
- Sistema Seco (Vertentes)

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

Escala 1:20 000



# Carta Geológica



63000,000000

64000,000000

65000,000000

66000,000000

-20000,000000

-20000,000000

-21000,000000

-21000,000000

-22000,000000

-22000,000000




63000,000000

64000,000000

65000,000000

66000,000000

## Legenda

-  Granitos calco-alcalinos, porfiríodes
-  Quartzo
-  Xistos e grauvaques
-  Xistos e grauvaques + Xistos mosqueados e corneanas
-  Xistos e grauvaques + Xistos mosqueados e corneanas pelíticas

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

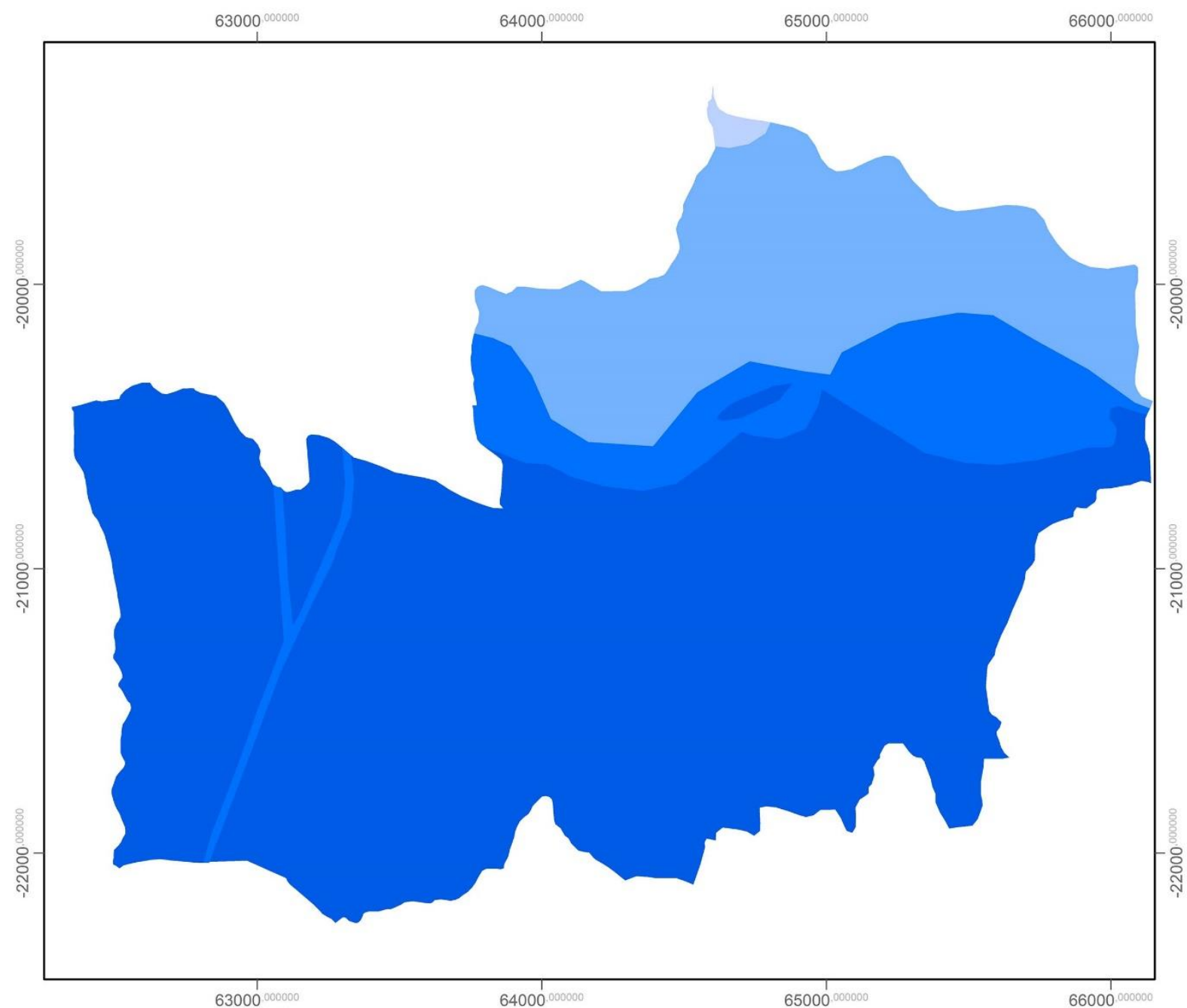
Escala 1:20 000

0 250 500 m





# Carta de Permeabilidade Geológica

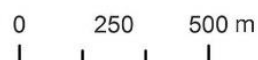


## Legenda

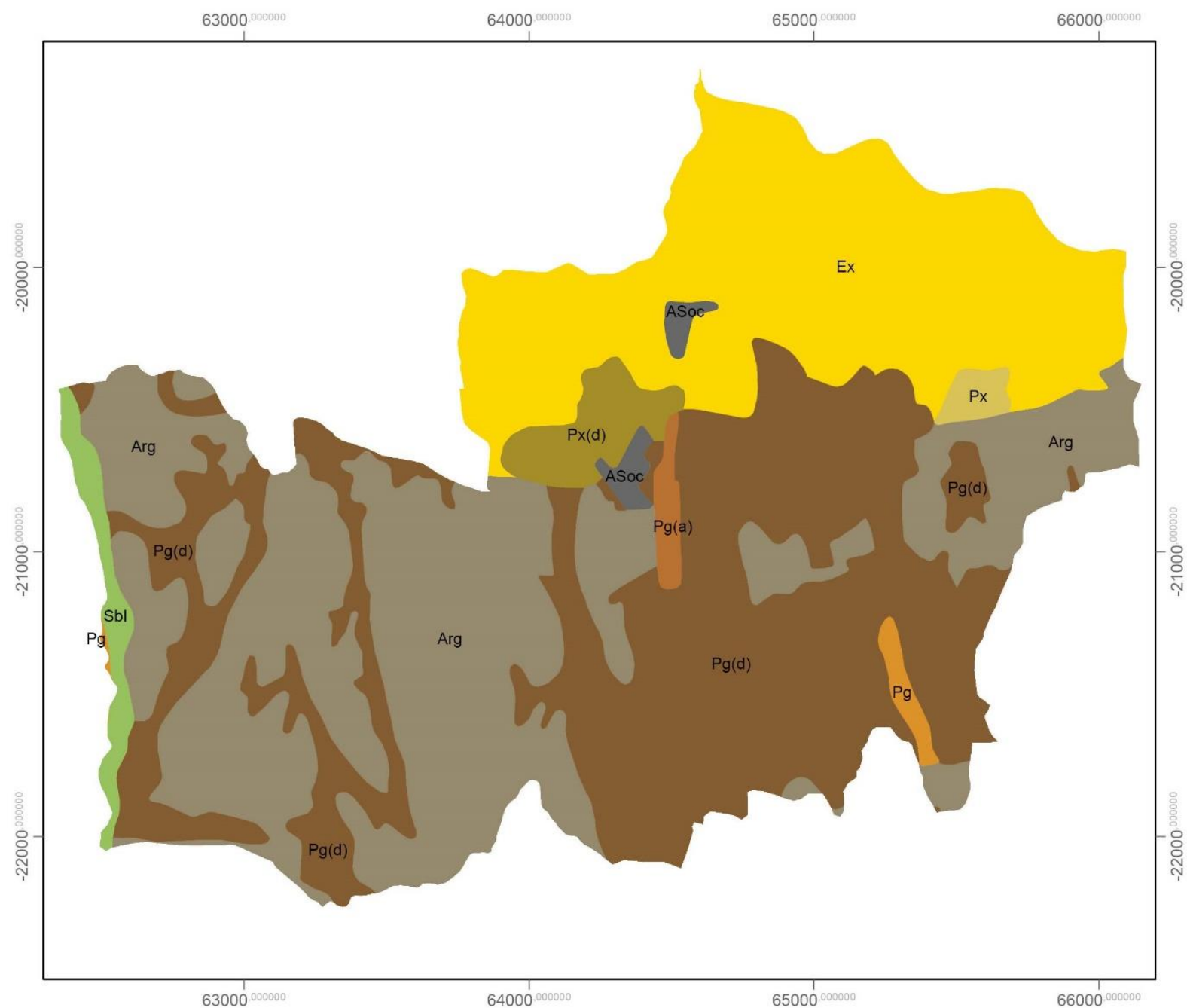
- Baixa
- Baixa a Moderada
- Moderada
- Moderada a Elevada

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

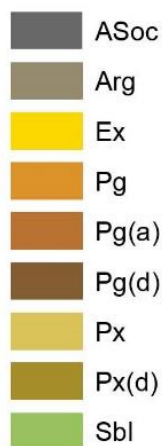
Escala 1:20 000



# Carta de Solos



## Legenda



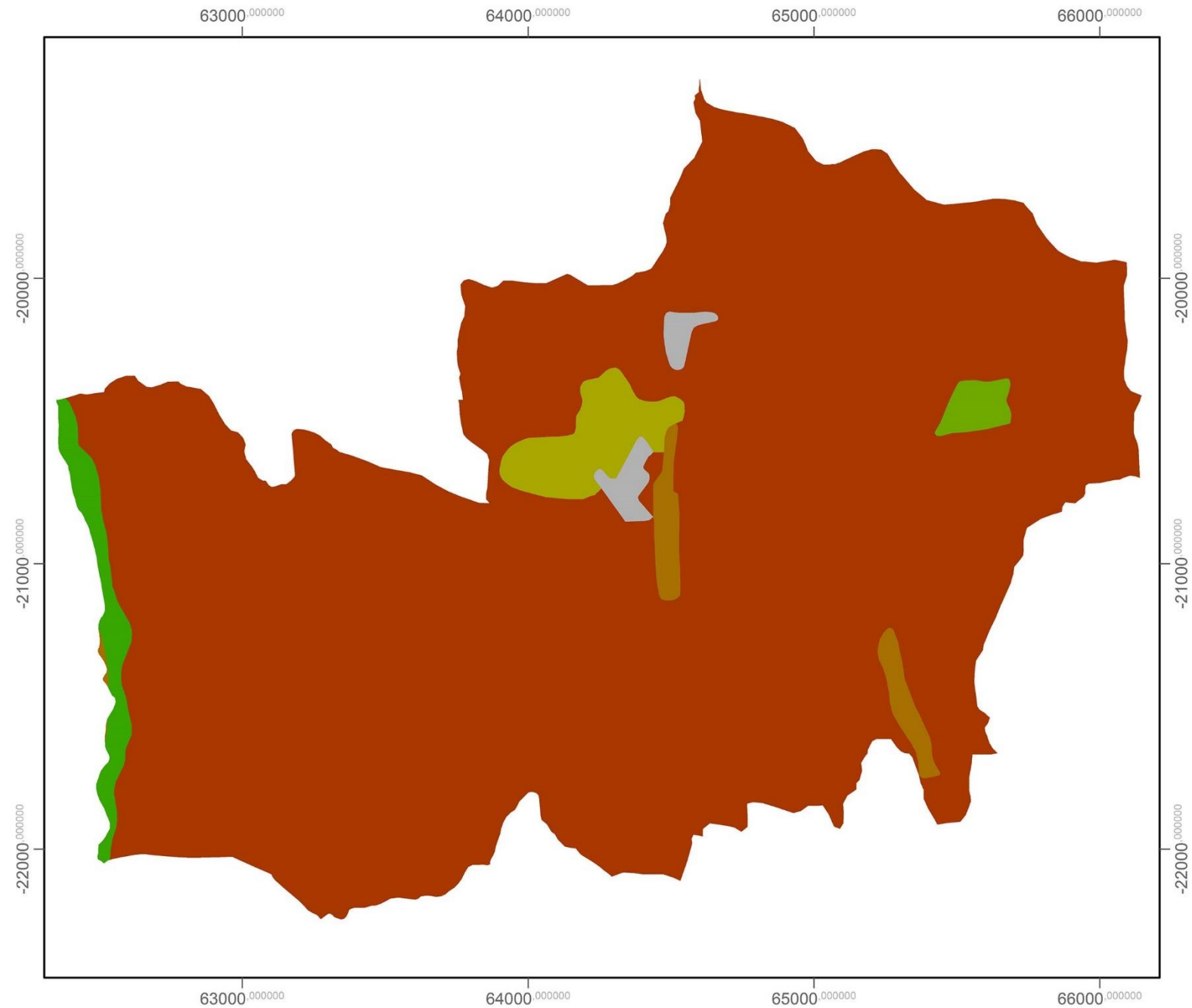
Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

Escala 1:20 000





# Carta de Valor Ecológico de Solos

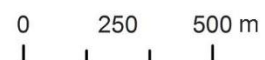


## Legenda

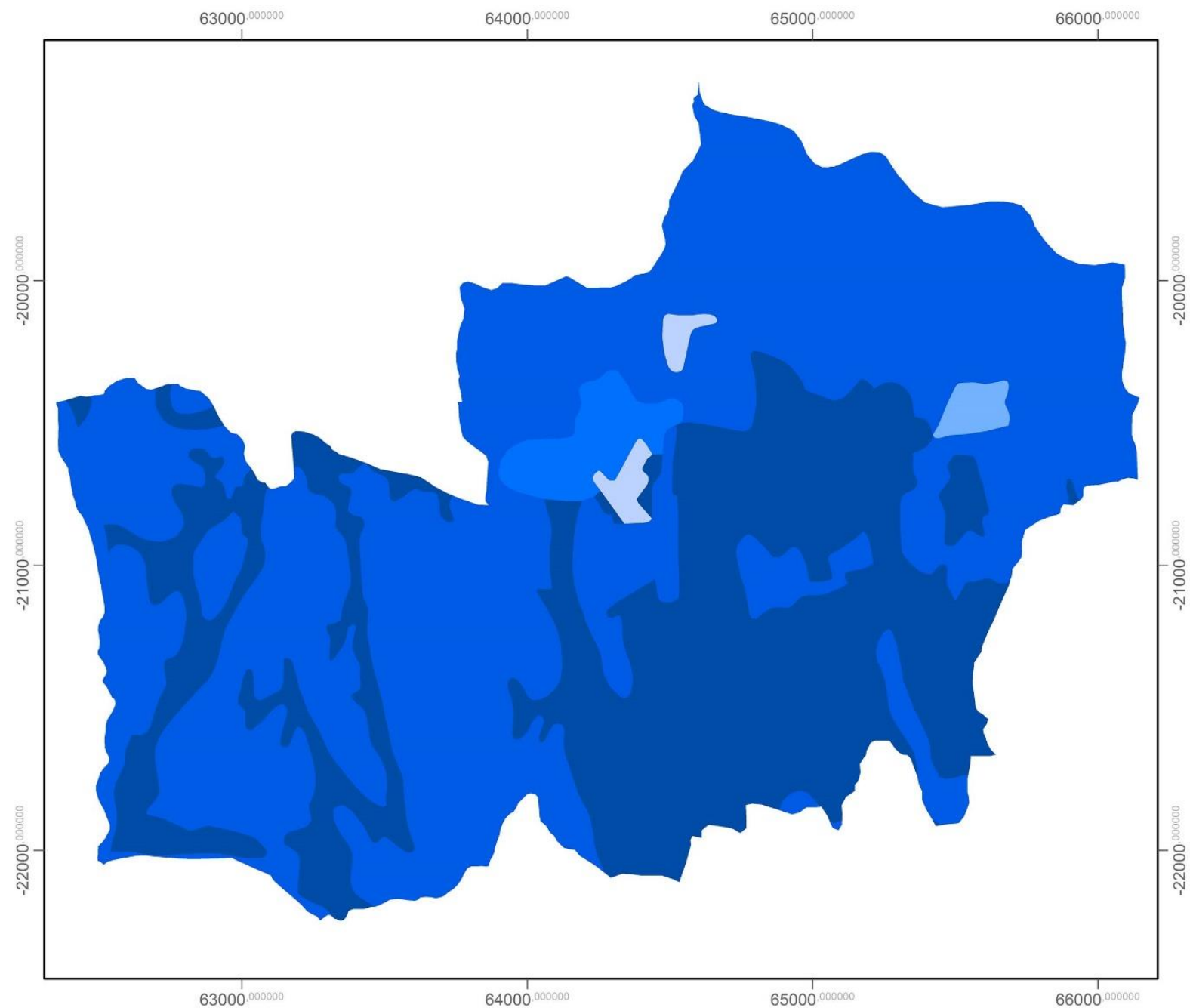
- Área não classificada
- Muito Reduzido
- Reduzido
- Variável
- Elevado
- Muito Elevado

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

Escala 1:20 000



# Carta de Permeabilidade de Solos



## Legenda

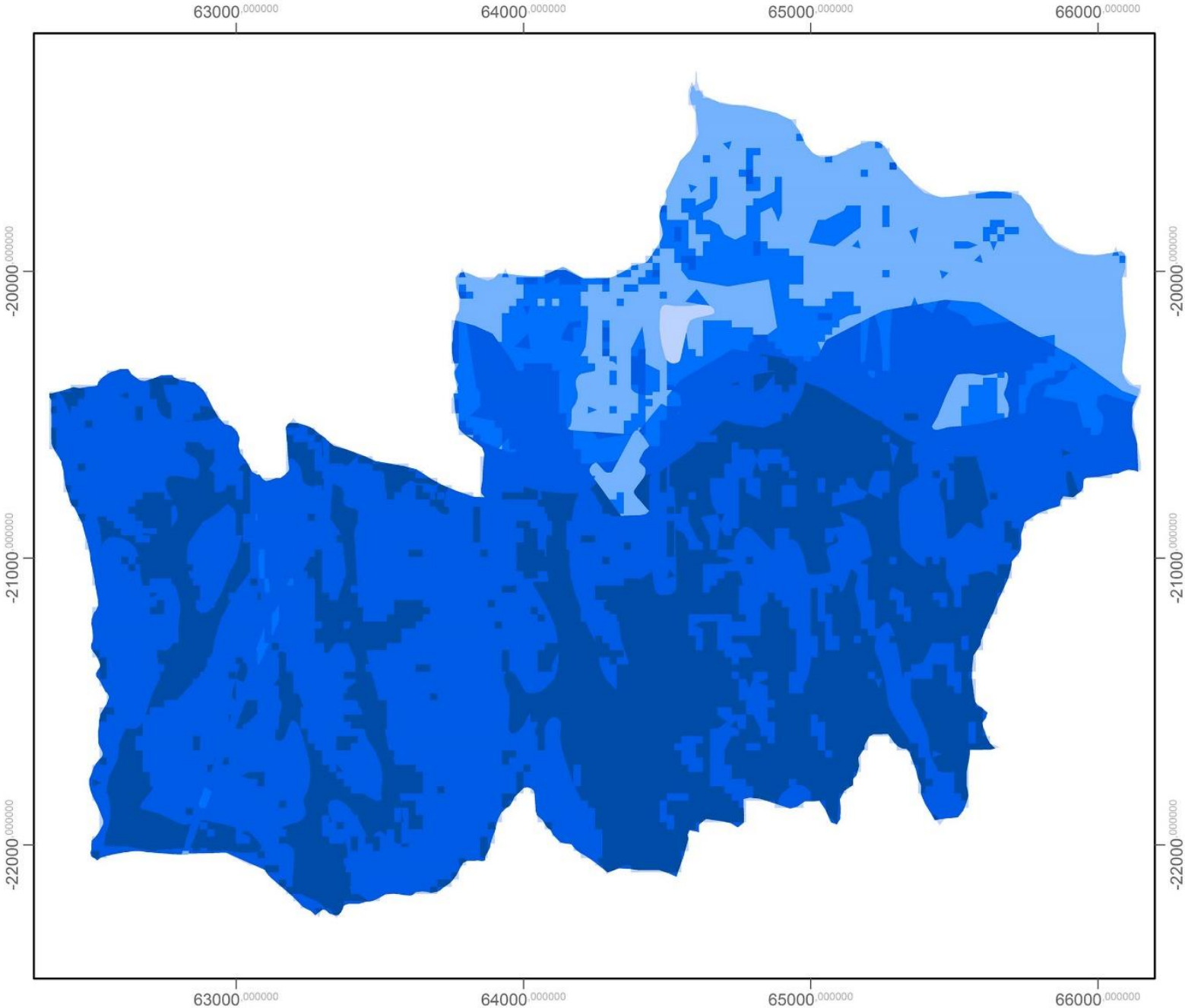
- Baixa
- Baixa a Moderada
- Moderada
- Moderada a Elevada
- Elevada

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

Escala 1:20 000

0 250 500 m

Carta de Permeabilidade Potencial



Legenda

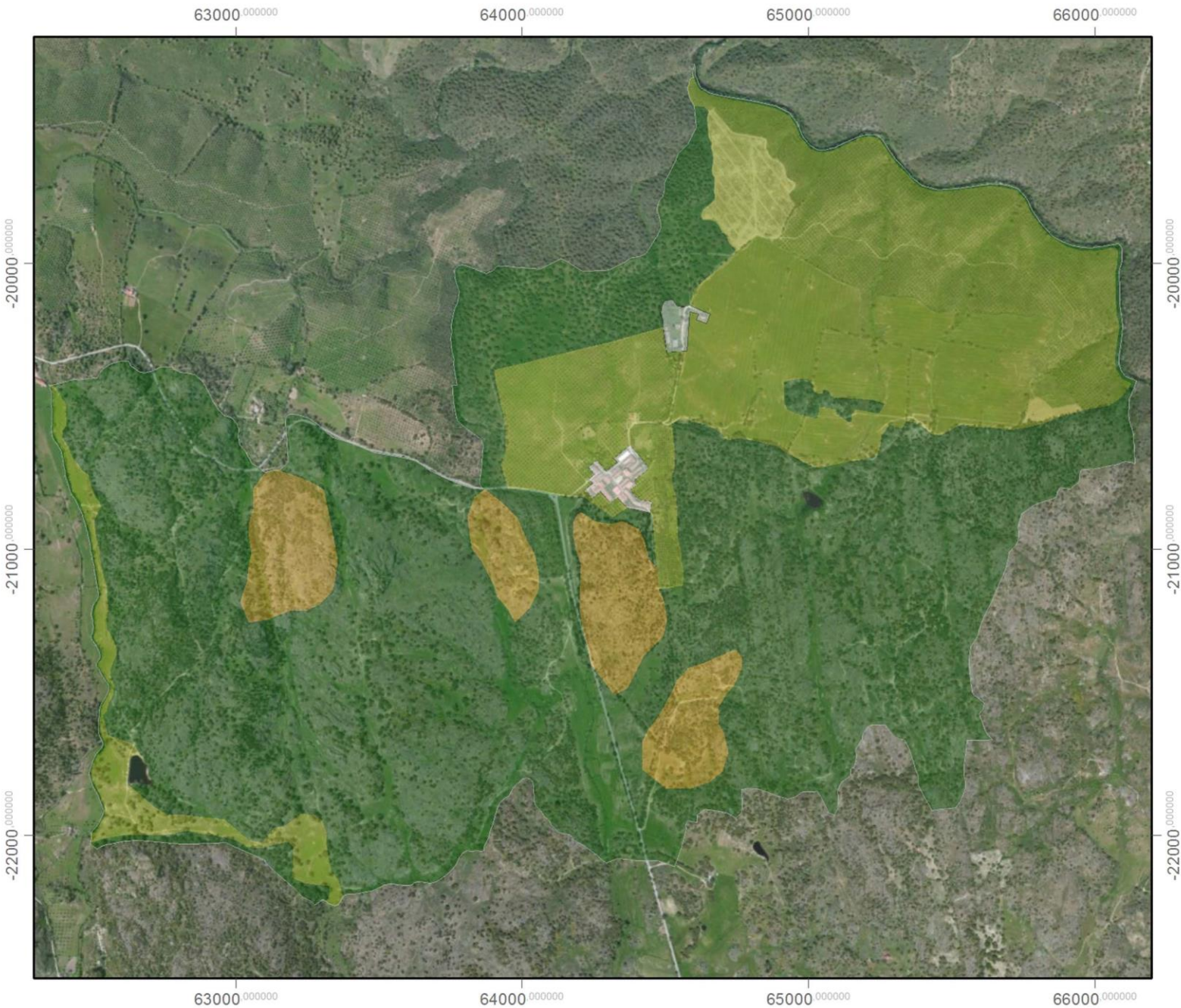
- Baixa
- Baixa a Moderada
- Moderada
- Moderada a Elevada
- Elevada

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter






Escala 1:20 000  
0 250 500 m



# Carta de Vegetação com Valor de Conservação

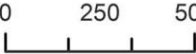


## Legenda

-  Limite da Herdade do Pereiro
-  Elevado
-  Variável
-  Reduzido
-  Área Não Classificada

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
Projection: Transverse Mercator  
Datum: ETRS 1989  
False Easting: 0,0000  
False Northing: 0,0000  
Central Meridian: -8,1331  
Scale Factor: 1,0000  
Latitude Of Origin: 39,6683  
Units: Meter

Escala 1:20 000





# Carta de Estrutura Edificada



## Legenda

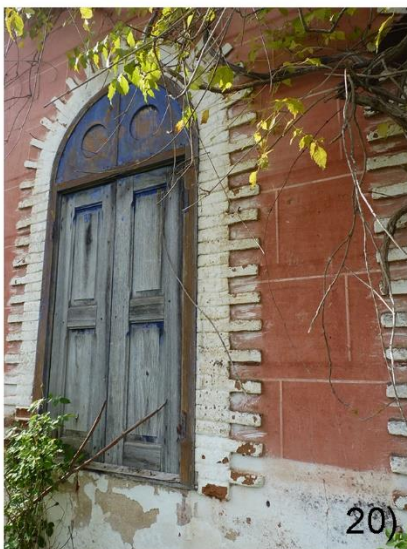
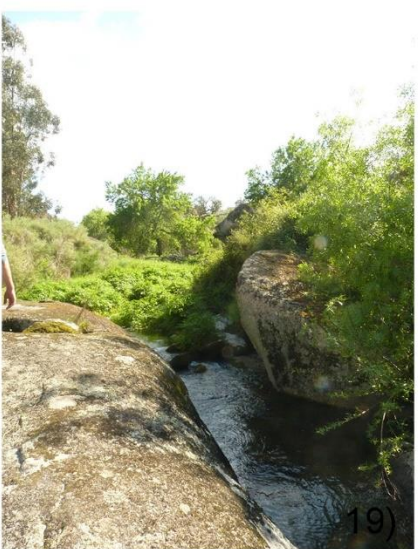
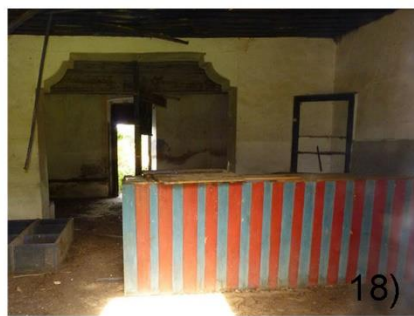
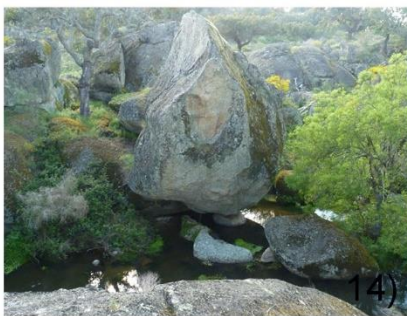
- |   |   |
|---|---|
| 1) Adega  | 26/27) Oficinas   |
| 2/3/4) Bairro dos Justos (Dormitórios)                            | 28) Pombal  |
| 5) Capela/Garagem   | 29) Termas da Fadagosa (Casino e Salão de Baile)        |
| 6) Casa do Guarda Fiscal  | 30/31/32/33) Termas da Fadagosa (Equipamentos de Apoio) |
| 7) Casa Senhorial   | 34/35/36) Termas da Fadagosa (Hotel)                    |
| 8) Edifício (Equipamentos de Apoio - Pimentos)                    | 37) Termas da Fadagosa (Zona de Banhos)                 |
| 9/10/11/12/13/14/15/16/17/18/19) Edifício (Equipamentos de Apoio) |   |
| 20) Edifício de Habitação   |   |
| 21) Escola Primária (1963)  |   |
| 22) Escola Primária (1979)  |   |
| 23) Escola Primária (anos 20/30)                                  |   |
| 24) Fornos  |   |
| 25) Lagar   |   |

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06  
 Projection: Transverse Mercator  
 Datum: ETRS 1989  
 False Easting: 0,0000  
 False Northing: 0,0000  
 Central Meridian: -8,1331  
 Scale Factor: 1,0000  
 Latitude Of Origin: 39,6683  
 Units: Meter

Escala 1:6 000







# PONTOS DE INTERESSE NATURAIS E CULTURAIS

- 1) ocupação de edifício abandonado por fauna
- 2) carreteiro
- 3) pormenor de *Lavandula stoechas* L. subsp. *stoechas* na paisagem
- 4) afloramentos graníticos
- 5) pormenor de *Quercus suber* L.
- 6) montado
- 7) núcleo principal na paisagem
- 8) vista sobre plantação de olival
- 9) muro de pedra seca
- 10) charco temporário
- 11) pormenor do charco temporário
- 12) pastagens
- 13) vegetação ribeirinha
- 14) ribeira encaixada em afloramentos graníticos
- 15) pormenor de *Retama sphaerocarpa* (L.) Boiss na paisagem
- 16) consociação de olival e montado
- 17) ribeira temporária coberta por *Ranunculus peltatus* Schrank
- 18) casino (Termas)
- 19) ribeira da Fragusta
- 20) pormenor de janela (Termas)
- 21) corredor da zona de banhos (Termas)
- 22) pia (Termas)
- 23) corredor do Hotel (Termas)
- 24) pormenor de habitação dos trabalhadores
- 25) estábulos
- 26) fonte (núcleo principal)
- 27) traseiras da casa senhorial
- 28) fachada de edifício (Termas)
- 29) fonte (Termas)
- 30) vista sobre o núcleo principal



## SIMULAÇÃO DE PROPOSTAS

- 1) piquenique na ribeira da Fragusta
- 2) turistas no centro de interpretação e restaurante
- 3) turistas na capela
- 4) pastor e rebanho de ovinos
- 5) percurso pedestre
- 6) percurso pedestre
- 7) percurso pedestre
- 8) lazer no charco temporário

